



ISSN 2595-5888

Revista Eletrônica Casa de Makunaima
Edição 3 / Vol. 2 - Nº 3
Jan./Jun. (2019)



*- Vista da serra da Raposa em harmonia com a
vegetação de buritizais e o igarapé do Xumina - situado
na comunidade indígena Raposa I, na Terra Indígena
Raposa Serra do Sol (TIRSS), no estado de Roraima.
- Enoque Raposo*

DESTAQUE DA EDIÇÃO



A Revista Eletrônica Casa de Makunaima (RECM) vem homenagear o município de Boa Vista (Capital de Roraima) nas felicitações de seus 129 anos. Esta pomposa capital tem sua gênese ligada com a criação da Fazenda Boa Vista do Rio Branco (em 1830) e com ela (re) surge à introdução/expansão da pecuária bovina pelo lavrado (termo popular que caracteriza a paisagem savânica) que, consequentemente, surgem os primeiros núcleos familiares (índio e não-índio) onde aos poucos foram assentando-se nas terras e legitimando-as, caracterizando anos mais tarde em Freguesia de Nossa Senhora do Carmo (1858). Em 1890, no dia nove de julho, um ano antes do advento da República, por força do Decreto Estadual N°. 49, o então Governador do estado do Amazonas, Augusto Ximênes de Villeroy, criou o município de Boa Vista do Rio Branco, dando posse ao primeiro prefeito do município – João Capistrano da Silva Mota (Coronel Mota), elevando a Freguesia à condição de Vila (Cidade).

A Equipe da Revista, bem como toda sociedade roraimense, PARABENIZA seus 129 anos de criação do município de Boa Vista da Terra de Makunaima!



A PRE SEN TA ÇÃO

“

A Revista Eletrônica Casa de Makunaima (RECM) vem consolidar os anseios de diversos cursos da Universidade Estadual de Roraima (UERR), em especial o Curso de Geografia, em propiciar discussão e divulgação de produções científicas de diversas Universidades, Institutos, Fundações e Instituições de caráter acadêmico/científico, ligados aos setores, público ou privado, do Estado de Roraima e de outros Estados das regiões do Brasil e/ou de outros países.

Neste terceiro Volume, concentram-se manuscritos científicos com temas ricos na área da Ciência Geográfica, Humana e Física, numa perspectiva inter-regional e internacional, elencando conhecimentos sobre as diversas realidades, sociais e ambientais, dos Estados de Roraima e Amapá, este com publicação em espanhol e traduzido ao português. Ainda, publicam-se artigos científicos que percorreram pelos conhecimentos das Ciências afins, como: História, Sociologia, Antropologia, Direito e Segurança Pública, onde corroboram com discussões que fortalecem um viés para uma compreensão multidisciplinar do espaço geográfico.

A Revista homenageia neste Volume, a comemoração do aniversário de 129 anos do município de Boa Vista, além de expressar em capa a vista da serra da Raposa em harmonia com a vegetação de buritizais e o igarapé do Xumina - situado na Comunidade indígena Raposa I, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), no estado de Roraima.

Por fim, o periódico é direcionado aos leitores acadêmicos do Estado de Roraima, de outras regiões do Brasil e outros países, bem como ao público relacionado à entidades da sociedade civil, organizações não governamentais e instituições internacionais que tenham interesse na leitura de produções científicas na área de Geografia e das Ciências afins.

Editor-Chefe

”

PRE SEN TA CIÓN

“

La Revista Electrónica de Casa de Makunaima (RECM) consolida los anhelos de varios cursos de la Universidad Estatal de Roraima (UERR), en particular el Curso de Geografía, en promover el debate y difusión de producciones científicas de varias Universidades, Institutos, Fundaciones e Instituciones de carácter académico/científico, relacionado con los sectores, público o privado, del Estado de Roraima y otros Estados de las regiones de Brasil y/o de otros países.

En este tercer Volumen, se concentran manuscritos científicos con ricos temas en el área de Ciencias Geográficas, Humanas y Físicas, en una perspectiva inter regional e internacional, proporcionando conocimientos sobre las diversas realidades sociales y ambientales de los Estados de Roraima y Amapá, éste con publicación en español y traducido al portugués. Además, se publican artículos científicos que recorrieron por los conocimientos de las ciencias afines, tales como: Historia, Sociología, Antropología, Derecho y Seguridad Pública, donde se corroboran con discusiones que refuerzan una perspectiva hacia una comprensión multidisciplinaria del espacio geográfico.

La revista rinde homenaje en este volumen, al municipio de Boa Vista que conmemora 129 años, además de expresar en su portada la vista de la Sierra de la Raposa en armonía con la vegetación de buritizais y el arroyo Xumina, ubicado en la Comunidad Indígena Raposa I, en la Tierra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), en el estado de Roraima.

Finalmente, la revista está dirigida a los lectores académicos del Estado de Roraima, de otras regiones de Brasil y otros países, así como al público relacionado con entidades de la sociedad civil, organizaciones no gubernamentales e instituciones internacionales que tengan interés en leer producciones científicas en el área de Geografía y de las Ciencias afines.

Editor-Jefe

”

PRE SEN TA TI ON

“

The Electronic Magazine of Casa de Makunaima (RECM) consolidates the yearnings of several courses of the State University of Roraima (UERR), in particular the Geography Course, in promoting the debate and diffusion of scientific productions of several Universities, Institutes, Foundations and academic/scientific institutions, related to the sectors, public or private, of the State of Roraima and other States of the regions of Brazil and/or of other countries.

This third volume is focused on scientific manuscripts with rich topics in the area of Geographical, Human and Physical Sciences, in an interregional and international perspective, providing knowledge about the diverse social and environmental realities of the States of Roraima and Amapá, this one with publication in Spanish and translated into Portuguese. Further, published scientific articles that toured the knowledge of related sciences, such as: History, Sociology, Anthropology, Law and Public Safety, where they are corroborated with discussions that reinforce a perspective towards a multidisciplinary understanding of the geographical space.

The magazine pays homage in this volume, to the municipality of Boa Vista that commemorates 129 years, besides expressing on its cover the view of the Serra of the Raposa in harmony with the vegetation of buritizais and the stream Xumina, located in the Raposa Indigenous Community I, in the Raposa Serra do Sol Indigenous Land (TIRSS), in the state of Roraima.

Finally, the magazine is aimed at academic readers of the State of Roraima, other regions of Brazil and other countries, as well as to the public related to entities of the civil society, non-governmental organizations and international institutions that have an interest in reading scientific productions in the area of Geography and related Sciences.

Editor-Boss

”

EQUIPE

CASA DE MAKUNAIMA

EDITOR-CHEFE

Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

EDITOR DE SEÇÃO

Prof. Dr. Bruno Dantas Muniz de Brito - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Prof. Dr. Edgard Vinicius Cacho Zanette - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Profa. Dra. Maria José dos Santos - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Leonardo Costa de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Profa. Dra. Sandra Kariny Saldanha de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Adryane Gorayeb - Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil

Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior - Universidade Estadual do Ceará – UECE, Brasil

Prof. Dr. Antonio Glaudenir Brasil Maia - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

Prof. Dr. Antônio Tolrino de Resende Veras - Universidade Federal de Roraima – UFRR, Brasil

Prof. Dr. Christian Brannstrom - Texas A&M University, Estados Unidos Da América

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva - Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

Profa. Dra. Elizabeth da Conceição Santos - Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Brasil

Prof. Dr. Lúcio José Sobral da Cunha - UC, Portugal

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. MSc. Abraão Levi Dos Santos Mascarenhas - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UFESSPA, Brasil

Profa. Dra. Alessandra Peternella - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento - Universidade Federal de Paraíba - UFPB, Brasil

Prof. Dr. Antonio Jose Castelo Branco Ribeiro - Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Brasil

Prof. Dr. Artur Rosa Filho - Universidade Federal de Roraima – UFRR, Brasil

Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Edgard Vinicius Cacho Zanette - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Francisco Otávio Landim Neto - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Brasil

Profa. Dra. Ivanise Maria Rizzatti - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira - Universidade Federal de Roraima – UFRR, Brasil

Profa. Dra. Juliana Felipe Farias - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brasil

Prof. Dr. Julio Cesar Takehara - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Lucas Portilho Nicoletti, Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Profa. Dra. Luciana Martins Freire - Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil

Prof. Dr. Lúcio Correia Miranda - Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil

Profa. Dra. Maria das Neves Magalhães Pinheiro - Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, Brasil

Profa. Dra. Maria Rita Vidal - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UFESSPA, Brasil

Profa. MSc. Marília Colares Mendes - Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC, Brasil

Prof. MSc. Mariano Terço de Melo - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Prof. MSc. Marcelo Santos da Silva - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Prof. MSc. Osvaldo Piedade Pereira da Silva - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Prof. Dra. Raimunda Gomes da Silva, Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Prof. Dr. Rildo Dias da Silva, Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Brasil
Prof. Dr. Sergiano de Lima Araújo - Instituto Federal do Ceará - IFCE, Brasil
Prof. Dr. Thiago José Costa Alves - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Prof. Dr. Vinícius Denardin Cardoso - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Prof. MSc. Werton Francisco Rios da Costa Sobrinho - Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Brasil

SECRETÁRIO

Carlos Eduardo Bezerra Rocha - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Tacyele Ferrer Vieira - Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Anderson da Silva Marinho - Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

Tacyele Ferrer Vieira - Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

TECNOLOGIA E MÍDIA SOCIAL

Cláudio Souza da Silva Júnior - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Adriano Lucena da Silva - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Gean Guilherme Ferreira de Paula - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Gilcimar Mayssonave da Luz - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

REVISÃO

Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Prof. Esp. Íris Anita Fabián Ramirez - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

ISSN 2595-5888

Edição 3 / Vol. 2 - Nº 3 / Jan/Jun. (2019)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

Régys Odlare Lima de Freitas, Reitor.
Elemar Kleber Favreto, Vice-Reitor.
Sergio Mateus, Pró-Reitor de Ensino e Graduação.
Carlos Alberto Borges da Silva, Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação.
André Faria Russo, Pró-Reitor de Extensão e Cultura.
Alvim Bandeira Neto, Pró-Reitor Planejamento e Administração.
Ana Lídia de Souza Mendes, Pró-Reitora de Orçamento e Finanças.
Ênia Maria Ferst, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas.

DIREITOS AUTORAIS

Todo o conteúdo desta Revista está protegido pela Lei de Direitos Autorais (9.610/98). A reprodução parcial ou completa de artigos, fotografias ou artes no geral contidas nas publicações deve ser creditada ao autor em questão.

A Revista Eletrônica Casa de Makunaima é distribuída sob a licença Creative Commons – Atribuição – uso comercial – compartilhamento pela mesma licença (BY). Há permissão de uso e a criação de obras derivadas do material, contanto que haja atribuição de créditos (BY). As publicações são distribuídas gratuitamente no site oficial: <https://casademakunaima.uerr.edu.br>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Os conceitos e opiniões emitidas nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância do Conselho Editorial da Revista. A responsabilidade pela correta citação das fontes que fundamentam as pesquisas também é totalmente dos respectivos autores.

UERR - Universidade Estadual de Roraima
Rua 7 de setembro 231 - Bairro Canarinho CEP. 69306-530
Tel.(95)21210944
Email:reitoria@uerr.edu.br
www.uerr.edu.br

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPEI
Tel.(95)2121-0944
Email:propei@uerr.edu.br
www.uerr.edu.br/propei

Revista Eletrônica Casa de Makunaima
Tel.(95)2121-0944
Email: carlos.rocha@uerr.edu.br/luciokeury@uerr.edu.br
casademakunaima.uerr.edu.br
ISSN 2595-5888

SU MÁ RIO

ARTIGOS

A contribuição do migrante na produção do espaço urbano do município de Rorainópolis – RR, a partir de sua emancipação política

Roniel Vitor de Oliveira

11

Diario de geógrafo: percepción y concepto de paisaje en la capital Macapá – Amapá / Amazonia brasileña

José Manuel Mateo Rodriguez (In memorian), Lúcio Keury Almeida Galdino, Ricardo Ângelo Pereira de Lima

19

Dinâmicas espaciais na Terra Indígena São Marcos - RR: um olhar a partir da introdução de objetos artificiais

Kelson da Luz Oliveira ,Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

29

Território e Mobilidade: Abordagens com Enfoque nas Necrópoles

Francisleile Lima Nascimento, Elói Martins Senhoras, Márcia Teixeira Falcão

48

Geodiversidade e Geoturismo no estado de Roraima

Giovanni de Farias Seabra

64

ARTIGOS

76

Geografia da saúde: um estudo sobre a malária na zona urbana de São João da Baliza-Roraima

Pedro Rufino Silva, Marcelo Santos da Silva

91

Conhecer a história e o modo de vida dos povos indígenas de Roraima: etnias Macuxi e Wapichana

Nayara Cristhina dos Santos Silva

104

Violência doméstica e suas consequências psicoemocionais

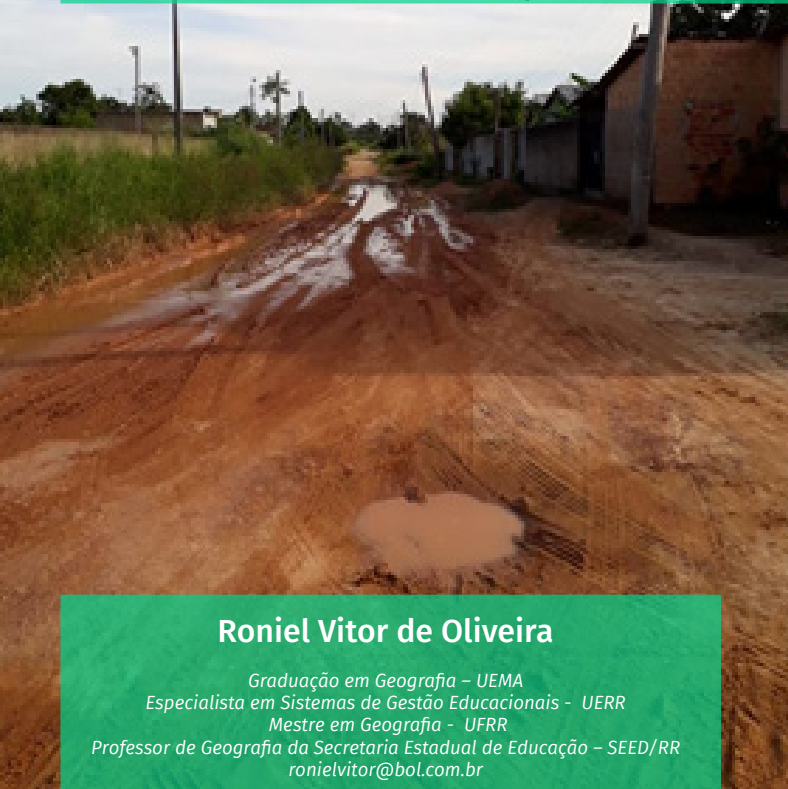
Silvana Rodrigues Mota, Osvaldo Piedade Pereira da Silva

114

Estatística e Emprego de Novas Tecnologias em Segurança Pública: Método e Controle Científico Sobre a Polícia

Nélio Reis Biá Nascimento, Anderson Moraes de Oliveira

A CONTRIBUIÇÃO DO MIGRANTE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS – RR, A PARTIR DE SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA



Roniel Vitor de Oliveira

Graduação em Geografia – UEMA
Especialista em Sistemas de Gestão Educacionais - UERR
Mestre em Geografia - UFRR
Professor de Geografia da Secretaria Estadual de Educação – SEED/RR
ronielvitor@bol.com.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a contribuição do migrante na produção do espaço urbano do município de Rorainópolis na Amazônia setentrional, lugar que surgiu às margens da Rodovia BR-174, no início da década de 1970, a partir da instalação do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD-ANAUÁ), promovido pelo INCRA. O mencionado órgão instala sua sede neste espaço, momento em que o pequeno aglomerado passa a ser conhecido como Vila do INCRA, a partir de então, esse núcleo embrionário urbano recebeu grande incremento demográfico em virtude dos fluxos migratórios que se destinavam para esta porção Sul do Estado de Roraima, durante o final da década de 1970. Visto a esse evento, e com o aumento significativo de sua população esse núcleo populacional ganha status de cidade em 1995, devido à emancipação política do município.

Palavras - chave: Rodovia BR-174. Migrantes. Rorainópolis.

RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo analizar la contribución del migrante en la producción del espacio urbano del municipio de Rorainópolis en la Amazonia septentrional, lugar que surgió a los márgenes de la Ruta BR-174, a principios de la década de 1970, a partir de la instalación del Proyecto de Asentamiento Dirigido Anauá (PAD-ANAUÁ), promovido por el INCRA. El mencionado órgano instala su sede en este espacio, momento en que el pequeño aglomerado pasa a ser conocido como Vila do INCRA, a partir de entonces, ese núcleo embrionario urbano recibió gran incremento demográfico en virtud de los flujos migratorios que se destinaban a esta porción Sur del país, El Estado de Roraima, durante el final de la década de 1970. Visto a ese evento, y con el aumento significativo de su población ese núcleo poblacional gana status de ciudad en 1995, debido a la emancipación política del municipio.

Palabras clave: Carretera BR-174. Migrantes. Rorainópolis.



INTRODUÇÃO

Localizado na porção sul do Estado de Roraima, o município de Rorainópolis possui como característica marcante o grande número de moradores não naturais do Estado de Roraima. Neste sentido, discutiremos o lugar de nascimento dos representantes políticos do município para observar se estes estão diretamente ligados ao processo de migração para esse lugar, contribuindo desta forma, na formação e produção de seu espaço urbano.

Neste contexto, utilizamos como aporte metodológico a observação in loco, complementado por um levantamento bibliográfico, também nos baseamos em informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), como fonte principal, assim sendo, pretende-se agrupar dados e informações sobre o município de Rorainópolis, para compreendermos a contribuição dos agentes políticos na produção deste espaço.

Diante das informações coletadas foi possível construir figuras, tabelas e gráficos para entender o papel do migrante como sujeito na produção do espaço urbano de Rorainópolis, uma cidade no estado roraimense na Amazônia setentrional, última fronteira amazônica.

Assim sendo, este artigo procura compreender a contribuição do migrante na produção do espaço urbano do município de Rorainópolis, a partir de sua emancipação política. Para tanto, elucidamos como os representantes políticos municipais, tanto do cargo de prefeito, como de vereadores contribuíram para que sua população participasse ativamente no processo de formação deste lugar na Amazônia setentrional, extremo norte do Brasil.

RORAINÓPOLIS: EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E STATUS DE CIDADE

Rorainópolis, criado pela Lei Estadual Nº 100, de 17 de outubro de 1995, com terras desmembradas dos municípios de São Luiz e São João da Baliza, com extensão territorial de 33.593,988 km², que corresponde a 14,98% do território de Roraima, com densidade demográfica de 0,72 hab/ km². Sua população em 2010 era de 24.279 habitantes, com 10.673 na sede municipal, e 13.606 residentes no espaço rural (IBGE, 2010). A população estimada em 2018 para o município de Rorainópolis é de 29.533 habitantes (IBGE, 2018).

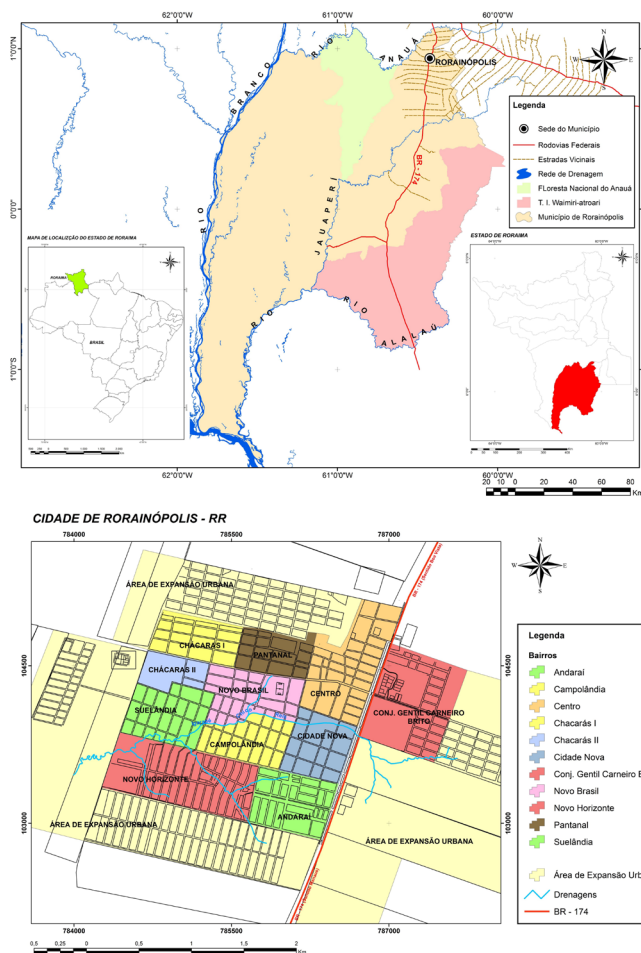


Figura 1. Croqui de localização do município e da área urbana de Rorainópolis.

Fonte: Oliveira, 2014.

A cidade de Rorainópolis apresenta-se, como uma das principais cidades de Roraima, localizada às margens da rodovia BR – 174, como mostra a figura 1. Ocupa uma posição de referência espacial importante, tendo em vista que é a primeira cidade do estado de Roraima no sentido Manaus – AM a Boa Vista – RR. Destaca-se, ainda, por ser sede administrativa municipal do segundo município mais populoso do estado, depois de Boa Vista, sendo também referência para os municípios do entorno e espaços rurais enquanto prestação de bens e serviços, atraindo e provocando deslocamentos humanos em sua direção e dessa forma influenciando na formação urbana do município (OLIVEIRA, 2014).

Ainda nos amparando no referido autor, quando este afirma:

No final da década de 1970 as margens da rodovia BR-174, chegam a este lugar os seus primeiros migrantes e moradores encaminhando assim, o surgimento o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis. Já no início da década de 1980, o até então e simples aglomerado populacional já mostra sinal de consolidação ao se especializar as primeiras ruas as margens esquerda da rodovia BR-174, no sentido Manaus - Boa Vista, e que hoje forma o bairro Centro e devido a sua pioneiridade como bairro, ainda encontram-se os principais equipamentos urbanos como comércios, praças, igrejas, residências e prédios públicos (OLIVEIRA, 2014, p. 127).

Contudo, sua expansão e espacialização urbana continua evidente, como mostra a figura 1 acima. Ainda sobre esse processo, segundo Oliveira (2014, p. 127):

No início dos anos de 1990, surge o segundo bairro chamado de Pantanal, o mesmo surge como resultado do crescimento demográfico, assim a Vila do INCRA amplia sua espacialização geográfica e humana mostrando o desenho de um fluxo migratório em direção a este lugar as margens da rodovia BR-174. Fluxo que aumentou em grandes proporções nas décadas posteriores. Em meados da década de 1990, o futuro núcleo urbano de Rorainópolis ganha novas dinâmicas, e, este fato se

deu em 1995, com a emancipação política municipal e o então núcleo urbano, ganha o status de cidade sede municipal e passa a assumir novas formas, funções, estrutura e características com o emprego de infraestruturas, aberturas de ruas e avenidas, construções de prédios públicos municipais, a exemplos de escolas, posto de saúde e praças, entre outros.

A partir da emancipação política de Rorainópolis começa a surgir novos bairros na cidade, expansão que continua a acontecer.

Fato que começa a ocorrer durante 1970, onde, este lugar começou a receber seus primeiros migrantes, iniciando o rasgo na floresta (ROCHA, 2013), com a construção da rodovia BR-174. Os migrantes, pessoas naturais de todas as regiões do Brasil, destacando nesse movimento os oriundos da região Nordeste, fluxo que só aumentou nas décadas seguintes, proporcionado principalmente pelas políticas implementadas pelo governo federal para a ocupação territorial da Amazônia.

O principal objetivo da intervenção estatal nessa ocupação era de desenvolver e integrar a região com o emprego de infraestrutura por meio de abertura de rodovias, a exemplo da rodovia BR-174, o que Santos (2004, p. 32) chama de “[...] consumidores de espaço, famintos por infraestruturas”.

Neste sentido, tais políticas proporcionaram um grande fluxo para esta região. Contudo, outro fator que contribuiu para aumentar esse processo migratório foi às redes de interações sociais, que funcionaram como mecanismos de sobrevivência, uma vez que a migração na fronteira é fruto de uma complexa rede social que transcende o tempo e o espaço, onde ocorre uma primeira onda de seguidores ganhando acesso a terra, provocando sucessivas ondas de migrantes seguidores, com algum grau de relação de parentesco e amizade, chegam ao destino (DINIZ, 2003).

Neste contexto, buscamos fazer uma análise da contribuição dos agentes políticos eleitos na produção do espaço urbano

na Amazônia setentrional, a exemplo de Rorainópolis.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RORAINÓPOLIS

Na busca de compreender a produção do espaço urbano de Rorainópolis, tornou-se necessário uma análise do conceito espaço e produção do espaço urbano, visando melhor entendimento do objetivo deste trabalho.

O espaço geográfico como objeto da Geografia, marca a relação sociedade e natureza, partindo dessa perspectiva buscamos discutir essas relações. Assim, entender como se dá a organização do espaço constitui-se em um dos principais objetivos deste estudo.

Vale destacar, que a organização do espaço está atrelada a transformação e evolução da sociedade, a qual se mantém em um processo contínuo de desenvolvimento. Assim, “[...] a organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social [...]” (CORRÊA, 2003, p. 54). O autor, ainda, afirma que:

O produto da ação humana ao longo do tempo, a organização espacial é um reflexo social [...]. É o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra (CORRÊA, 2003, p. 67).

A organização do espaço diz respeito à forma pelo qual as sociedades humanas se organizam levando em conta os elementos naturais, humanos, econômicos e sociais, logo “[...] organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história [...]” (CORRÊA, 2003, p. 53). O mencionado autor esclarece que a organização espacial é a própria sociedade espacializada.

Ainda no que se refere à organização do espaço podemos ressaltar que:

A ação humana, que gera a organização do espaço, isto é, que origina forma, movimento e conteúdo de natureza social sobre o espaço, é caracterizada, nas sociedades integradas economicamente através de mecanismos de mercado, pela ação de atores que, ao se apropriarem e controlarem os recursos, sobretudo os recursos escassos, natural ou socialmente produzidos, torna-se capazes de impor sua marca no espaço (CORRÊA, 1996, p. 32).

Assim, os grupos sociais imprimem suas características no espaço de acordo com suas crenças e valores, originando-se formas singulares, dotadas de significados para tal comunidade. A diversidade de culturas existentes resulta numa variedade de formas de organização do espaço (CORRÊA, 2003). A organização do espaço também é determinada pela tecnologia e pelas relações empreendidas no espaço.

Na busca de compreender a produção do espaço urbano torna-se primordial entender como as relações econômicas, sociais e suas práticas nas escalas, podendo ser local, regional ou nacional que se tornam importantes para apreender a assimilação do espaço no seu conjunto, logo é por meio delas que se passam todas as relações cotidianas e se estabelecem as relações nas respectivas escalas.

Para Corrêa (1989) o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, com suas formas simbólicas e um campo de lutas, havendo o processo de produção do espaço urbano. Para o referido autor há cinco agentes sociais responsáveis pela produção do espaço urbano, os proprietários de terra, os donos dos meios de produção, os promotores imobiliário, o Estado e os grupos sociais excluídos. Ainda, há no espaço urbano conflitos entre os três primeiros agentes mencionados e o Estado,

este, torna-se o autor e árbitro desses conflitos (CORRÊA, 1989).

O processo de produção do espaço urbano, na maioria das vezes se dá de forma desigual, isso aparece claramente através da ocupação e a apropriação da terra, que decorre do acesso diferenciado da sociedade à propriedade privada e da estratégia de ocupação do espaço urbano. A teoria do espaço está associada à teoria geral, pois o espaço urbano não é produzido ao acaso, mais evidentemente compostos por processos sociais econômicos, políticos e ideológicos (CASTELLS, 1983).

Neste sentido, podemos considerar que o espaço urbano se resume ao conjunto de diferentes usos da terra, definindo regras, como o centro onde acontecem as atividades comerciais, de serviços e de gestão; áreas residenciais distintas; áreas de lazer e aquelas áreas reservadas à futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade, em função dos diversos interesses socioeconômicos, sobre parcelas do espaço urbano (CORRÊA, 1988).

Ainda, nos amparamos em Corrêa (1989), pois este considera o espaço urbano como sinônimo de cidade, mas o espaço urbano ultrapassa a dimensão da cidade, ele adentra no campo, ou seja o espaço rural, tornando mais complexa a relação entre a cidade e o campo, e, a relação entre espaço urbano e espaço rural. Por sua vez, Lefebvre (1999), traz à tona a discussão sobre o urbano e o rural, tratando-os, como dois elementos complexos indissociáveis e que juntos constituem um todo.

Desta forma, destacaremos que em Roraima o urbano apresenta peculiaridades, pois conforme Silva (2007, p. 158) o “[...] urbano é quem habita as sedes dos municípios, ou onde se sedia a prefeitura, pois, não havendo distritos, não há vilas nem outro tipo de aglomerado urbano oficial”. Este trabalho baseou-se na perspectiva do referido autor sobre a produção do espaço urbano

roraimense, bem como a visão de outros autores sobre o tema, como os já citados.

Vale ressaltar que, o processo migratório para essa parte sul do Estado de Roraima, se deu a partir da década de 1970, principalmente com a abertura da rodovia BR-174 e com os projetos de assentamentos agrícolas, a exemplo do Projeto de Assentamento Agrícola Anauá - PAD-ANAUÁ, (INCRA, 2013). Onde este espaço começou a passar por profundas transformações territoriais, políticas, sociais e econômicas, que se configura até os dias atuais. Contudo, o nosso recorte temporal para análise foi a partir de sua emancipação política em 1995, onde este lugar, conhecido com Vila do Incra, ganhou status de cidade, a sede do município de Rorainópolis.

Nessa perspectiva, a partir desde evento entra em ação as legislaturas municipais, onde agentes políticos são eleitos para direcionar as ações políticas que irão refletir na sociedade, bem como na transformação territorial do espaço urbano de Rorainópolis.

Representação Política Municipal e Migração

A contribuição do migrante para a formação do espaço urbano de Rorainópolis, no âmbito político fica evidente com a participação e representação política nos governos municipais, desde sua emancipação em 1995.

Nesta conjuntura, observamos que os prefeitos eleitos de acordo com o lugar de nascimento, a maioria pertence aos estados das macrorregiões brasileiras, principalmente a Nordeste (Tabela 1).

Mandato	Representantes políticos	Lugar de nascimento
1997-2000	Antônio Carlos Lacerda Gago Geraldo Maria da Costa	PR (S)
		CE (NE)
2001-2004	Otília Natalia Pinto	BA (NE)
2005-2008	José Reinaldo de Aguiar (Gordinho)	CE (NE)
2009-2012	Carlos James Barro da Silva	MA (NE)
2013-2016	Adilson Soares de Almeida	BA (NE)
2017-2020	Leandro Pereira Silva	MA (NE)

Tabela 1. Nome e lugar de nascimento dos representantes políticos de Rorainópolis do cargo de prefeito.

Fonte: Oliveira, 2014.

As seis legislaturas municipais ambas perpassam por representantes oriundos de outros estados brasileiros, que retratam a contribuição política dos migrantes para a produção e formação urbana do município de Rorainópolis. No primeiro mandato, o prefeito Antônio Carlos Lacerda Gago era do Paraná, porém faleceu no exercício do mandato eletivo, sendo ocupado pelo Vice - Prefeito Geraldo Maria da Costa, natural do Estado do Ceará.

Nota-se que, a maioria dos prefeitos municipais, nestes vinte e três anos, são oriundos de estados nordestinos, corroborando com a participação política, socioeconômica e cultural na formação e estruturação do município, principalmente na cidade com a implementação de infraestrutura. Desta forma, ainda inexistente a presença de representantes políticos nos pleitos municipais de roraimenses ou naturais dos estados da região Norte.

A participação dos migrantes também é nítida na composição do legislativo municipal, desde a primeira eleição em 1996 até a última em 2016, foi composta por 43 vereadores com mandatos de quatro anos, desta forma considerando o lugar de nascimento 51% são dos estados do Nordeste, com destaque para o Estado do Maranhão com 40%; 23% são da

região Norte, sendo a maioria oriundos dos estados de Roraima e Amazonas, ambos com 9% e 7%; 12% dos vereadores são da região Sul, sendo 9% do Estado do Paraná e 5% dos mesmos, são naturais da região Centro-Oeste, ambos de Goiás (Figura 2).

Diante disso, Vale (2006, p. 25) afirma que, a migração para o Estado de Roraima dos “paranaenses, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, goianos, matogrossenses e nordestinos, migraram para a Região em busca de qualidade de vida e oportunidades de trabalho”. E, nesta busca contribuem nas decisões e na vida política dos lugares amazônicos onde se fixam ao longo desse processo migratório.w

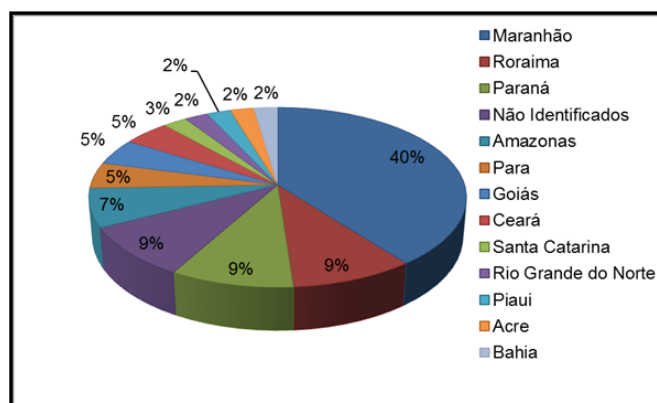


Figura 2. Lugar de nascimentos dos representantes políticos de Rorainópolis do cargo de vereador.

Fonte: Oliveira, 2014 e Brasil, 2018.

De acordo com os dados da figura 2, nota-se a importância do migrante como sujeito na formação política e social, que tem influenciado diretamente no processo histórico e na formação da cidade de Rorainópolis, seja promovendo políticas públicas, que atenda a população local como a construção de escolas, postos de saúde, quadra poliesportiva ou a negação de direitos a serviços essenciais, a citar: tratamento de esgoto, iluminação pública, ruas pavimentadas, entre outros (Figura 3, A e B).



Figura 3. A) Área da cidade com carência de infraestrutura. B) Local da cidade com emprego de infraestrutura.
Fonte: Autor, 2018.

Neste contexto, a origem da população da área urbana de Rorainópolis, bem como do município como um todo, a maioria é constituída por nordestinos, tendo o Estado do Maranhão como destaque no âmbito migratório, assim como os representantes políticos, como vereadores e prefeitos. Contudo, percebeu-se a tímida representação de políticos roraimenses, entre os que assumiram cargo eletivo, sendo apenas 9% de vereadores roraimenses e nenhum prefeito eleito para o executivo municipal.

Vale ressaltar que, a composição da população de uma cidade é fundamental para o processo de planejamento e de reivindicações para a melhoria da qualidade de vida. Desta forma, quando uma cidade é composta por um grande contingente de pessoas, oriundas de processos migratórios espontâneos ou conduzidos, têm-se percebido dificuldades em mobilizar a população local para reivindicar melhorias para a cidade como, por exemplo, saúde, educação, transporte, segurança pública, entre outros.

Essa dificuldade de mobilização é retratada pela falta de identidade dos moradores com o lugar de vivência, pelo sentimento de não pertencimento ao lugar, a exemplo da cidade de Rorainópolis, mesmo que esse sentimento tende a mudar com o passar do tempo. Contudo, isso pode

contribuir para o surgimento da miséria, crime, doenças, ocupações irregulares, que titulamos na cidade de patologias sociais (VERAS, 2009), que passa a existir nos recentes espaços ocupados por processos migratórios.

Portanto, com o incremento populacional que a cidade de Rorainópolis recebeu com o passar do tempo permitiu a mesma a sua expansão, assim como sua espacialização urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da emancipação política do município de Rorainópolis em 1995, passou a possuir uma nova dinâmica na organização do espaço urbano no contexto sociopolítico, econômico, cultural e territorial para atender a estrutura municipal. Com isso, tornou-se necessário o emprego de infraestrutura e transformações urbanísticas, com a instalação de equipamentos públicos, a exemplo de escolas, hospitais, postos de saúde, além do emprego de serviços básicos, como de segurança pública, abastecimento de água, energia elétrica, entre outros.

Portanto, apontamos como importantes sujeitos responsáveis pela produção do espaço urbano de Rorainópolis seus representantes políticos municipais, oriundos de processos migratórios para a porção setentrional do país. Esses representantes propiciaram, nas suas gestões públicas, a promoção de políticas públicas visando o bem-estar e melhores condições de vida de seus cidadãos, assim como a negação de direitos a serviços essenciais a população rorainopolitana. Dessa forma, possibilitando mais dignidade aos seus moradores e fortalecendo o sentimento de pertencimento com esse lugar urbano na Amazônia, a cidade de Rorainópolis.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral.**

Eleições anteriores. Disponível em: <http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.actio?siglaUFSelecionada=RR>. Acesso em julho de 2018.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton. (Org.) **Novos rumos da Geografia brasileira.** 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 25-34.

DINIZ, Alexandre Magno. **A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima.** Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: , v.13, n.21, p.44 - 59, 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico 2000. Disponível em: <www.censo2000.ibge.gov.br>. Acesso em: Julho. 2018.

INCRA, **Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Estado de Roraima – SR (25).** Resposta à solicitação de dados para elaboração de dissertação. Boa Vista/RR, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Roniel Vitor. **O Papel do Migrante como Sujeito da Genealogia e Dinâmica Urbana do Município de Rorainópolis - Roraima.** 2014. 148p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2014.

ROCHA, Valcleia Barros. **O Significado do “Novo” Urbano na Última Fronteira Amazônica.** 2013. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2013.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000.** 2004. 271. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: NAEA/UFGA, 2004.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana do Estado de Roraima – Brasil.** 2007. 327p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VALE, Ana Lia Faria. **Imigração de Nordestinos para Roraima.** In, Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2006.

VERAS, Antônio Tolrino de Resende. **A Produção do espaço urbano em Boa Vista – Roraima.** São Paulo, 2009. 235p. Dissertação (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

DIÁRIO DE GEÓGRAFO: PERCEÇÃO Y CONCEPTO DE PAISAJE EN LA CAPITAL MACAPÁ – AMAPÁ / AMAZONIA BRASILEÑA

DIÁRIO DE GEÓGRAFO: PERCEÇÃO E CONCEITO DE PAISAGEM NA CAPITAL MACAPÁ – AMAPÁ / AMAZÔNIA BRASILEIRA

José Manuel Mateo Rodriguez
(In Memoriam; Falecido em 26 de Julho de 2019)

Graduação em Geografia - Havana, Mestrado em Educação Ambiental - UED, Doutorado em Ciências Geográficas - Moscou, Pós-Doutorado em Análise Ambiental - Varsovia da Polónia, Pós-Doutorado em Geocologia da Paisagem - Moscou, Professor Titular da Universidade de Havana e Acadêmico Titular da Academia de Ciência de Cuba. Atualmente, professor visitante na Universidade Estadual Paulista/Rio Claro.

Lúcio Keury Almeida Galdino

Graduação em Filosofia, História e Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Professor da Universidade Estadual de Roraima - UERR
lkagaldino@yahoo.com.br

Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Mestrado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona, doutorado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona e doutorado em Géographie et Aménagement - Université de Toulouse II (Le Mirail) . Professor Associado I, da Universidade Federal do Amapá.
ricardoangelo_pereira@yahoo.es



RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma visita em Macapá, capital do estado do Amapá, durante o período de 26 a 30 de setembro de 2018 onde ocorreu a realização do VI Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada à Gestão Territorial. Neste sentido, o trabalho traz uma abordagem do vivido e percebido *in loco* sob o olhar do conceito de Paisagem desenvolvido pela Ciência Geografia que se somatizam com reflexões de diversos lugares do estado. O objetivo desse trabalho é analisar as diversas paisagens encontradas, levando a descrição e caracterização dos lugares e conceituá-los partindo de um viés geográfico que mescla a vivência e experiência intelectual e acadêmica.

Palavras - chave: Geografia. Paisagem. Amazônia. Homem. Meio Ambiente. Cultura.

RESUMEN

El presente trabajo fue desarrollado a partir de una visita en Macapá, capital del estado de Amapá, durante el período del 26 al 30 de septiembre de 2018 donde ocurrió la realización del VI Congreso Brasileño de Educación Ambiental Aplicada a la Gestión Territorial. En este sentido, el trabajo trae un abordaje de lo vivido y percibido *in loco* bajo la mirada del concepto de Paisaje desarrollado por la Ciencia Geografía que se somatizan con reflexiones de diversos lugares del estado. El objetivo de este trabajo es analizar los diversos paisajes encontrados, llevando la descripción y caracterización de los lugares y conceptuarlos partiendo de un sesgo geográfico que mezcla la vivencia y experiencia intelectual y académica.

Palabras clave: Geografía. Paisaje. Amazonia. Hombre. Medio Ambiente. Cultura.



INTRODUCCIÓN

Del 26 al 30 de septiembre de 2018, en el viaje a Macapá, capital del Estado de Amapá, con el propósito de participar en el VI Congreso Brasileiro de Educación Ambiental Aplicada a la Gestión Territorial ha sido posible la oportunidad impar en hacer dos recorridos por la ciudad, y en otro día fuimos a las pequeñas ciudades de Mazagão Nuevo y Viejo, aunque también recorrimos parte de la ciudad. A continuación, una breve exposición de observaciones muy generales sobre los paisajes de la ciudad y los alrededores.

INTRODUÇÃO

De 26 a 30 de setembro de 2018, na viagem para Macapá, capital do Estado do Amapá, com o objetivo de participar do VI Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada à Gestão Territorial foi possível proporcionar uma oportunidade impar em fazer dois passeios pela cidade e em outro dia fomos às pequenas cidades de Mazagão Novo e Velho, embora também tenhamos visitado parte da cidade. A seguir, uma breve exposição de observações muito gerais sobre as paisagens da cidade e do entorno.

PERCEPCIÓN Y CONCEPTO DE PAISAJE EN LA CAPITAL MACAPÁ

El Paisaje Natural

Macapá se encuentra en el litoral del borde izquierdo (occidental) del gran delta abierto del río Amazonas. Es imponente su litoral: parece un gran mar abierto, pero es un río de agua dulce. Es surcado por una gran cantidad de islas boscosas, incluyendo el lado oriental, donde está Pará, y topa con al isla de Marajo.

El mar Atlántico está a unos 200 kilómetros de la costa. No obstante el mar influye de forma directa sobre todo el espacio natural. Las olas marinas empujan a las aguas del río, y estos forman una “resaca” que chocan directamente sobre el pequeño muro de piedra, que forma gran parte del “malecón” de la orla marina. A veces, en el área donde el Ecuador cruza el río, las olas cruzan el muro y forman una especie de cárcava en el borde costero.

La otra influencia marina, viene dada por la acción de las mareas. La diferencia llega a alcanzar hasta 3 metros y en la baja marea se forma una playa de lama, que a veces penetra más de un kilómetro en las aguas del río-mar, tal y como se conoce popularmente ese espacio acuático (Figura 01). Penetrando el mar por más de un kilómetro se expanden algunos muelles en cuyos bordes se lleva a cabo la explotación y traslado de agua dulce a “tierra firme”.



Figura 01 - Planicie marina descubrimiento por la marea. Fotografía del autor, setiembre 2018.

La ciudad se encuentra enclavada en una llanura que no rebasa los 20 metros de altitud. Es en su esencia plana aunque en partes tiene ligeras inclinaciones debido a que se forman al menos 2-3 niveles o patamares, dando lugar a unas inflexiones muy suaves pero perceptibles de acuerdo a la diferenciación

morfológica. La llanura se encuentra diseccionada por varios ríos de un ancho de hasta 100 metros que son afluentes del Amazonas. Una terraza acumulativa de unos 2 metros de altitud se forma en el borde litoral, bien representado en forma de escapa en la costa del Fuerte San José. A los mismos drenan varios "igarapes", que son arroyos de agua muchas veces estancadas que constituyen terrenos de humedales, en ocasiones con lagunas relativamente pequeña en el fondo. Se cubre con una vegetación herbácea, en ocasiones acompañada de agrupaciones de palmas. En las lagunas se observan a menudo de vegetación de "malagueta" indicador de eutrofización. Los mismos son muy anchos, llegando a alcanzar de 1 a 3 kilómetros de ancho. Su disección relativa no sobre pasa los 3-5 metros. Por lo visto toda la llanura está formada por sedimentos consolidados, siendo presumiblemente de origen aluvial.

La costa predominantemente se forma por una barrera boscosa de " floresta de varzea" (bosque de planos de inundación aluvial) y manglares altos. En ocasiones se forman acumulaciones de arena o cantos, en particular antes del muro de la "beira mar" (el malecón del río).

PERCEPÇÃO E CONCEITO DE PAISAGEM NA CAPITAL MACAPÁ

A paisagem Natural

Macapá está localizada na costa da margem esquerda (oeste) do grande delta aberto do rio Amazonas. Sua costa é imponente: parece um grande mar aberto, mas é um rio de água doce. É atravessada por um grande número de ilhas florestadas, incluindo o lado leste, onde fica o Parã, e atinge com a ilha de Marajó.

O mar Atlântico fica a cerca de 200 quilômetros da costa. No entanto, o mar tem influência direta em todo o espaço natural. As ondas do mar empurram as águas do rio,

e estas formam uma "ressaca" que colide diretamente sobre o pequeno muro de pedra, que forma uma grande parte do "paredão" da orla marítima. Às vezes, na área onde o Equador atravessa o rio, as ondas atravessam a parede e formam uma espécie de barranco na orla costeira.

A outra influência marinha é dada pela ação das marés. A diferença chega a até 3 metros e na maré baixa forma-se uma praia de lama, que às vezes penetra mais de um quilômetro nas águas do rio-mar, como é conhecida esse espaço aquático. Penetrando o mar por mais de um quilômetro, algumas nascentes se expandem nas bordas das quais ocorre a exploração e transferência de água doce para "terra firme".

A cidade está localizada em uma planície que não excede 20 metros de altitude. É em sua essência plana, embora em partes tenha ligeiras inclinações devido ao fato de que pelo menos 2-3 níveis ou patamares são formados, dando origem a inflexões muito suaves que são perceptíveis de acordo com a diferenciação morfológica. A planície é dissecada por vários rios de até 100 metros de largura que são afluentes do Amazonas. Um terraço cumulativo de cerca de 2 metros de altura é formado na orla costeira, bem representada na forma de fugas na costa do Forte São José. Eles drenam vários "igarapês", que são frequentemente cursos de água estagnada que constituem terras alagadas, às vezes com lagoas relativamente pequenas no fundo. É coberto por uma vegetação herbácea, por vezes acompanhada por grupos de palmeiras. Nas lagoas, a vegetação da "malagueta", um indicador de eutrofização, é frequentemente observada. Eles são muito largos, atingindo até 1 a 3 quilômetros de largura. Sua dissecção relativa não excede 3-5 metros. Aparentemente toda a planície é formada por sedimentos consolidados, presumivelmente de origem aluvial.

A costa é predominantemente formada por uma barreira arborizada de "floresta de

varzea" (floresta aluvial de várzea) e altos manguezais. Às vezes se formam acúmulos de areia ou seixos, em especial diante do muro da "beira-mar" (a orla do rio).

El Paisaje Antropo Natural

La ciudad se originó tomando como punto de partida la función de cuidado y monitoreamiento de toda la bacía amazónica, y del litoral nororiental de Brasil. El Fuerte de San José, situado en el borde del litoral, constituía la mayor obra de defensa de todo el país, y fue el enclave que permitió el desarrollo ulterior del núcleo urbano. Macapá es una ciudad de cerca de 500.000 habitantes. Es una ciudad expandida horizontalmente, predominantemente de casas de un piso, con algunos predios de 4-5 andares. Solo puntualmente se localizan edificios de más de 10 andares, más bien aislados. Es de estructura cuadrangular. Las avenidas y gran parte de las calles son asfaltadas, amplias, anchas (Figura 02). Presentan alguna vegetación en los bordes, aunque poca en patios, distinguiéndose por la poca presencia de áreas verdes.



Figura 02 – Avenidas de la ciudad de Macapá.
Fotografía del autor, setiembre 2018.

Su apariencia es la de una ciudad limpia, ordenada. Se considera una "ciudad planejada en particular por la presencia de un área con edificios gubernamentales" (Figura 03). A veces

los espacios son atravesadas por canales contaminados, que son antiguos arroyos y ríos en el medio urbano.



Figura 03 - Edificios institucionales de la ciudad de Macapá. Fotografía del autor, setiembre 2018.

La heterogeneidad espacial, la presencia de objetos localizados de forma incoherente, dan la presión de constituir un "caos organizado" o un "orden caótico", en palabras de nuestro colega español Mario Burgui.

La estructura de la ciudad se forma por los siguientes espacios:

- Ciudad central: El centro tiene un carácter heterogéneo. Solo presenta algunas pocas edificaciones antiguas en particular bajo la forma de iglesias católicas. En general corresponde con las partes más altas de la planicie. Presenta los siguientes espacios:

(a) *Área gubernamental* - Formada alrededor del parque das banderas, amplio espacio de encuentro con cemento, donde se exponen varias banderas. Se localiza el palacio del gobernador, otras instituciones estatales. Esta anexo a otros dos parques relativamente grandes. A partir de ahí se extiende la Avenida de la FAB (Fuerza Aerea Brasileira), donde se localizan unas 10 instituciones estatales de 2-4 andares construidas en los años 40-80, y varios hospitales también de 3-4 andares. Es la expresión máxima del espacio urbano planejado e institucionalizado. sin embargo,

alrededor del parque, se comienzan a localizar predios de 10 andares, expresión de la verticalización modernizadora de la urbe

(b) *Área comercial* - Forma un abigarrado y enorme espacio, compuesto por edificaciones de 1-2 pisos, marcadas por la presencia de propaganda y carteles de divulgación, con una heterogeneidad cromática y morfológica. Comúnmente se mezcla en este espacio algunas casas pequeñas (incluso de madera), casas con muros formados por garajes y predios de 3-4 andares.

(c) *Área litoral* - Formada por dos espacios: la orla marina y Fazendinha. Un muro de no más de un metro de altitud marca la línea costera. En la avenida doble paralela a la costa, alejada de la misma por un amplio calzadon en parte arbolado (de hasta 200 metros, en la que se localizan kioskos abiertos de techo de tajás. El frente urbano lo forman edificaciones de 1-2 andares con restaurantes y áreas de recreo, y en ocasiones moradias de nivel medio y alto.

• Ciudad intermedia: La amplia zona residencial tiene una estructura bastante uniforme, aunque también se localizan diversos paisajes. En parte se difunde en las áreas mas bajas, cercanas al litoral y a los ríos.

(d) *Área de viviendas modernas de nivel medio* - Es el espacio más expandido. Se forma en lo fundamental por casas de padrón medio, formadas por muros de garajes. Las mismas esconden casas comunes de tejas, o casas más modernas. A veces se yerguen algunos edificios muy conspicuos, formados por estructura de balcones con borde de cemento y fuertemente rematados hacia afuera. También en ocasiones se localizan edificios ultramodernos de morfología rectangular de 3-4 andares. Todo el espacio es cruzado por amplias avenidas, frecuentemente presentando edificios comerciales de manera abigarrada de hasta 2-4 pisos.

(e) *Área de padrón bajo* - Formadas por

casas sin muros, o con pocos muros, sencillas, con techo en forma de pico, con pocos árboles, muchas de madera. Las avenidas son anchas y en parte arboladas. Sin embargo, muchas de las calles interiores no están asfaltadas ni presentan calzadas.

(f) *Área de nivel alto* - un pequeño espacio, formado por casas en forma de mansiones, amplias con patios, y estructura bien consolidada.

• Ciudad periférica: Compone los espacios de los arroyo ocupados por asentamientos, y el área rural-urbana, y forma la transición con el bosque natural. Esta transición es brusca, no localizándose ninguna faja de amortiguamiento, sino que la floresta ha sido degradada y alterada.

(g) *Asentamientos en los arroyos* - Es sin duda el espacio más conspicuo y pintoresco. Se ubican en las depresiones de arroyos, generalmente con fondo acuático de profundidad que oscila de 20 cms hasta 1 metro. Se conocen como "baixadas" y "áreas de puentes". Se forman por casas de madera, de padrón medio o baja (casuchas), alzadas sobre pilotes (palafito), comunicadas por pasadizos de madera (verdaderos puentes) sobre el agua. A pesar de lo rústico de las viviendas, el barrio está ordenado. Con excepción de los espacios acuáticos, generalmente llenos de plásticos y basuras de todo tipo, que los vecinos atribuyen al arribo de las mareas (los que se encuentran cerca del mar), aunque también son provocados por el arrojamiento de desechos. Una de las áreas que visitamos está controlada por los traficantes. Allí pudimos observar verdaderos "dueños del territorio", con vigilante que controlan todo el acceso. El espacio del arroyo "Fortaleza", es controlado por la iglesia católica, presentándose edificaciones de madera relativamente grandes que sirven de templos. En parte los espacios acuáticos son rellenados por virutas de azai, práctica que

cambia por completo el régimen de drenaje y aumenta el nivel de inundación.

(h) *Áreas del espacio del Marco Zero* - El marco Zero, es una edificación en forma de poste de cemento de unos 20 metros de altitud. Es un lugar, que expresa el símbolo de la latitud cero. Lo circunda una especie de plataforma rellena sin uso, el estadio conocido como Zerao, y otras edificaciones. Más adelante se localiza, la universidad que son edificaciones de un piso sencillas.

(i) *Ríos* - atravesando la ciudad, ocupándose sus orillas por navíos típicos de tamaño medio que constituyen la vía de transporte más efectivo en gran parte del Estado.

(j) *Área de casas rústicas en superficies anexas a los arroyos* - El extremo periférico se forma por casas rústicas separadas por espacios de 20-100 metros, circundadas por pastos y matorrales. Un caso particular es el barrio de Coriaú. Es una comunidad kilombola (de población negra). Predominan las casas rústicas de madera, con patios, con plantíos para autoconsumo. Están apareciendo algunas casas más modernas, de mejor estructura, y varias edificaciones públicas sencillas (puestos médicos, escuelas). Al lado se localiza el Área de Protección Ambiental (Apa) de Curiaú, un arroyo con lagunas, en el que se ubican edificaciones de madera para restaurantes y bares, y kioscos rústicos.

A paisagem Antropo-Natural

A cidade teve origem tomando como ponto de partida a função de cuidado e monitoramento de toda a bacia amazônica e do litoral nordestino do Brasil. O Forte de São José, localizado no limite da costa, foi o maior trabalho de defesa de todo o país, e foi o enclave que permitiu o desenvolvimento do núcleo urbano, Macapá é uma cidade de cerca de 500.000 habitantes. É uma cidade horizontalmente expandida, predominantemente de casas de um andar, com alguns prédios de 4 a 5 andares. Somente

edifícios com mais de 10 andares, isolados. Tem uma estrutura quadrangular. As avenidas e a maioria das ruas são pavimentadas, espaçosas, largas.

Sua aparência é a de uma cidade limpa e ordenada. É considerada uma "cidade planejada devido à presença de uma área com prédios do governo". Às vezes os espaços são atravessados por canais poluídos, que são antigos riachos e rios no meio urbano.

A heterogeneidade espacial, a presença de objetos localizados de forma incoerente, dá a pressão para constituir um "caos organizado" ou uma "ordem caótica", nas palavras do nosso colega espanhol Mario Burgui.

A estrutura da cidade é formada pelos seguintes espaços:

- Centro da Cidade: O centro tem um caráter heterogêneo. Apresenta apenas alguns edifícios antigos, em particular, na forma de igrejas católicas. Em geral, corresponde às partes mais altas da planície. Apresenta os seguintes espaços:

(a) *Área do governo* - Formada ao redor do Parque das Bandeiras, um grande espaço para reuniões, onde são exibidas várias bandeiras. Está localizado o Palácio do governador, outras instituições do estado. A partir daí se estende a Avenida da FAB (Força Aérea Brasileira), onde estão localizadas umas 10 instituições estaduais de 2-4 andares construídas nos anos 40-80, e vários hospitais também de 3-4 andares. É a expressão máxima do espaço urbano planejado e institucionalizado. No entanto, em torno do parque, começam a localizar propriedades de 10 andares, expressão da verticalização moderna da cidade.

(b) *Área comercial* - Forma um espaço variado e enorme, composto por edifícios de 1-2 andares, marcados pela presença de propaganda e cartazes de divulgação, com uma heterogeneidade cromática e morfológica. Comumente misturadas neste espaço estão algumas pequenas casas (mesmo de madeira),

casas com paredes formadas por garagens e prédios de 3-4 andares.

(c) *Área Litorânea* - Formada por dois espaços: a fronteira marítima e a Fazendinha. Uma parede de não mais de um metro de altitude marca o litoral. Na avenida dupla paralela à costa, afastada por uma larga passagem arborizada (até 200 metros, em que se localizam quiosques abertos com telhados de estacas). A frente urbana é formada por edificações de 1-2 andares com restaurantes e áreas de lazer, e às vezes moradias de médio e alto padrão.

• Cidade intermediária: A grande área residencial tem uma estrutura bastante uniforme, embora várias paisagens também estejam localizadas. É parcialmente disseminado nas áreas mais baixas, perto da costa e dos rios.

(d) *Área de casas modernas de padrão médio* - É o espaço mais expandido. É basicamente formado por casas de padrão médio, formadas por paredes de garagens. Eles escondem casas comuns de telhas ou casas mais modernas. Às vezes, existem alguns edifícios muito visíveis, formados pela estrutura de varandas com uma borda de cimento e fortemente coberto para o exterior. Às vezes, edifícios ultramodernos com morfologia retangular de 3-4 andares também estão localizados. Todo o espaço é atravessado por largas avenidas, apresentando frequentemente edifícios comerciais de forma variada até 2-4 andares.

(e) *Área de baixo padrão* - Formada por casas sem paredes, ou com poucas paredes, simples, com telhado em forma de pico, com poucas árvores, muitas de madeira. As avenidas são largas e parcialmente arborizadas. No entanto, muitas das ruas internas não são pavimentadas nem apresentam pavimento.

(f) *Área de alto padrão* - Um pequeno espaço, formado por casas em forma de mansões, espaçosas com pátios e estrutura

bem consolidada.

• Cidade periférica: Compõe os espaços dos igarapés ocupados pelos assentamentos, e a área rural-urbano, e forma a transição com a floresta natural. Essa transição é abrupta, não sendo localizada nenhuma zona de diminuição, mas a floresta foi degradada e alterada.

(g) *Assentamentos nos igarapés* - É sem dúvida o espaço mais visível e pitoresco. São localizados nas depressões de igarapés, geralmente com profundidade de água variando de 20 cm a 1 metro. Eles são conhecidos como "baixadas" e "áreas de ponte". São formadas por casas de madeira, de padrão médio ou baixo (casebres), erguidas sobre palafitas, comunicadas por passagens de madeira (verdadeiras pontes) sobre a água. Apesar da rusticidade das casas, o bairro é limpo. Com exceção dos espaços aquáticos, geralmente cheios de plásticos e lixo de todos os tipos, que os vizinhos atribuem à chegada das marés (aqueles que estão próximos do mar), embora também sejam provocados pelo lançamento de resíduos. Uma das áreas que visitamos é controlada por traficantes. Ali pudemos observar verdadeiros "donos do território", com vigias que controlam todo o acesso. O espaço do igarapé "Fortaleza" é controlado pela Igreja Católica, apresentando edifícios de madeira relativamente grandes que servem como templos. Em parte, os espaços aquáticos são preenchidos com birutas de açaí, uma prática que altera completamente o regime de drenagem e aumenta o nível de inundação.

(h) *Áreas do espaço Marco Zero* - O Marco Zero é um edifício em forma de poste de cimento com cerca de 20 metros de altura. É um lugar, que expressa o símbolo de latitude zero. É cercado por uma espécie de plataforma recheia sem uso, o estádio conhecido como Zerão e outros edifícios. Posteriormente localiza-se a Universidade que são edifícios de um andar simples.

(i) Rios - Atravessando a cidade, ocupando suas margens por típicas embarcações de médio porte que são os meios de transporte mais eficazes em grande parte do Estado.

(j) Área de casas rústicas em áreas anexas aos igarapés - O extremo periférico é formado por casas rústicas separadas por espaços de 20 a 100 metros, cercadas por pastagens e arbustos. Um caso particular é o bairro de Coriaú. É uma comunidade quilombola (da população negra). Predominam as casas de madeira rústicas, com plantações para autoconsumo. Algumas casas mais modernas, com melhores estruturas, e vários edifícios públicos simples (postos médicos, escolas) estão aparecendo. Ao lado está a Área de Proteção Ambiental (Apa) do Curiaú, um igarapé com lagoas, onde ficam os prédios de madeira para restaurantes, bares e quiosques.

El paisaje cultural

Macapá forma un espacio geocultural urbano consolidado, en el que se manifiesta un Crecimiento urbano excesivo, la creación de una red urbana bajo la forma de una malla programada; y la creación de una nueva ciudad planificada. La urbanización en la Amazonia donde Macapá es el reflejo de que a mayor parte de la población vive en ciudades. La ciudad “urbanizó” la selva.

El hermoso museo de “Sacaca”, en homenaje a un activista cultural ya fallecido, es una muestra al aire libre y “ en natura”, del proceso de producción del espacio. Ahí se muestra la manera en que vivían los riberinhos (habitan de las riberas de os arroyos) en un medio rural. Casas simples de madera de palafitos (Figura 04), y otros objetos son muestra del precedente espacial del amplio y complejo proceso de urbanización que experimento Macapá.



Figura 04 – Réplica de vivienda en el museo.
Fotografía del autor, setiembre 2018.

Amapá forma parte del mundo cultural o civilización amazónica. Ello se refleja en el estilo de vida de la población amazónica. El río – mar, y toda la red de ríos afluentes y de arroyos y la floresta que circunda la ciudad, constituyen el signo paisajístico característico que le confiere singularidad, coherencia y armonía. El río –mar domina el paisaje. En su entorno se ha formado la orla, que recuerda la beira mar de las ciudades capitales nordestinas (Figura 05), donde se moviliza la población para practicar el lazer. La floresta está prácticamente ausente en la ciudad, con áreas verdes muy poco expandidas. Sin embargo, a no más de 10 kilómetros, el bosque se expande como una cobertura densa, uniforme y dominante, acompañado de las sabanas y lagunas de los arroyos.



Figura 05 – Orla del Macapá.
Fotografía del autor, setiembre 2018.

El intenso calor, las comidas típicas (como el tacacá), la presencia del peixe y el camarón, y el dominio absoluto del açaí, que se ofrece con signos de banderas rojas que manifiestan su presencia, son elementos marcantes en la vida del macapense.

Macapá, tiene los elementos básicos de la urbanización brasileña, de una ciudad intermedia, en condiciones de relieve predominantemente plano. Sin embargo, algunos paisajes reflejan su singularidad, en particular la ciudad institucionalizada de los edificios públicos que se difunden principalmente a lo largo de una avenida, la presencia de tres parques grandes en su entorno y los barrios de moradias precarias en los arroyos que llegan a alcanzar hasta el 20-30 % del área, o viviendas precarias en las comunidades quilombolas.

Es una ciudad, en que por su aspecto resalta la modernidad. No existe una matriz antigua, y solo algunas iglesias constituyen e testimonio de épocas pasadas. Hay sin embargo, dos atractivos, que constituyen los hitos, los cartones postales. La fortaleza de San José, en un entorno privilegiado de una terraza alta, constituye el giro central a partir de la cual, se localizó y expandió la urbe. El Marco Zero, por su altitud y su simbología, se expande en un espacio aun poco consolidado urbanísticamente. En síntesis, es un paisaje cultural relativamente poco expresivo, aunque guarda algunos elementos de singularidad, que se respiran de manera marcante en todo el entorno.

A paisagem cultural

Macapá forma um espaço geocultural urbano consolidado, em que há crescimento urbano excessivo, a criação de uma rede urbana na forma de uma grade programada; e a criação de uma nova cidade planejada. A urbanização na Amazônia, onde Macapá é o reflexo de que a maioria da população vive nas cidades. A cidade "urbanizou" a selva.

O belo museu de "Sacaca", em homenagem a um ativista cultural já falecido, é uma exposição ao ar livre e "in nature", do processo de produção do espaço. Mostra-se a maneira como os ribeirinhos viviam (eles habitam as margens dos igarapés) em um ambiente rural. Casas de madeira simples de palafitas e outros objetos são uma amostra do precedente espacial do extenso e complexo processo de urbanização que Macapá experimentou.

O Amapá faz parte do mundo cultural ou da civilização amazônica. Isso se reflete no estilo de vida da população amazônica. O rio - mar, e toda a rede de rios afluentes e igarapés e a floresta que circunda a cidade, constituem o sinal característico da paisagem que confere singularidade, coerência e harmonia. O rio-mar domina a paisagem. Em seu entorno, formou-se a orla, que lembra a beira-mar das capitais nordestinas, onde a população é mobilizada para a prática do lazer. A floresta está praticamente ausente na cidade, com muito poucas áreas verdes. No entanto, a não mais do que 10 quilômetros, a floresta se expande como uma cobertura densa, uniforme e dominante, acompanhada pelas savanas e lagoas dos igarapés.

O calor intenso, os alimentos típicos (como a tacaca), a presença de peixe e camarão e o domínio absoluto do açaí, que é oferecido com sinais de bandeiras vermelhas que manifestam sua presença, são elementos marcantes na vida dos macapaenses.

Macapá tem os elementos básicos da urbanização brasileira, de uma cidade intermediária, em condições de relevo predominantemente plano. No entanto, algumas paisagens refletem sua singularidade, em particular a cidade institucionalizada de prédios públicos que se distribuem principalmente ao longo de uma avenida, a presença de três grandes parques em seu entorno e favelas nos igarapés que alcançam atingir até 20-30% da área, ou moradias precárias nas comunidades quilombolas.

É uma cidade em que a modernidade se destaca pela sua aparência. Não há matriz antiga e apenas algumas igrejas constituem um testemunho de tempos passados. Há, no entanto, duas atrações, que constituem marcos, os cartões postais. O Forte de São José, em um ambiente privilegiado de um alto terraço, constitui o pivô central a partir do qual a cidade foi localizada e ampliada. O Marco Zero, devido a sua altitude e seu simbolismo, se expande em um espaço ainda pouco consolidado no planejamento urbano. Em suma, trata-se de uma paisagem cultural relativamente não expressiva, embora retenha alguns elementos de singularidade, que são respirados de forma marcante em todo o ambiente.

Consideraciones finales

En el fondo del paisaje urbano de las capitales estatales brasileñas, Macapá se distingue por ser una ciudad provinciana, tranquila, relativamente uniforme, con algunos elementos distintivos. Sin embargo, la verticalización y la excesiva modernización se manifiestan como peligros para una desestructuración del paisaje. Por otra parte, la higienización, la urbanización de áreas no consolidadas, y la búsqueda de un ordenamiento más regular a lo largo de ejes viarios se manifiestan como desafíos para el futuro.

Considerações Finais

No fundo da paisagem urbana das capitais estaduais brasileiras, Macapá destaca-se por ser uma cidade provinciana, tranquila, relativamente uniforme, com alguns elementos distintivos. No entanto, a verticalização e modernização excessiva se manifestam como perigosos para uma desestruturação da paisagem. Por outro lado, o saneamento, a urbanização de áreas não consolidadas e a busca por um ordenamento mais regular ao

longo dos eixos rodoviários se manifestam como desafios para o futuro.

Brasil, 26 de Dezembro de 2018
JMMR; LKAG; RAPL.

DINÂMICAS ESPACIAIS NA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS - RR: UM OLHAR A PARTIR DA INTRODUÇÃO DE OBJETOS ARTIFICIAIS

Kelson da Luz Oliveira

Mestre em Geografia pelo PPGGEO – UFRR
Kelsondaluzz@yahoo.com.br

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Universidade Federal de Roraima - UFRR
maria.bethonico@ufr.br

RESUMO

O presente artigo aborda as transformações espaciais ocorridas na região do Alto São Marcos, Terra Indígena São Marcos-RR, a partir da introdução de objetos artificiais no espaço indígena, fundamentado na teoria dos Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações de Milton Santos. Os objetos são produtos de uma elaboração social, resultado do trabalho do homem, são exemplos as estradas, fazendas, hidrelétricas, dentre outros. No contexto histórico e geográfico da Terra Indígena São Marcos, grandes objetos foram introduzidos no espaço indígena como a Fazenda Realque deu origem a terra indígena, a BR-174, a cidade de Pacaraima e o linhão de transmissão de energia elétrica entre Venezuela e Brasil. Esses objetos vinculados aos seus sistemas fomentam as transformações espaciais e refletem influências no cotidiano das comunidades indígenas locais.

Palavras - chave: transformações espaciais. Terra Indígena São Marcos. Sistemas de objetos. Sistemas de ações.

ABSTRACT

This article aims to the spacial transformations occurring in São Marcos, São Marcos -RR Indigenous land. Apart from its introduction in artificial objects in the indigenous area, based on Milton Santos'objects systems and action systems theory. These objects are products of a social elaboration, as a result of men's work, some examples of objects road, farms, hydroelectric and others. In the historical and geographic context in São Marcos indigenous land, large objects were introduced into the indigenous area, such as Real farm which initialized its indigenous land, BR174, Pacaraima city and the transmission line of electricity between Venezuela and Brazil. These objects linked to their systems of action foster spatial transformations and reflect influences on the daily lives of local indigenous communities.

Keywords: Spatial transformations. São Marcos indigenous land. Objects' systems. Action's systems.



INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 dispõe de vários artigos sobre direitos indígenas – art. 20º, 22º, 49º, 109º, 129º, 176º, 210º, 215º, 216º, 231º e 232º, além do art. 67º do Ato das Disposições constitucionais provisórias (Brasil. Leis, 1993, p.14-17). Assegurou à identificação e a demarcação de terras indígenas, definindo-as como as tradicionalmente ocupadas pelos povos integrantes das várias etnias do Brasil. O artigo 231 destaca:

São aquelas terras por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários e seu bem-estar as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Em cumprimento aos dispositivos legais, a União demarcou, homologou e registrou 46,1% do território do estado de Roraima como terras indígenas, segundo ISA (2016). De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existem quatro classificações de terras indígenas no Brasil, considerando-se os termos da legislação vigente, Lei 6001 (Estatuto do Índio) e o Decreto n.º1775/96: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas; Reservas Indígenas; Terras Dominadas e Terras Interditadas. A cada uma com sua característica própria.

Com a promulgação da primeira Constituição da República em 1891, as terras que já eram ocupadas por indígenas, sofreram um retrocesso com a interpretação equivocada do artigo 64 dessa constituição, que atribuía legislação supletiva aos estados sobre terras devolutas. O estado do Amazonas, do qual fazia parte as terras do atual estado de Roraima, aproveitou a oportunidade para distribuir títulos dessas terras já ocupadas pelos povos tradicionais como sendo terras

como devolutas.

Segundo Frank e Cirino (2010) somente no ano de 1917, com a Lei nº 941, o estado do Amazonas concedeu posse aos indígenas das etnias Macuxi e Jaricuna (os atuais Pemon/Taurepang), como forma de compensar uma injustiça com os indígenas da região, pela interpretação distorcida do artigo 64 da Constituição de 1891. Uma área de pouco mais de 100 mil hectares de reserva se tornou uma estratégia do governo para a liberação final das terras, que antes foram tituladas a posseiros e, finalmente, devolvidas aos indígenas com sua regularização.

Atualmente, no Brasil, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os povos indígenas somam 817.963 pessoas. Desses, 517 mil ou 57,5% vivem em terras indígenas demarcadas por todos os estados da federação. Dados da FUNAI legitimam a existência de 561 terras indígenas, totalizando uma superfície de 116.850.683,5021 ha.

Roraima possuía no ano de 2017, de acordo com Instituto Socioambiental (ISA), 32 terras indígenas regularmente demarcadas, homologadas e registradas. Segundo o IBGE, 83,2% da população indígena do estado vivem em terras demarcadas, formalizando o maior percentual em proporção de todos os estados do Brasil (Figura 1).

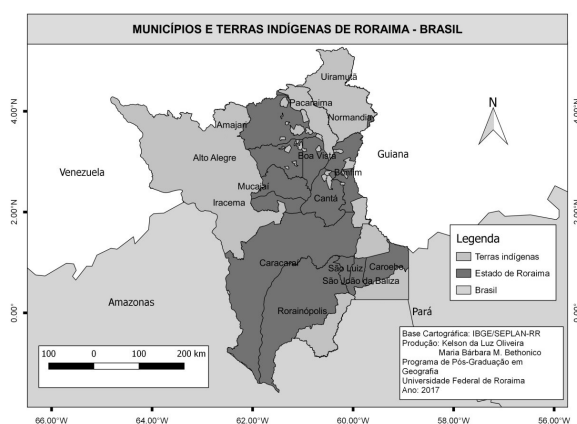


Figura 1 - Terras Indígenas de Roraima
Fonte: Base Cartográfica IBGE/SEPLAN-RR. Produção dos autores (2017).

Para o líder indígena Ailton Krenak, o conceito de terra indígena para o índio vai muito além da denominação de espaço delimitado pelo Estado. É o lugar místico do índio onde os contos, as lendas e tradições do povo são representados em figuras da natureza, como em rios, serras e florestas, nomeando os lugares e identificando a herança ancestral das tradições. Assim, a terra é o espaço vivo como é viva a cultura ali presente, é vivo e dinâmico como qualquer sociedade externa aos limites das terras indígenas (COHN, 2015).

Entre os espaços reservados a população indígena de Roraima, temos a Terra Indígena São Marcos (TISM), considerada por alguns autores, a exemplo Santilli (2001) e Andrello (2010), como a mais antiga do Brasil por ter sua gênese nos limites da Fazenda do Rei que se delineou pelos campos de Roraima em meados do século XVIII. Atualmente a gestão da TISM é conhecida e organizada internamente pelos seus membros em três sub-regiões: Baixo São Marcos, Médio São Marcos e Alto São Marcos. Este artigo contempla apenas as transformações espaciais geradas pelos sistemas de objetos e sistemas de ações na sub-região do Alto São Marcos.

Como objetivo de analisar os processos de transformações espaciais ocorridas na região do Alto São Marcos, o presente artigo traz uma discussão inicial sobre o conceito de espaço e a teoria dos sistemas de objetos e sistemas de ações, de Milton Santos, considerando-a aplicável a análise proposta. Para tal, utilizou-se de levantamentos bibliográficos, coleta de dados secundários e entrevistas com moradores da comunidade indígena Nova Esperança. O conceito de espaço, os objetos que o compõem e as ações relacionadas decorrem de intenções desde sua origem, sendo que podemos observar mudanças ao longo da história, dependendo dos contextos sociais, culturais e políticos envolvidos. A análise de uma comunidade indígena, a Nova Esperança, permitiu compreender essas transformações e os reflexos no seu cotidiano.

As transformações iniciais ocorrem ainda no período colonial com a implantação das fazendas, entre elas a Fazenda São Marcos que serviu de referência para a área destinada a atual Terra Indígena São Marcos. A posição geográfica desta terra, na parte central do estado de Roraima até a porção norte, na fronteira com a Venezuela, levaram a ser alvo de intenções para novos objetos, como a rodovia BR174 e uma linha de transmissão de energia elétrica que tem sua origem na Venezuela e atravessa parte da terra indígena até atingir a cidade de Boa Vista, capital do estado. Percebe-se que esses novos objetos marcam a vida das comunidades da região e foram reapropriados de diferentes formas, com impactos negativos e positivos conforme a percepção dos moradores, porém, com novas intenções e fluxos, conferindo uma nova dinâmica a essa parte de Roraima.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUA ANÁLISE A PARTIR DOS SISTEMAS DE OBJETOS E SISTEMAS DE AÇÕES

Para Santos (2014) o espaço geográfico é uma instância da sociedade, como temos a instância econômica, cultural e ideológica, e é considerado um fator da evolução social e não apenas uma condição para que esta se desenvolva. O ser humano é o grande transformador da natureza, tornando-a espaço ou, como lembra Correa (2001), o espaço geográfico é a morada do homem. Como o homem é um ser social, logo o espaço tem sua essência neste social, onde inclui-se, além dos elementos materiais (naturais ou artificiais), os culturais, marcando o espaço com objetos que são decorrentes do social e representam um determinado tempo.

O espaço é o maior conjunto de objetos existentes e esses objetos estão em constante interação, como se na vida da sociedade e do espaço, existissem um motor movente

e um motor movido (SANTOS,1987). Como definição da palavra “objeto” no contexto dos sistemas, que configuram o espaço geográfico, o sociólogo francês Jean Braudrillard (2009, p. 214) explica ser: “um elemento do mundo externo, fabricado pelo homem e que este deve assumir ou manipular. [...] ligado à escala humana e um pouco inferior ao próprio homem”. Santos (2014) classifica “objeto” como sendo o produto de uma elaboração social, diferindo-se das coisas, que são os produtos da elaboração natural. Ressalta ainda que as coisas estão cada vez mais sendo substituídas por objetos, já que as coisas, quando utilizadas pelos homens, a partir de intenções sociais passam, também, a serem objetos. As coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho do homem, concebidos para certas finalidades, intencionalmente fabricados e localizados. Frutos da ciência e tecnologia, esses objetos buscam a exatidão funcional, aspirando à perfeição.

Baudrillard (2009) afirma que a ação é a função e a racionalidade para qual o objeto foi criado, assim a função ao emancipar-se do objeto, adquiriu um valor em si. Santos (2014) complementa serem “ações” as intencionalidades, servindo como uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. A ação envolve uma sequência de atos, como um comportamento orientado, que se dá em determinada situação, regulado e pode envolver um esforço ou motivação. Um dos resultados da ação é alterar, modificar a situação em que se insere. Esse agir pode caracterizar-se como técnico (leva a interação requisitada pela técnica), formal (supõe-se obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos) e simbólico (compreende formas afetivas, emotivas, rituais).

Então, o agir gerado pela intencionalidade e finalidade dos objetos criados pelo homem, constituem “as ações”. E a relação, conexão e informações entre objetos e ações formam os sistemas de objetos e ações que compõem o

espaço geográfico, influenciando na dinâmica da sociedade e da vida. Assim, o espaço é formado por um sistema de objetos e ações:

O espaço como reunião dialética de fixos e de fluxos; o espaço como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente [...] o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS, 2013, p. 105).

Partindo do entendimento que “objetos” são frutos do trabalho do homem, criam-se sistemas de objetos e geram sistemas de ações, moldando o espaço. Destaca-se neste estudo alguns objetos que contribuíram para a atual configuração espacial da região do Alto São Marcos, sendo a Fazenda São Marcos (origem da TISM); a rodovia BR-174; o município e área urbana de Pacaraima e a rede de transmissão de energia elétrica (Linhão de Guri), que atravessa parte da TISM.

MODIFICAÇÕES EM ESPAÇOS TRADICIONALMENTE OCUPADOS

Desde os primórdios até os dias atuais, o espaço vem sofrendo inúmeras intervenções do homem, substituindo o ambiente natural por ambientes artificiais. O meio natural, concedido pela natureza a uma determinada sociedade, aos poucos vai cedendo lugar a um meio cada vez mais artificial e instrumentalizado. Quando tudo era natural, o homem escolhia aquela parte considerada fundamental ao exercício da vida. Essa condição natural constituía a base material da existência do grupo. Esse meio natural, de um modo geral, era utilizado pelo homem sem grandes transformações, embora o homem já utilizasse de algumas técnicas na

relação com a própria natureza, entre as quais a domesticação de animais (SANTOS, 2014).

Para Marx (1998) a primeira forma da propriedade foi a da tribo, que corresponde ao tipo rudimentar da produção em que os homens se alimentavam da caça e da pesca, da criação de gado e de uma agricultura incipiente, a qual pressupunha uma enorme quantidade de terras. A divisão do trabalho era então pouco desenvolvida e limitava-se a constituir uma extensão da divisão do trabalho natural que existia no âmbito da família. A estrutura social tornava-se uma extensão da estrutura familiar.

Santos (2014) constata a história do meio geográfico numa sequência de três etapas: o meio natural, concedido pela natureza e pouco invadido ou transformado pelo homem; o meio técnico, que surge com grande impacto da introdução de ferramentas e objetos técnicos na mecanização do espaço; e o meio técnico-científico-informacional, que se inicia após a Segunda Guerra Mundial e se distingue dos demais períodos pelo fato da interação constante da ciência, da técnica e da informação. A ciência e a tecnologia, juntamente com a informação, estão na base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço na atualidade.

Na sequência deste artigo, destaca-se uma evolução histórica de uma parte do espaço roraimense, região do Alto São Marcos, em períodos que se assemelham as etapas descritas do meio geográfico constatado por Santos (2014), ou seja: o meio natural, considerado aqui no período antes da chegada dos portugueses nas terras indígenas; o meio técnico, com a implantação das fazendas nacionais como objetos técnicos da posse efetiva das terras, além da criação de gado e manutenção da terra; e o meio técnico-científico-informacional, com as grandes transformações no espaço a partir do aparato das novas tecnologias e informações, como é o caso a construção da BR-174, criação do município de Pacaraima e a construção

do linhão de energia elétrica que até os dias atuais subsidia a potência energética do estado.

DA FAZENDA REAL A TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

A gênese da Terra Indígena São Marcos remonta a própria história de colonização do rio Branco, empreendida pelos portugueses a partir do século XVIII, na defesa de suas terras contra as invasões dos espanhóis e holandeses. Em 1775 é construído o Forte São Joaquim e em 1787 é implantada a Fazenda Real que depois, com a posse de mais duas fazendas de particulares, se tornariam as Fazendas Nacionais (ANDRELLO, 2010).

Santilli (2001) ressalta que a atividade pecuarista introduzida na região através das Fazendas Nacionais foi uma iniciativa oficial, visando integração da região do Rio Branco ao mercado interno colonial com o fortalecimento de carnes e couro à capitania de São José do Rio Negro e, dessa forma, torná-la um polo de atração e fixação de colonos.

Essas fazendas ficavam sob a administração do Forte São Joaquim, que representava o poder do governo na região por um longo período. Seus atos administrativos eram subordinados ao Governo da Capitania de São José do Rio Negro e a Tesouraria da Fazenda. O Governo provincial, desde meados do século XIX, vinha tentando fomentar o povoamento dessa região por colonos civis, muito embora sem sucesso nos resultados iniciais, como é o caso da ocupação da freguesia Nossa Senhora do Carmo que, em 1856, encontrava-se inteiramente despovoada (FARAGE; SANTILLI, 1992).

O Governo da Capitania de São José do Rio Negro iniciou essa política de ocupação com a pecuária na região, cabendo ao seu administrador, Manuel da Gama D'Almada, introduzir as primeiras cabeças de gado na região. Nessa lógica, a Fazenda Real, portanto, é criada para assegurar o domínio da região

(CIRINO, 2015). Duas outras fazendas, de propriedades particulares, são criadas em momentos seguintes com data imprecisa, são elas: São Marcos, fundada pelo Capitão Nicolau de Sá Sarmento, que havia comandado o forte de São Joaquim; e São Bento, de posse de José Antônio Évora, um dos comerciantes mais ricos da capitania de São José do Rio Negro. Todavia, essas duas fazendas passariam ao domínio do Estado após a morte do capitão Sá Sarmento, sem herdeiros, e da falência da família Évora. Tornaram-se, assim, as Fazendas Nacionais.

Em 1878, o Ministério da Fazenda viria a precisar os limites das três Fazendas Nacionais do Rio Branco, ficando a Fazenda São Marcos com as seguintes dimensões:



Ao Norte confina com terreno neutro que termina na cordilheira de Pacaraima, lado pouco explorado; ao Sul, com o rio Branco e Tacutu, sendo ahi a confluência destes dous rios; a Leste, com o Tacutu e Surumu; a Oeste, com o rio Branco e Parimé. Tem 60 léguas quadradas aproximadamente de extensão (ANDRELLO, 2010,p.71).



Os limites instituídos pelo Ministério da Fazenda em 1878 coincidem precisamente com os limites atuais da Terra Indígena São Marcos:



Representa uma faixa de terras com uma extensão total de 654.110 hectares limitada a oeste pelo rio Parimé e a leste pelo rio Surumu e Miang; no sentido norte-sul, inicia-se a partir da junção dos rios Tacutu e Uaricoeira, onde encontra-se o Rio Branco, estendendo-se até a fronteira Brasil/Venezuela (ANDRELLO, 2010,p.68).



O Ministério da Fazenda passa a administrar as Fazendas Nacionais por se tratarem de áreas de fronteira ainda em litígio e com um peso geopolítico estratégico

para a estruturação dos marcos fronteiriços brasileiros no extremo norte. Com o advento do período Republicano e a interpretação distorcida do art. 64 da Constituição de 1891, que atribuía legislação supletiva aos Estados sobre terras devolutas, Diniz é favorecido pelo Governo do Amazonas, que passa a distribuir títulos de propriedade nas terras das fazendas nacionais. Em 1900 o Governo do Amazonas, amparado pelo Decreto nº 7 de 20 de novembro de 1899, abre uma concorrência pública para venda das Fazendas Nacionais. Porém o Ministério da Guerra manifesta-se contrário à venda por se tratar de área de fronteira internacional.

Em 1912 a fazenda São Marcos passa à colonização direta do Ministério da Agricultura, pelo decreto nº 2513-A, ficando a Superintendência da Defesa da Borracha encarregada da administração da fazenda. Em 1915, com a extinção da Superintendência da Defesa da Borracha, os cuidados sobre a manutenção da fazenda São Marcos ficam com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (ANDRELLO, 2010). Nesse contexto, as ações de serviços aos indígenas da região ficaram concentradas na sede da fazenda com a instalação de um posto indígena, recebendo melhorias como o atendimento a saúde, medição e demarcação da fazenda, implantação de uma escola agrícola indígena em regime de internato, benfeitorias e incremento dos rebanhos e dessa forma agregando cada vez mais a população indígena.

Andrello (2010, p.78) relata que partir do início da década de 1930, o SPI começa a apresentar sinais de declínio em suas atividades na Fazenda São Marcos, quando “surtem denúncias de roubo e desvio de gado, o contrabando de produtos da Venezuela passa a ser praticado nos campos de São Marcos, prédio e plantações abandonadas na fazenda”, e assim o patrimônio nacional foi sendo saqueado e dilapidado as vistas impotentes e também coniventes das autoridades.

Com a extinção do SPI em 1969, a FUNAI assume a administração da fazenda São Marcos e no seu primeiro ato administrativo transforma a fazenda em Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos. Em 1972 cria a Ajudância autônoma de Boa Vista, que garante aos índios que habitavam a área posse permanente e usufruto exclusivo dos recursos naturais e utilidades nela existentes. Em 1974 uma nova portaria muda o nome da fazenda para Colônia Agrícola Indígena de São Marcos, como previa o Estatuto do Índio, para uma legalização das posses particulares existentes. Em 1975 outra portaria revogou a portaria anterior e determina a volta do nome Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos, que permaneceu até 1990, a Portaria n. 1149 de 22/11/1990, a qual atribui o nome de Área Indígena.

Em 1975 São Marcos perde cerca de 1000 hectares para implantação do Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro. Em 1976 é realizada a demarcação física terra indígena, considerada a mais antiga do Brasil. Em 1991 ocorre a homologação da demarcação da Terra Indígena São Marcos, efetivada no Decreto Presidencial Nº 312 de 29 de outubro de 1991, pelo então presidente da República, Fernando Collor de Melo, estabelecendo a caracterização de ocupação tradicional e permanente indígena (SANTILLI, 2001).

A Terra Indígena São Marcos tem como uma de suas características a diversidade, tanto paisagística (áreas de lavrado ao sul e serras ao norte) quanto dos povos que ali habitam (Macuxi, Taurepang e Wapichana). Como forma de otimizar a gestão das 45 comunidades, das diferentes necessidades e condições geofísicas, esta terra indígena foi dividida em três sub-regiões, organizadas em agrupamentos de comunidades indígenas, formando as regiões do Baixo São Marcos, com 12 comunidades, do Médio São Marcos, com 09 comunidades, e na região do Alto São Marcos com 24 comunidades, espalhadas por dois municípios do estado, Boa Vista e

Pacaraima (Quadro 1).

REGIÃO BAIXO SÃO MARCOS	REGIÃO MÉDIO SÃO MARCOS	REGIÃO ALTO SÃO MARCOS
COMUNIDADES	COMUNIDADES	COMUNIDADES
1. AKAM	1. CARANGUEIJO	1. ALDEIA SAMÃ
2. CAMPO ALEGRE	2. LAGOA	2. ARAI
3. DARORA	3. MARUAI	3. BANANAL
4. ILHA	4. MONTE CRISTAL	4. BOCA DA MATA
5. MAUIXE	5. PATO	5. CACHOEIRINHA
6. SÃO MARCOS	6. PERDIZ	6. CURICACA
7. VISTA ALEGRE	7. ROÇA	7. ENTRONCAMENTO
8. VISTA NOVA	8. TIGRE	8. GUARIBA
9. BOM JESUS	9. XIRIRI	9. INGARUMÃ
10. LAGO GRANDE		10. KAUWE
11. MILHO		11. NOVA ESPERANÇA
12. TRES IRMAOS		12. NOVA JERUSALÉM
		13. NOVA MORADA
		14. NOVO DESTINO
		15. OURO PRETO
		16. SABIÁ
		17. SAMÃ 1
		18. SAMÃ II
		19. SANTA ROSA
		20. SOL NASCENTE
		21. SOROCAIMA I
		22. SOROCAIMA II
		23. TARAÚ PARÚ
		24. ALELUIA

QUADRO 1 - Sub-regiões da Terra Indígena São Marcos.
Fonte: SESAI (2017). Adaptado pelos autores.

As estratégias de segurança e proteção das terras do extremo norte do país no século XVIII pelos colonizadores proporcionaram a produção e a configuração do espaço que, atualmente, é constituído na região do Alto São Marcos e até mesmo todo o estado de

Roraima. Nesse primeiro momento ocorreram as seguintes transformações espaciais: construção do Forte São Joaquim em 1775; criação da Fazenda Real em 1787; criação das fazendas Nacionais em 1878 (Fazenda São Marcos, Fazenda São Bento e Fazenda São José); em 1906 apenas a Fazenda São Marcos prospera; em 1975 a Fazenda São Marcos exclui 1000 hectares para construção do Pelotão Especial de Fronteira, iniciando o processo de povoamento institucionalizado na fronteira; em 1976 é realizada a demarcação da terra indígena e em 1991 é homologada a Terra Indígena São Marcos.

Neste contexto histórico da região do Alto São Marcos, a Fazenda Real surge no espaço brasileiro como um mecanismo de posse e defesa das terras do norte do país e, ao longo do tempo, vai se transformando num espaço voltado aos interesses dos indígenas que ali habitavam, com benefícios aos mesmos até, finalmente, chegar ao status de terra indígena. Toda uma dinâmica surge a partir do objeto “fazenda”, implantado com finalidades diferentes ao longo de dois séculos.

Essa discussão retrata, mais uma vez, as afirmações de Santos (2014) sobre os sistemas de objetos e sistemas de ações, onde cada objeto gera ações que podem ou não divergir da funcionalidade para qual o objeto foi construído, como foi o caso da evolução da Fazenda Real (que apresentava inicialmente ações específicas com a pecuária) para a Terra Indígena São Marcos (que gerou ações específicas para os povos indígenas).

A CONSTRUÇÃO DA BR-174

Outro objeto que vai apresentar grandes transformações no espaço indígena analisado é a rodovia BR-174, que liga a cidade de Manaus, no estado do Amazonas, à cidade de Pacaraima em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. A construção desse objeto ocorre num período de profundas transformações mundiais na economia política do capitalismo

em meados do século XX. Segundo Harvey (2006) esse período deixou sinais e marcas em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado.

Harvey (2006) afirma que o capitalismo necessita e expressa uma permanente preocupação quanto à criação das infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Como infraestrutura física, entende-se as construções no espaço externo, como estradas, portos, aeroportos, cidades, etc., e na infraestrutura social entram os serviços num espaço interno como educação, saúde, justiça, administração pública, execução das leis e defesa militar. Neste contexto, a BR-174 surge como um objeto de infraestrutura física criado, como alicerce capitalista para o avanço e a circulação de mercadorias, pessoas e serviços, na área terrestre, interligando Roraima ao restante do Brasil e também com a Venezuela, fomentando o fluxo de capital.

Santos (2014) ressalta que a configuração do espaço é formada de elementos fixos e fluxos. Para o autor, os fixos nos dão o processo imediato do trabalho empregado para a composição do objeto. Nesse caso, usa-se como exemplo de fixo a rodovia BR-174, que por sua vez atrai fluxos diversos, com finalidades variadas que também compreende um espaço internacional, tendo em vista a interligação com a Venezuela. Os fluxos gerados pela BR-174 afetam direta ou indiretamente as comunidades indígenas próximas à rodovia, tanto de forma positiva como, também, negativa.

Como exemplo positivo da BR destaca-se a facilidade e rapidez no acesso a centros maiores em busca de tratamento médico. Porém, há fluxos negativos como o contrabando e descaminho de combustível que se dá com frequência pela rodovia, ou mesmo a morte de indígenas por atropelamento na rodovia, tendo em vista que cinco comunidades do Alto São Marcos localizam-se às margens

da BR-174 (Boca da Mata, Sorocaima, Sabiá, Entroncamento e Nova Esperança), com uma população estimada em 1.497 indivíduos (SESAI, 2017).

A construção da rodovia BR-174, na década de 1970, é considerada um marco no sistema de comunicação via terrestre de Roraima com qualquer outra parte do Brasil. Porém, esse imponente objeto que atravessa parte da floresta Amazônica e dos campos de Roraima, trouxe forte impacto no meio ambiente e na vida das comunidades indígenas que se encontravam em seu percurso, como os índios Waimiri Atroari, ao sul de Roraima, e os Macuxi, Taurepang e Wapichana localizados ao norte. Essa situação obrigou esses povos a uma nova estruturação de seus territórios a partir da transformação espacial com a rodovia.

Bethonico et al. (2014) referindo-se ao povo Waimiri Atroari, atribuiu história da construção da BR-174 como uma tradução dos conflitos gerados pelo poder dominante do Estado sobre o território de um povo que teve seu cotidiano alterado, a partir do discurso do progresso. Muitos interesses estavam atrelados à construção da rodovia, entre eles o domínio do Governo Federal brasileiro sobre uma parte da Amazônia e o interesse do sistema capitalista por mais uma fonte de exploração de recursos naturais e expansão de mercado. Por outro lado, a abertura da rodovia significava, para os povos da floresta que ali habitavam, uma fragmentação de seu território e, por tais motivos, não eram favoráveis a introdução desse novo objeto no ambiente natural.

Os esforços indígenas não contiveram a ação, e a BR-174 que atravessa uma vasta área de floresta e de lavrado, se efetivou no espaço geográfico como uma enorme cicatriz na floresta. O exército do período militar agiu de forma repressiva e truculenta contra os indígenas para alcançar seus objetivos de execução da obra dentro do território dos Waimiri Atroari, fato que ocasionou a morte

de muitos indígenas.

Barbosa (1993) afirma que a rodovia BR-174 formou-se a partir de um embrião da BR-17 que ligava Boa Vista a Caracaraí. Essa BR-17 foi construída pelo Governo Territorial do Rio Branco, atual Estado de Roraima que, recém-instado, incumbiu-se de promover o desenvolvimento econômico na região, iniciando trabalhos de infraestrutura necessários a nova unidade federativa. Segundo Batista (2007), o estado levou mais de 20 anos para concluir os 139 km, que ligam Boa Vista à Caracaraí.

Roraima até o início da década de 1970 não tinha uma ligação terrestre com o restante do Brasil. Galvão (2012, p. 229) destaca que “o rio Branco era navegável apenas quatro meses ao ano, e somente em parte de sua extensão total, e durante dois terços do ano todos os provimentos eram recebidos por via aérea a preços exorbitantes”. A rodovia BR-174, em sua extensão completa de 974 km, ligando Manaus/AM a cidade de Pacaraima/RR, foi contemplada no Plano de Integração Nacional (PIN) elaborado pelo Governo Militar no ano de 1970, para o desenvolvimento e ocupação da Amazônia. Parte da verba para conclusão da BR-174 era proveniente do Ministério do Exército e este fato permitia o cunho de segurança nacional a essa ação, proporcionando uma estratégia geopolítica contida nos projetos dos governos para Amazônia.

De acordo com Magalhães (2008) o período de 1970 a 1975 caracterizou-se pelo aumento expressivo da importância do papel do Governo Federal na Amazônia. Com o tema da integração nacional almejava-se implantar um grande programa de construção rodoviária, em conjunto com assentamentos de patrocínio oficial ao longo das principais vias amazônicas, fortalecendo o desenvolvimento econômico da região. Como lema de “Integrar para não entregar”, o objetivo central do PIN era a ocupação das terras amazônicas por meio de projetos de colonização, sendo selecionadas

algumas áreas para o recebimento desses projetos, como áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. Uma de suas diretrizes era a implementação de rodovias, por áreas distintas com a intenção de transformá-las em corredores do desenvolvimento para a região amazônica, como foi o caso da BR-174, assim como a transferência de colonos para trabalhar nessas áreas. A conclusão dessa rodovia proporcionou a Roraima quebrar o seu relativo isolamento com o restante do Brasil.

A ideia de ocupar os espaços e desenvolver a região produziria fluxos migratórios e com eles graves consequências para os povos indígenas habitantes do então Território Federal de Roraima. Segundo Andrello (2010), duas invasões se concretizaram sob a então Fazenda São Marcos, a primeira iniciada já ao final do século XIX, adentrando pelas décadas seguintes com as fazendas de gado nas margens dos rios Parimé e Surumu, e a segunda invasão com a construção da BR-174, que atraiu inúmeros posseiros agricultores em suas margens.

No ano 1973 a rodovia BR-174 foi concluída no trecho que liga Boa Vista até a fronteira com a Venezuela e é inaugurada pelo Presidente Médici, em visita à Santa Elena de Uairém na Venezuela. De Boa Vista até o marco da fronteira venezuelana a construção ficou a cargo do 6º Batalhão de Engenharia e Construção. O trecho de construção da rodovia que se deslocava de Manaus ao norte, ficava com atuação do 2º Grupamento de Engenharia. Completado o trecho de Manaus-Caracarái, a ligação terrestre de Brasília (capital do Brasil) a Caracas (capital da Venezuela) se concretizava, uma vez que a Venezuela já implantara uma estrada de Santa Elena, na fronteira brasileira, até sua capital (BATISTA, 2007).

Iniciado em meados dos anos 1940 pelo recém-instado Território Federal do Rio Branco, passando pela gestão dos governos militares do Brasil e pela criação do estado

de Roraima, somente em 1998 as obras de pavimentação completa dos 974 km da BR-174 foram concluídas. Com a pavimentação da rodovia o comércio entre Brasil e Venezuela se intensificou e fomentou, também, o turismo, com destaque para o grande fluxo de brasileiros, nos períodos de férias no Brasil, seguindo um percurso terrestre de Manaus até o mar do caribe, no litoral venezuelano.

Com a criação da BR-174 percebem-se, primeiramente, as transformações diretas ao meio ambiente, com o desmatamento para formar o percurso da estrada, construção de pontes, aterramento de lagos e igarapés, dentre outros. Depois, o impacto nas comunidades indígenas, localizadas próximas ao empreendimento e dos conflitos para realização da obra que deixaram inúmeros mortos entre o povo Waimiri Atroari. Por outro lado, a BR-174 trouxe para Roraima a comunicação e a mobilidade com o resto do Brasil, possibilitando uma relação comercial com preços mais atrativos à população local, o transporte de pessoas e mercadorias, além da interligação com a Venezuela, estreitando, também, as relações comerciais com o país vizinho. A BR-174, ao ser concretizada, acrescenta ao estado de Roraima uma importância que vai além da funcionalidade do objeto, atingindo um patamar social, na mobilidade com o resto do país, e econômico, com o fluxo intenso de capital na circulação de mercadorias.

Com a conclusão final da pavimentação da BR em 1998, o Exército brasileiro que se fazia presente desde a década de 1970, se retirou da Terra Indígena Waimiri Atroari, deixando a tarefa de fiscalização da área e as restrições de circulação no percurso da terra indígena para o Programa Waimiri Atroari. Este programa foi criado em função de um convênio firmado entre a FUNAI, comunidade Waimiri Atroari e os governos estaduais do Amazonas e de Roraima para oferecer aos indígenas condições de melhor enfrentar as dificuldades do relacionamento com a

sociedade brasileira e atenuar os impactos dos grandes empreendimentos, como a BR-174 e a usina hidrelétrica de Balbina, que atingiram o território tradicional dos indígenas (BETHONICO et al., 2014).

É válido ressaltar que o Estado apresenta maiores interesses na instalação do objeto rodovia BR-174, pois possibilita um controle do território brasileiro, contemplando a expansão capitalista na região, porém sem considerar os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas e os impactos que sofreriam. Todas essas engrenagens de sistemas refletem diretamente na modelagem do espaço geográfico e na vida dos indivíduos ao seu redor, como é o caso da comunidade indígena Nova Esperança, localizada às margens da rodovia.

A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA

A cidade de Pacaraima é mais um objeto que influencia as transformações espaciais e sociais nas comunidades indígenas que compõem a Terra Indígena São Marcos (Figura 2). Esse município apresenta uma particularidade ímpar no estado, tem sua sede cravada no interior da Terra Indígena São Marcos. Esse fato deu-se pelo motivo da fundação do município ser posterior a demarcação e homologação da terra indígena, diferente dos municípios de Uiramutã e Normandia, que foram fundados antes da demarcação e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tendo suas sedes excluídas da terra indígena.

Batista e Veras (2012) ressaltam que a configuração territorial do município de Pacaraima teve sua gênese no período colonial, com a instalação da Fazenda Real, para garantir a posse das terras localizadas ao norte do vale do rio Branco. No entanto, o marco inicial para o povoamento no espaço que hoje se encontra a sede do município ocorreu em 1975, com a exclusão de 100

hectares da Fazenda São Marcos na fronteira, para implantação do Pelotão Especial de Fronteira, autorizado pelo Ministério do Exército.

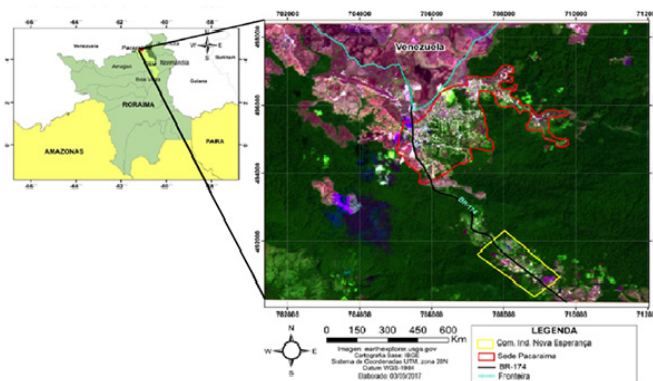


Figura 2 - Sede do município de Pacaraima
Fonte: Elaboração dos autores (2017).

De acordo com Rocha e Silva (2012), a instalação do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira e a abertura da rodovia BR-174 na década de 1970, foram grandes ações do Governo Federal que intensificou o processo de ocupação da referida área, principalmente nas proximidades da fronteira com a Venezuela, dando origem a uma pequena vila denominada BV-08 (marco de fronteira Brasil - Venezuela de número 08), habitada, principalmente, por militares e seus familiares que ali se instalavam. Essa vila deu início ao processo de urbanização que levou à criação da cidade de Pacaraima.

Santilli (2001, p.121) resalta o precedente da criação do município de Normandia, que se assemelha aos moldes da criação de Pacaraima e Uiramutã e a instalação de suas sedes em terras indígenas:

No início da década de 1980 [...] o governo do então Território Federal de Roraima estabeleceu o município de Normandia, encravado no extremo leste da área indígena; contava para tanto com a população de comerciantes e os trabalhadores para ali atraídos pela instalação do Batalhão Especial de Fronteiras nos anos 70. Do município de Normandia desmembrar-se-ia o município de Uiramutã. Já o planejado município de Pacaraima

provinha igualmente do adensamento populacional provocado pela instalação de base militar na fronteira com a Venezuela.



Tanto empenho em criar municípios, destaca o autor, fazem parte de estratégias da elite política local para inviabilizar, na prática, o processo administrativo de demarcação de áreas indígenas contínuas no estado. Porém, a Terra indígena São Marcos já estava homologada desde 1991 e o município de Pacaraima foi instituído em 1992, um ano após a homologação da terra indígena, ficando dentro da mesma. Caso diferente ocorrido nos municípios de Normandia e Uiramutã, que foram criados antes da demarcação e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ocorrida em 2005, e resultou na exclusão de seus perímetros urbanos da referida terra indígena.

Contribuindo com a questão, Rocha e Silva (2012) destacam que a atual área do município de Pacaraima pertencera a Fazenda São Marcos e hoje incide sobre a Terra Indígena São Marcos. A ação é considerada uma tentativa de manutenção de não índios nas áreas passíveis de demarcação contínua, além da questão geopolítica que envolve uma fronteira seca entre dois países, onde a presença de militares e áreas de urbanização reforçam a segurança e soberania do país.

A vila de Pacaraima é elevada a categoria de município com a Lei Estadual nº 96 de 17 de outubro de 1995. Em seu artigo 3º dispõe: “A sede do município será a vila de Pacaraima, e sua instalação ocorrerá no dia 1º de janeiro de 1997, com a posse do prefeito, do vice-prefeito e vereadores eleitos em 03 de outubro de 1996”.

Ao passar de vila à condição de cidade, Pacaraima adquire autonomia nas ações político-administrativas, com seus representantes legais eleitos pelo povo, trabalhando e implementando políticas voltadas ao desenvolvimento da cidade.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA BRASIL/VENEZUELA: LINHÃO DE GURI

Em se tratando de objetos construídos pelo homem, com contribuições nas transformações do ambiente indígena, não podemos deixar de falar da rede de transmissão de energia elétrica entre Brasil e Venezuela, intitulado “linhão de Guri”. Esse linhão de transmissão de energia origina-se na Central hidroelétrica Simón Bolívar, mais conhecida como represa de Guri, na Venezuela. Essa obra teve como objetivo sanar uma necessidade energética de Roraima, com vistas a garantir uma energia de maior qualidade e menor custo.

Galvão (2012) relata que o “ponta pé inicial” para a interligação energética entre Brasil e Venezuela se deu a partir da crise bilateral envolvendo garimpeiros brasileiros na Venezuela. A convivência do lado brasileiro de fazendeiros e políticos incentivou a expansão do garimpo no estado e colaborou para constantes enfrentamentos entre índios e garimpeiros no final do século XX. A repercussão dos confrontos nas mídias dos dois países gerou comoção nacional e internacional. Os incidentes entre índios Yanomamis e garimpeiros brasileiros desencadearam uma crise bilateral, mas por outro lado, aproximava os dois países na união para solucionar os problemas. Com isso, a cidade de Boa Vista passa a sediar encontros importantes para governança dos problemas envolvendo garimpeiros, índios e demais questões transnacionais.

O Presidente da Venezuela, Rafael Caldera realiza, uma importante visita ao Brasil em maio de 1996. Com o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, estabelecem acordos bilaterais em diversas áreas de interesse de ambos os países, dentre elas a interligação energética da Venezuela ao Brasil, abastecendo assim a região norte.

Ainda no encontro dos presidentes no Brasil, ao examinarem a proposta apresentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para o estabelecimento de uma matriz energética sul-americana, os dois presidentes coincidiram em que a excepcional dotação de recursos da Venezuela em diversos campos energéticos constituiria elemento central da parceria entre o Brasil e a Venezuela.

Em abril de 1997 os presidentes reúnem-se em Boa Vista e Manaus para o lançamento do edital de licitação das obras da linha de transmissão de energia elétrica da Venezuela para o estado de Roraima, e na ocasião assinam acordos de petróleo e energia elétrica (GALVÃO, 2012). Com previsão para iniciar suas operações em 1998, o linhão de transmissão de energia sofreu atrasos do lado venezuelano e só começou a operar no dia 22 de julho de 2001, tendo sua inauguração oficial no dia 13 de agosto pelos Presidentes do Brasil Fernando Henrique Cardoso e da Venezuela Hugo Chaves. A cidade de Boa Vista ficou sendo a maior beneficiada com a importação de 200 megawatts (MW) dia, garantidos por vinte anos, o que corresponde a quase o triplo do consumo anterior realizado pelas usinas termoelétricas que chegava a 70 MW dia.

O novo sistema exigiu investimentos de US\$ 185 milhões, sendo 130 milhões da Venezuela e US\$ 55 milhões do Brasil. Do lado venezuelano, o linhão tem 508 quilômetros de transmissão do complexo hidrelétrico de Guri-Macáguas à cidade de Santa Elena de Uairém. No lado brasileiro, o linhão possui 191 quilômetros de extensão da fronteira a cidade de Boa Vista, e uma rede de mais 23 quilômetros para distribuição de energia na capital e cidades vizinhas (JORNAL O ESTADÃO, 2001).

De acordo com Repetto (1999) o valor referente ao convênio por parte do Brasil foi financiado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) e Banco do Brasil, sendo que o Brasil contrataria um empréstimo com a Corporação Andina de Desenvolvimento (CAF), equivalente a 50% do capital. O valor teve que ser recuperado em 5 anos a partir de venda de energia, o que o torna um projeto altamente lucrativo, garantindo um fluxo de energia contínuo para o desenvolvimento de Roraima. No que se refere à capacidade das estações, os transformadores expandiriam de 50 a 200 megawatts a energia disponível na cidade de Boa Vista.

Depois de muitas negociações, as comunidades indígenas aceitaram a passagem da rede de transmissão de energia elétrica a partir das seguintes reivindicações: 1) recuperação de todas as áreas degradadas pelas obras de construção; 2) compensar todos os ativos individuais de segurança; 3) remover todos os fazendeiros que ainda se encontravam na TISM; 4) Financiar os custos da compensação (R\$ 4.700.000 reais de acordo com o inventário FUNAI de 1994); e 5) financiar um sistema de vigilância para prevenir novas invasões. Vale ressaltar a participação conjunta nesses comitês de representantes da Eletronorte, FUNAI e comunidades indígenas, o que foi garantido (REPETTO, 1999).

A Eletronorte aceitou as reivindicações. Porém, dois pontos não foram atendidos: um relativo à situação da sede Pacaraima, que foi deixada de fora das negociações; e outro sobre o valor de 4,7 milhões, considerado muito alto em relação ao baixo impacto que a obra causaria, propondo um valor estipulado através de estudos, de R\$ 3,5 milhões de reais. Se o valor final fosse inferior, o saldo estaria disponível para as comunidades que participaram das negociações através das organizações que operam na área (Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR) e, também, a Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental-TWM). Se o valor final excedesse 3,5 milhões, a Eletronorte cobriria a diferença.

Com base em depoimentos de

lideranças indígenas, Repetto (1999) afirma que o valor final das compensações excedeu os 3,5 milhões acordados e que para as comunidades haveria apenas um saldo aproximado de R\$ 129.000 reais, proveniente da compensação das árvores derrubadas. Esse valor foi compartilhado entre as organizações que apoiaram as negociações e a retirada dos invasores (APIR e TWM). A Eletronorte colocou um caminhão e um ônibus à disposição das comunidades e criou uma nova instituição indígena, Associação dos Povos Indígena da Terra São Marcos (APITSM), responsável em administrar esse patrimônio (REPETTO, 1999).

A partir do objeto linha de Guri, surgem sistemas de ações envolvendo o contexto indígena e a obra de execução da transmissão de energia elétrica dentro da terra indígena. Com destaque para os sistemas de ações envolvendo a desintrusão total da terra homologada, o financiamento de projetos de desenvolvimento e fiscalização da terra, firmados pelas comunidades indígenas, a empresa Eletronorte e a FUNAI.

Como parte das ações vinculadas ao objeto linha de Guri, as lideranças indígenas da região exigiram a retirada por completo dos fazendeiros que ali resistiam, mesmo depois da homologação da terra indígena. Foi investido, pela empresa, um montante de 4,5 milhões de reais com indenizações aos fazendeiros para desintrusão total da área. Os convênios de fiscalização da terra indígena tiveram o valor anual de 800 mil reais no período de 2000 até 2003, e foi renovado de 2004 a 2008 com um valor maior, no total de 1,2 milhão anuais. Esse valor foi administrado pelas comunidades através do APITSM, criada para gerir o patrimônio da TISM (MANDUCA; SILVA; ALMEIDA, 2009).

As ações do “objeto linha” voltadas para terra indígena foram opostas às finalidades para qual o objeto foi construído, que era de transmitir energia elétrica para o estado de Roraima. Porém, na região do Alto São Marcos as ações do objeto beneficiaram

a posse da terra e o desenvolvimento de projetos específicos. Nos dias atuais muitas comunidades indígenas da região, cortadas pelo linha, não utilizam energia elétrica do linha, como é o caso da comunidade Nova Esperança.

Esse objeto técnico efetivou as negociações estabelecidas entre os governos de Brasil e Venezuela, solucionando alguns problemas detectados na fronteira, contribuindo financeiramente para retirada de fazendeiros da Terra Indígena São Marcos, além de financiar projetos de fiscalização e criação de animais nas comunidades da região. Dessa forma, o mesmo objeto gerou sistemas de ações diferentes que beneficiaram tanto as populações indígenas quanto não indígenas.

O REFLEXO DOS GRANDES OBJETOS NO COTIDIANO DA COMUNIDADE INDÍGENA NOVA ESPERANÇA

A comunidade indígena Nova Esperança formou-se as margens da BR-174 no sentido norte do estado, apenas 4 km da sede do município de Pacaraima. A ação de criação da comunidade teve origem com a Senhora Rosilene Pereira - Dona Rosa, que por motivo de uma separação matrimonial, em julho de 1987 decidiu sair da comunidade Sorocaima II, também na região do Alto São Marcos, onde vivia, e estabeleceu um novo lugar para residir. Com o advento da chegada de outras famílias no local, formou-se um novo povoado que, em 13 de agosto de 1996, foi oficialmente constituída como Comunidade Indígena Nova Esperança (Figura 3).



Figura 3 - Comunidade Indígena Nova Esperança/TISM
Fonte: Caleffi (2017). Organizado pelos autores.

No contexto dos sistemas de objetos e ações, a comunidade apresenta seu espaço composto por seus objetos internos como casas, escola, igreja, posto médico, roças, dentre outros. Esses objetos geram fluxos de ações a partir de suas finalidades, compondo o espaço local. Porém, os sistemas internos da comunidade se relacionam com os sistemas de objetos e ações externos, como é o caso das relações com os objetos descritos (BR-174, a sede da cidade de Pacaraima e o Linhão de Guri). Toda essa teia de relações constitui o espaço vivido da região do Alto São Marcos, mais especificamente da comunidade Nova Esperança.

A BR-174 foi o referencial inicial para a fundação da comunidade, tendo em vista a localização espacial às margens da rodovia, o que facilitou no acesso a outras localidades, no transporte de mercadorias e materiais, dentre outros benefícios, além da própria estrutura do lugar obedecer aos traçados da rodovia. Porém, a rodovia também apresenta consequências negativas nessa relação. Em entrevistas realizadas com os moradores mais antigos, com os pais dos alunos e com as lideranças da comunidade, foi unânime a admissão da importância da rodovia para a comunidade, mas com ressalvas para os perigos envolvendo o constante fluxo de veículos, o que já ocasionou óbitos de moradores por atropelamentos; furtos na comunidade; depredação de objetos internos próximos à estrada. Logo, os sistemas de objetos e ações

envolvendo a comunidade Nova Esperança e a BR-174 geram tanto consequências positivas quanto negativas na dinâmica espacial.

A relação de sistemas entre os objetos “comunidade indígena” e a “sede do município de Pacaraima”, coloca em contato duas sociedades com costumes e tradições parcialmente diferentes. É válido ressaltar que muitos costumes tradicionais indígenas, ao longo dos anos, já sofreram modificações pelo contato com os não-índios. Porém, um modo de vida diferenciado ainda prevalece, com o respeito ao espaço natural, instâncias de decisões coletivas (as assembleias da comunidade), os costumes de alimentação, a valorização dos conhecimentos dos anciãos, o trabalho coletivo na manutenção e preservação da comunidade, além do compartilhamento, quando necessário, de bens e produtos. Na sociedade não-indígena, o modo de vida é pautado no desenvolvimento capitalista, onde o que mais prevalece é o lucro e o consumo frente à coletividade e a qualidade de vida dos seus habitantes.

Nessa relação entre os dois sistemas de objetos e ações (o sistema endógeno da comunidade indígena e o sistema exógeno da sociedade não-indígena), o sistema maior se sobressai e influencia o sistema menor que, ao longo do tempo, acaba agregando um modo de vida mais capitalista no seu espaço local. O acesso fácil a produtos industrializados na cidade de Pacaraima permite ao indígena se deslocar até um supermercado ou feira e comprar seu alimento, substituindo, dessa forma, o modo tradicional do indígena conseguir seu alimento, através da roça, da caça ou da pesca. Esse modo tradicional é pouco alterado em comunidades indígenas distantes das cidades. Logo, a influência da cidade nas proximidades da comunidade afeta diretamente o modo de vida do índio na comunidade Nova Esperança.

Os riscos que as cidades apresentam, principalmente fronteiriças como Pacaraima, com questões de bebidas alcoólicas, drogas

ilícitas, prostituição e violência física, também podem influenciar negativamente nas comunidades indígenas, levando esses problemas ou as consequências deles para dentro das comunidades. Por outro lado, foram detectados na pesquisa com a comunidade os benefícios gerados pela cidade de Pacaraima, como os serviços ofertados pelos governos (municipal, estadual e federal) para atendimento a saúde, a educação e o acesso a programas de assistência social, como o “Bolsa família”, além dos serviços financeiros oferecidos pelos bancos.

É notória e expressiva a dependência dos moradores da comunidade Nova Esperança com a cidade de Pacaraima, sendo a principal atividade de atração dessa população o comércio e o sistema bancário. Em conversa com os moradores mais antigos, apenas um relatou só ir a Pacaraima quando está doente, para se tratar no hospital da cidade, outros afirmaram frequentar mensalmente a cidade para fazer compras e para sacar seus benefícios sociais e aposentadorias na rede bancária.

Existem, também, alguns indígenas que moram na comunidade e trabalham na cidade de Pacaraima em atividades diversas. Outros moram em Pacaraima e trabalham na comunidade, como exemplo das professoras da escola indígena Arthur da Silva Pinto, pois das quatro professoras apenas uma mora na comunidade, as demais moram em Pacaraima.

A proximidade com a cidade de Pacaraima e a facilidade da rodovia, atrai novas famílias indígenas de diferentes etnias, querendo fixar moradia na comunidade Nova Esperança. Nesse caso específico existem alguns trâmites internos que a comunidade submete essas novas famílias para poder acolhê-las definitivamente.

O Linhão de Guri foi um objeto que modificou a paisagem da comunidade, tendo em vista atravessar a terra indígena com imensas torres de ferro e cabos de aço, o que também proporcionou recursos financeiros

decisivos para a desintrusão completa da terra indígena. Os programas de fiscalização e proteção da área, juntamente com os projetos financiados para produção agrícola, destacam os principais sistemas de ações voltados ao objeto para as comunidades. Logo, os sistemas envolvendo o linhão e a comunidade, refletem-se na conquista por completo do espaço indígena e no incentivo ao desenvolvimento das comunidades no entorno do linhão.

Partindo da explanação dos grandes objetos implantados na região e seus sistemas envolventes, percebe-se a mutação do espaço geográfico e a dinâmica na vida das populações envolvidas, como na comunidade Nova Esperança, que absorve diretamente a influência desses objetos artificiais em seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços e territórios indígenas, que já pertenciam aos índios antes da chegada dos colonizadores, foram reconquistados, no contexto da região norte de Roraima, através que um longo período que teve início com a criação da Fazenda do Rei em meados do século XVIII, e culminou com a materialização da Terra Indígena São Marcos no ano de 1991. Nesse período surgiram grandes objetos artificiais implantados pelos homens para sanar necessidades e desenvolver a região.

Esses objetos contribuíram para transformações do espaço indígena numa escala regional, mas também influenciaram em transformações dentro das comunidades, como na comunidade indígena Nova Esperança que se encontra situada nas proximidades desses objetos (BR-174, Linhão de Guri e sede do município). A cidade de Pacaraima, por exemplo, proporciona aos indígenas compras de alimentos industrializados e animais abatidos, alterando seus hábitos tradicionais de caçar e pescar para a obtenção do alimento principal.

Os objetos geram ações que atingem

diretamente as comunidades que estão no seu entorno, seja pelo fluxo contínuo de pessoas, veículos e mercadorias, como o que a BR-174 proporciona diariamente, ou pela proximidade com a cidade fronteira de Pacaraima com suas facilidades e perigos, além das transformações destinadas pelos recursos financeiros investidos através de convênios da Eletronorte, empresa responsável pelo Linhão de Guri, que injeta anualmente verbas para execução e manutenção de projetos em diversas comunidades.

Esses objetos não têm, por si só, uma história e uma geografia se tomados isoladamente, uma vez que necessitam das relações, dos sistemas que os envolvem para torná-los significativos no espaço. A evolução histórica da região do Alto São Marcos, apresenta semelhanças com as etapas do meio geográfico descrito por Santos (2014): o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Nesse sentido, as fases pelas quais passou este espaço geográfico demonstram que objetos são implementados e podem mudar de função ou adquirir novos interesses e intenções, variação que está vinculada com o momento histórico e com os contextos social, econômico e político.

Um mesmo objeto pode ter diferentes significados em sua utilização, ou seja, pode gerar diversos fluxos envolvendo sistemas de ações de acordo com os interesses de cada usuário, como é o caso do linhão de transmissão de energia e da BR-174. Esses objetos foram implantados pelo Estado para promover um desenvolvimento estrutural e econômico da região, porém para os indígenas que vivem na Terra Indígena São Marcos, esses mesmos objetos apresentam outros significados. A exemplo do linhão de energia, não proporciona energia elétrica para as comunidades, mas possibilitou a efetiva posse das terras indígenas através da desinstituição dos fazendeiros, proveniente das indenizações custeadas pelo convênio entre a empresa que é responsável pelo linhão

(Eletronorte) com as comunidades envolvidas.

Na análise do espaço estudado na região do Alto São Marcos, fica nítida a afirmação de Santos (2014) ao propor um tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, com a ideia de união entre a forma e o conteúdo, o processo e o resultado, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.

REFERÊNCIAS

ANDRELLO, G. **Fazenda São Marcos: De próprio nacional a terra indígena.** In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F.(Org.). Roraima: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista: MGM gráfica, 2010, p. 67-93.

BARBOSA, R.I, 1993. **Ocupação Humana em Roraima. I. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido.** Bol. Museu. Emílio Goelti, Pará, série Antropoll9 (1): p.123-144.

BATISTA, A.N; VERAS, A.T.R. (Re) pensando o espaço territorial de Pacaraima. In: VERAS, A.T.R; SENHORAS, E.M. (Org.). **Pacaraima: um olhar geográfico.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, p. 99-118.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia análise do processo de desenvolvimento.** 2. ed. Manaus-AM, Editora Valer, 2007, p.319-337.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos.** 5. ed. Tradução: Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BETHONICO et al. Fechamento da BR-174 no trecho da Terra Indígena Waimi-Atroari – influência na dinâmica econômica do município de Rorainópolis/RR. In: BETHONICO, M.B.M; SOUZA, V. (Org.). **Rorainópolis: um olhar geográfico.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2014, p.185-224.

BIBLIOTECA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (Brasil). **Ata conjunta do planalto**: 20 maio de 1996, BRASÍLIA, 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>> Acesso em 05 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Decreto nº 312, 29 de outubro de 1991. Dispõe sobre a Homologação da Terra Indígena São Marcos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d312.htm> Acesso em: 19 mai. 2016.

Brasil. Leis. **Legislação indigenista**. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Livros/Coletanea-da-Legislacao-Indigenista-Brasileira>> Acesso em 13 nov. 2017.

CIRINO, C.A.M. As fazendas reais do vale do Vale do Rio Branco. In: MAGALHÃES, M. G. S. D.; JUNIOR, A. A. L. (Org.). **Desenvolvimento Regional da Amazônia**: limites e possibilidades. Boa Vista: Editora da UFRR; 2015.

COHN, S. **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue editora, 2015.

FARAGE, N. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARAGE, N.; SATILLI, P. Estado de Sítio: Territórios e identidades no vale do Rio Branco. In: CUNHA, M.C. **História do índio no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

FHC inaugura interligação elétrica com Venezuela. **Jornal o ESTADÃO**, São Paulo, 12/08/2001, Caderno de Política, online Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-inaugura-interligacao-eletrica-com-venezuela,20010812p39284>> Acesso em: 05 mai. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI.

Legislação e jurisprudência indígenas. Brasília: MINTER, 1983.

_____. **Levantamento etnoecológico em terras indígenas na Amazônia brasileira**: uma metodologia. FUNAI/PPTAL, 2004.

_____. **Censo de 2010**. Disponível em <www.funai.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. **Terras indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 20 abr. 2016.

FRANK.E.H.; CIRINO.C.A. Des-terroitorialização dos indígenas de Roraima: uma revisão crítica. In: BARBOSA, R. I; MELO, V. F. (Org.). **Roraima**: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista: MGM gráfica, 2010, p. 11-34.

GALVÃO, T.G. A história das relações entre Brasil, Venezuela e Guiana: Boa Vista como “cidade-pivô” na integração da América do Sul. In: MAGALHÃES, M. G. S. D.; SOUZA, C.M. (Org.). **Roraima/Boa Vista**: temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, p. 217-241.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Censo demográfico 2010**. População indígena do Brasil. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?idnoticia=2194&view=noticia>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

LOBO D'ALMADA, M. G. Descrição Relativa ao Rio Branco e seu Território, Ann de 1787. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Primeiro trimestre, Rio de Janeiro:1861.

MAGALHÃES, M. G. S. D. **Amazônia o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista-RR, Editora da UFRR, 2008.

MANDUCA, L. S; SILVA, N. M; ALMEIDA, F.T. **Atlas escolar: Terra indígena São Marcos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2009.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto>> Acesso em 15 nov. 2017.

REPETTO, M. Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, lalinea de transmisión eléctrica Venezuela – Brasil. In: **I Seminário Latino-Americano “Antropologia de Fronteiras”**. DF, Universidade de Brasília, 1999.

ROCHA, V. B.; SILVA, P. R. S. Pacaraima no Contexto Regional Fronteiriço – Brasil/Venezuela. In: VERAS, A.T.R.; SENHORAS, E.M. (Org.). **Pacaraima: Um Olhar Geográfico**. Boa Vista-RR, Editora da UFRR, 2012. Coleção Comunicação e Políticas Públicas.

SANTILLI, P. **Pemongon Tapá, território Macuxi, rota de conflito**. São Paulo: Editora: UNESCO, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 377 p.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 118 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

TERRITÓRIO E MOBILIDADE: ABORDAGENS COM ENFOQUE NAS NECRÓPOLES

Francisleile Lima Nascimento

Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA) do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).
leile_lima@hotmail.com

Elói Martins Senhoras

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA) do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).
eloisenhoras@gmail.com

Márcia Teixeira Falcão

Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Roraima (UERR).
marciafalcao.geog@uerr.edu.br

Vista aérea do Cemitério São João Batista e a avenida Álvaro Maia.

Foto: Durgano Duarte.

Acervo: Fotos Aéreas Manaus-2007.

RESUMO

Dentro do simbolismo com os estudos antropológicos, as "cidades necrópoles" compõe território de construções abstratas como as tradições, os costumes, além de um espaço de memórias históricas, sociais, religiosas e culturais. O surgimento das necrópoles partiu da necessidade de o homem enterrar seus mortos. A preocupação com o lugar adequado para enterrar seus mortos foram surgindo conforme os problemas foram aparecendo por conta das interferências naturais das inumações nos espaços escolhidos para tal atividade. Portanto, o presente artigo em referência tem como objetivo analisar o processo histórico das necrópoles desde os períodos Pré-históricos; na Antiguidade; no Egito, Roma Monárquica, na República, no Império; Idade Média e Contemporânea; em Portugal e finalmente no Brasil, além de conceitos sobre território e mobilidade trazendo uma abordagem com enfoque nas necrópoles. A metodologia está fundamentada em autores que trazem uma reflexão sobre a temática em discussão, com fins de embasar os posicionamentos dos autores sem pretensão de apresentar verdades prontas e acabadas, mas na busca de despertar para a necessidade de se pensar os fatos históricos mais antigos até a sua atualidade, perpassando pelo mundo até chegar ao Brasil a respeito das necrópoles (cemitérios). As práticas funerárias mais antigas e quase esquecidas foram praticadas em algumas poucas civilizações e mais notáveis pelo seu legado, é um território que possui fluxos de mobilidades físicas e abstratas.

Palavras - chave: Civilização. Escala temporal. Territorialidades. Mobilizações. Cemitérios.

ABSTRACT

Within the symbolism with the anthropological studies, the "necropolis cities" comprise territory of abstract constructions like the traditions, the customs, besides a space of historical, social, religious and cultural memories. The appearance of the necropolises came from the need of man to bury his dead. The concern with the proper place to bury their dead were appearing as the problems were appearing because of the natural interferences of the burials in the spaces chosen for such activity. Therefore, the present article in reference has as objective to analyze the historical process of the necropolis from the Prehistoric periods; in ancient times; In Egypt, Monarchical Rome, in the Republic, in the Empire; Middle and Contemporary Age; In Portugal and finally in Brazil, as well as concepts about territory and mobility, bringing an approach with a focus on the necropolises. The methodology is based on authors who bring a reflection on the subject under discussion, in order to base the authors' positions without pretension to present ready and finished truths, but in the search of awakening to the need to rethink the historical facts older until its actuality, passing through the world until it reaches Brazil about the necropolises (cemeteries). The oldest and almost forgotten funerary practices were practiced in a few civilizations and most notable for their legacy, is a territory that has flows of physical and abstract mobility.

Keywords: Civilization. Time scale. Territorialities. Mobilizations. Cemetery.



INTRODUÇÃO

Os estudos sobre cemitério estão dentro do contexto dos temas tabus, por esse motivo o mundo acadêmico e científico não pode e nem deve evitar pesquisa relacionadas a temática, tendo em vista a necessidade de tornar conhecida as dimensões que permeiam o local nos aspectos sociais, culturais, religiosos, políticos, entre outros, bem como os aspectos ambientais e de saúde pública quando se considera que o cadáver humano pode ser causa de alterações ambientais e pôr em risco a saúde dos vivos (PINHEIRO, 2018). Sendo os cemitérios repositórios de cadáveres, laboratórios de decomposição de matéria orgânica, apresentam riscos que devem ser controlados por meio de projetos adequados de implantação e operação. As necrópoles tardam a aparecer nas listas das fontes tradicionais de contaminação ambiental, apesar da frequente contaminação da água subterrânea por cemitérios mal implantados e gerenciados (PACHECO, 2012).

O realismo da vida moderna, com suas muitas exigências, induz a sociedade ocidental a encarar de outro modo o fenômeno natural da morte e a prática concreta do sepultamento (enterrar; enterro), do destino último dos restos mortais das pessoas queridas. Além do aspecto biológico ou do necrológico, há considerações de várias ordens: cultural, religiosa, sanitária, urbanística, socioeconômico, fundiária e, por conseguinte, ambiental (PACHECO, 2012).

Os cemitérios de caráter tradicional (público e privado), os convencionais e os jardins, todos colocam problemas para o meio ambiente, problemas às vezes confusos, inclusive sob o ponto de vista jurídico, que vêm se complexificando com a própria vida de hoje (KEMERICH, 2014).

Além disso, tem-se o planejamento urbano ao qual enfrenta escassez crescente de área disponível para inumações, especificamente

nas grandes cidades. As áreas porventura existentes revelam-se frágeis para contornar graves problemas sanitários relacionados com a poluição do solo e de lençóis freáticos subjacentes ou próximos (PACHECO, 2012).

Os cemitérios verticais (prédios), bem como os horizontais (de forma tradicional) instalados, não escapam a problemas semelhantes, embora os cemitérios verticais apresentem problemas em menor intensidade. Os crematórios multiplicam-se com obstáculos de ordem cultural ou religiosa, ademais da própria legislação para construção e instalação do mesmo, e apresentar diversas particularidades ao qual dificulta esse processo (PINHEIRO, 2018).

Esse panorama demonstra que o destino último planetários de milhões de pessoas que, a cada semana, dá baixa nos contingentes da família humana, passa a ser, seguramente, uma problemática ambiental nas mais vertentes, mas especificamente em saúde pública e do saneamento, além de socioeconômica, e até certo ponto, demográfica (PACHECO, 2012).

O presente artigo em referência tem como objetivo analisar o processo histórico das necrópoles desde os períodos Pré-históricos; na Antiguidade; no Egito, Roma Monárquica, na República, no Império; Idade Média e Contemporânea; em Portugal e finalmente no Brasil, contextualizando-o amparado nas teorias do território e mobilidade trazendo uma abordagem com enfoque nas necrópoles. A metodologia está fundamentada em autores que trazem uma reflexão sobre a temática em discussão, com fins de embasar os posicionamentos dos autores sem pretensão de apresentar verdades prontas e acabadas, mas na busca de despertar para a necessidade de se repensar os fatos históricos mais antigos até a sua atualidade, perpassando pelo mundo até chegar ao Brasil a respeito das necrópoles (cemitérios). As práticas funerárias mais antigas e quase esquecidas foram praticadas em algumas poucas civilizações e mais notáveis pelo seu legado.

Esta temática ainda é pouca explorada, portanto são escassos autores que abordem a partir de um olhar geográfico. Há uma necessidade de se produzir mais pesquisas e realmente ter a percepção de que o cemitério é um empreendimento que deve ter atenção mais pontual do poder público, que precisa de estudos, de um adequado planejamento para ser construído e mantê-lo ativo.

DISCUSSÃO

Necrópoles: processo histórico e terminologia

A palavra cemitério, do grego koimetérion, “dormitório”, pelo latim Coemeteriu, significava o lugar onde se dorme quarto, dormitório. Esse significado é explicado pela mitologia grega, segundo a qual dormir (perder o conhecimento ou a consciência) é algo decidido por Hipno, deus grego do sono, o qual não tem o poder de fazer despertar. Hipno, segundo os gregos, era irmão gêmeo de Thanatos, o deus da morte (RANGONI, 2014).

A palavra cemitério, durante muito tempo, pertenceu à linguagem erudita dos clérigos (Sujeito que faz parte da classe eclesiástica – clero), sendo os termos “galeria” e “carneiro” os mais antigos para designar o lugar da inumação (sepultamento ou enterramento ou a colocação de cadáver em sepultura, jazido ou local de consunção aeróbia) de cadáveres (PACHECO, 2012).

Dicionários da Língua Portuguesa dão à palavra cemitério outros significados afins: terreno descoberto em que se enterram ou guardam defuntos; lugar onde a morte faz muitas vítimas; lugar onde existem muitos objetos deteriorados, destruídos; região insalubre, epidêmica e onde se morre muito (RANGONI, 2014).

O termo cemitério teve uma evolução semântica ao longo do tempo, impondo-se

definitivamente na língua francesa desde o século XVI. Em inglês, o emprego da palavra cemetery, na linguagem corrente, parece mais tardio. Churchyard ou raveyard só foram substituídas por cemetery, no uso corrente, no século XIX e para designar, por oposição, outra forma de cemitério, o rural cemetery. Na Terminologia Hebraica o cemitério é designado por termos bastante surpreendentes: Beth Olam (casa da eternidade), Beth há' hayim (casa da vida) e no rito alsaciano Gut-Ozt (o bom lugar) (PACHECO, 2012).

O cemitério além de ser um lugar onde os mortos são enterrados, também são fontes históricas, podem conter objetos da memória familiar. Também atestam ideologias políticas e indicam a divisão de classes. “Quando os antigos se evidenciaram como forma de patrimônio cultural, sendo possível, e que por meio de suas esculturas, túmulos, mausoléus, propuseram evidenciar múltiplos aspectos, desde o movimento artístico até a religiosidade de uma época” (LEON LUCAS, 2006, p. 09).

A morte que não poupa nenhum ser vive, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade (CURY, 2000, p. 52).

Conforme Koury (2011) em muitas culturas do Oriente, o nascimento significa o momento de dor e sofrimento, já a morte é vista como se a pessoa fosse reviver; diferentemente da cultura ocidental, na qual a morte se afigura com mais intensidade de sentimento de perda, de falta e do fim. “Por este motivo e por conceber que algo como o espírito ainda poderá continuar existindo, constroem-se monumentos tumulares para manter viva a memória do defunto” (LEON LUCAS, 2006, p. 10).

Foram necessários vários séculos para que o homem viesse a pensar no animismo e que a palavra espírito se concretizasse no termo alma. E uma consequência natural do culto aos mortos seria oferecer a eles, para sua vida eterna, tudo que necessitariam, já que onde viveriam – na tumba – não encontrariam meios de sobreviver. Essa prática de oferendas mortuárias, realizadas quando da sepultação do corpo do morto, perdura até hoje sob a forma de deposição de flores e outras dádivas nas sepulturas. Todavia, este costume persistiu durante muitos séculos no Egito Antigo, sob a forma de esquifes de ouro, joias, adornos, e escravos sepultados vivos junto ao senhor. No Egito antigo, a alma era imortal e de natureza divina, pois mesmo depois de separada do corpo continuava a viver, viajando para a eternidade (NEGRAES, 1982, p. 10).

Foi no Egito antigo que a produção de arte tumular teve seu maior destaque com uma grande imponência religiosa, inclusive a arte era quase toda direcionada para adornar a última morada (COSTA, 2015). “E foi com a civilização grega que surgiram as primeiras lápides de pedra, como forma de identificar os túmulos” (LEON LUCAS, 2006).

Os cemitérios, como hoje são conhecidos, surgiram da necessidade de “melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos”. Foi a partir do século XVIII que começaram a se distanciar os mortos dos vivos, evitando, assim, doenças como cólera e peste bubônica. Foi na chamada “belle époque” período iniciado por volta de 1880 e que se prolongou até 1914 que a arte europeia se revigorou. “Nos cemitérios mais antigos, é comum encontrarem-se trabalhos de artistas famosos, abrigando os restos de anônimos abastados. Em alguns casos, os mausoléus são verdadeiras obras de valor estético, alvos de visita e turismo” (LEON LUCAS, 2006, p. 11-12).

Nossos “Campos Santos” não representam apenas a última morada para nossos entes queridos. São expressões sociológicas de etnias, de classes sociais, de culturas religiosas, de filosofias, de simbolismos, de es-

tilos arquitetônicos e em alguns túmulos, se vê expresso algo comum a todos nós: a vaidade humana, perpetuada após a morte (TELLES, 1977, p. 81).

O cemitério passou a existir por vários motivos para que assim, se tornasse obrigatório realizar sepultamento de mortos em áreas específicas para isso, as quais são conhecidas como cemitérios. No que diz respeito à prática funerária mais utilizada, tem sido o enterro em sepulturas, onde o caixão é assentado em contato direto com o solo (PINHEIRO, 2018).

A palavra cemitério é de origem grega “KOUMETERIAN” a qual tem o significado “onde eu durmo”, porém com o advento do Cristianismo, esse termo assumiu o sentido de local destinado ao repouso final pós-morte, com significado apenas para lugares onde acontece o enterramento dos cadáveres (cadáver – carne dada aos vermes) (PACHECO, 2012).

No Brasil, existem dois tipos de cemitérios: os horizontais (localizados em áreas descobertas, compreendendo os cemitérios tracionais e os do tipo parque ou jardim) e os verticais (edifícios de um ou mais pavimentos dotados de lóculos ou câmaras para sepultamentos) (RANGONI, 2014).

Os cemitérios horizontais, em especial os tradicionais (onde os sepultamentos são feitos, comumente, em cova rasa), mobilizam as atenções dos estudiosos da contaminação ambiental, pois nele as inumações são feitas diretamente no solo, na cova, e podem pôr em risco a qualidade da água subterrânea quando implantados de forma inadequada, sem atender às normas de execução (KOURY, 2011).

Enquanto os cemitérios tradicionais são públicos, no sentido de pertencer ao poder público, os do tipo parque ou jardim e os verticais, em geral, são privados, sendo que neste último caso, a administração pública exerce o poder de polícia. Nenhuma

comunidade pode viver em cemitérios. São equipamentos sociais fundamentais para a organização da gestão do lugar e para os harmoniosos desenvolvimentos do aglomerado urbano (PACHECO, 2012).

A partir disso, várias práticas funerárias existiram ao longo dos séculos em diferentes situações entre os povos e as cidades. Com

isso, uma escala temporal foi elaborada com intuito de representar o surgimento das mais “formas cemiteriais” existente desde os períodos Pré-históricos; na Antiguidade; no Egito, Roma Monárquica, na República, no Império; Idade Média e Contemporânea; em Portugal e finalmente no Brasil (MARTINS, 2015).

Período/eras	Civilização/ Povos	Séculos/ Anos	Observação	Surgimento do Cemitério	Crenças/Simbolismo/ Religião	Modelo de estrutura do cemitério
PALEOLÍTICO INFERIOR E MÉDIO	Homem	1 milhão a 35 mil anos a.C.		Munido de apetrechos de utensílios para cavar o solo, tiveram durante muito tempo de tratar os seus mortos de maneira discreta, antes de pensar em sepultá-los. Nessas circunstâncias os cadáveres eram lançados nos corpos de água ou cobertos por pedras para serem protegidos dos animais carnívoros.		
PALEOLÍTICO MÉDIO	Homem de Neandertal (povoado de Neandertal, perto de Dusseldorf, na Alemanha).	1 milhão a 35 mil anos a.C.		Povo primitivo, prognata, munido de arcadas supraciliares enormes, que terá aparecido no Paleolítico Médio, foi quem iniciou a prática da inumação ao enterrar os cadáveres nas fossas, circundados com pedaços de carne a fim de que pudessem alimentar-se na sua longa viagem. O morto era colocado em posição fetal, como no momento do nascimento (MORIN, 1970).	Essa posição sugere uma crença no seu nascimento (MORIN, 1970). A sepultura neandertaleses testemunha não só a erupção da morte na vida humana, mas também modificações antropológicas que permitem e provocaram essa irrupção (MORIN, 1970).	Os túmulos dos neandertaleses são os mais antigos, por indicarem algo diferente de um simples sepultamento (enterrar; enterro) para proteger os vivos da decomposição (MORIN, 1970).
PALEOLÍTICO SUPERIOR. (PALEOZÓICO)	Cro-Magnon (homens que habitavam o sul da França). •Europa Ocidental.	35 mil anos a.C.	Descoberta do apogeu do talhe da pedra; aparição de utensílios obtidos a partir dos ossos de animais; invenção da agulha; pintura e da gravura.	Dos achados sepulcrais deduz-se que os mortos eram enterrados tanto dentro das cavernas, como fora delas, sem sepulturas individuais e coletivas.		Em outros casos, eram sepultados em fossas cujo solo era coberto com pó de ocre triturado. Com frequência, os pesa e a cabeça era protegida por lousas de pedra. Nos sepultamentos (enterrar; enterro), eram usadas diversas posições, ficando os cadáveres deitados de costas, de lado ou para cima, acorados e encostados em pedras ou metidos dentro de recipientes, embalsamados ou não.

MESOLÍTICO	Os habitantes da Europa viviam na dependência de uma natureza selvagem.	10 mil a 5,5 mil a.C.	Surgiu nesse período intermediário a era neolítica (último período da idade da pedra).			
MESOLÍTICO	Homem	100 mil anos, a partir dos 10 mil a.C.		Surgiram os primeiros cemitérios.	Nessa época, também se praticou o culto dos crânios que vinha do Paleolítico.	As sepulturas são agrupadas em túmulos individuais e coletivos.
MESOLÍTICO	Austrália.	30 mil anos.	Surgimento da cremação.		Consiste na destruição das partes moles do corpo, sendo as cinzas, posteriormente recolhidas para disposição definitiva.	
NEOLÍTICO	Homem	5 mil a 2 mil a.C.	O homem pré-histórico deixa a vida nômade e torna-se sedentário. Passa a ter habitação fixa, passa a utilizar a pedra polida, a cultivar a terra, a domesticar os animais, a criar a primeira indústria têxtil, a usar a cerâmica e a prospectar os metais.			

- Entre os seres vivos, o homem é o único que dá à morte e aos mortos uma atenção especial, consequência do uso da linguagem, geradora de comunicação e cultura.
- Para os arqueólogos, é sobre a forma de sepulturas que se afirma essa particularidade da espécie humana.
- Na Europa a inumação (enterramento, enterro, sepultamento) sistemática de corpos parece remontar a 100 mil anos antes da nossa época.

NEOLÍTICO	Homem	4 mil ou 5 mil a 2 mil anos a.C.		Há um desenvolvimento muito acentuado do culto aos mortos pela prática generalizada da inumação (enterramento, enterro, sepultamento).	Prática do cortejo e de enterrar junto de cadáveres os objetos e o mobiliário que mais queridos lhes foram em vida.	São numerosos os enterros isolados ou em série, em campo raso, nos quais os cadáveres eram inumados já em posição estendida. Para proteção dos restos mortais, levantava-se muitas vezes uma pequena construção de pedra, geralmente uma cista (urna/cofre) retangular, formada com pequenas lousas e coberta com placas de pedra. A prática da cremação era utilizada, mas não correntemente como a inumação (enterramento, enterro, sepultamento).
-----------	-------	----------------------------------	--	--	---	--

- Na antiguidade oriental e na clássica continuaram a ser praticadas inumação (enterramento, enterro, sepultamento) e a cremação (incineração) e de cadáveres.
- Os ritos fúnebres seguiram os mesmos hábitos e costumes, com algumas diferenças, segundo sua evolução em cada lugar.
- A arte de embalsamar foi desenvolvida por algumas civilizações, com destaque para a egípcia, a que mais venerou os seus mortos.

<p>NEOLÍTICO</p>	<p>Homem Egípcio (Antigo Egito).</p>	<p>5 mil anos a.C.</p>	<p>Surge no baixo Egito o grande povoado de Merinde Beni Salame, constituído por choças de traçado circular ou oval, construídas com barro, juncos e canais, surgiu às primeiras necrópoles.</p>	<p>Os cadáveres eram inumados (em atitude de repouso) em cova simples, sobre uma esteira ou pele de animal, no interior do povoado.</p>	<p>Enterramento arcaico: simples covas abertas na terra para todas as camadas sociais. Estas sepulturas constituem as mais antigas necrópoles egípcias. Segundo momento: as sepulturas foram cobertas e protegidas por uma construção de tijolos, gesso e outros materiais.</p>
<p>NEOLÍTICO</p>	<p>Homem Egípcio (Antigo Egito – Império Antigo).</p>	<p>2. 630 mil anos a.C.</p>	<p>O arquiteto Imhotep construiu para o rei Djoser, a pirâmide em degraus, a primeira pirâmide em escala do eito, margem esquerda do rio Nilo. As três grandes pirâmides de Gizé, construídas na quarta dinastia (Império Antigo), feitas de calcário duro, situadas próximo do Cairo.</p>	<p>Essa pirâmide é uma grande atração de Saqqara, fazendo parte de um grande complexo funerário que se estendia por 70 quilômetros ao longo do rio Nilo.</p>	<p>Nas construções de grande porte como as pirâmides de Gizé, os faraós eram sepultados com os corpos mumificados (método de preservação de corpos) artificialmente, isto é, embalsamados (técnica de preservação de cadáveres para prevenir a putrefacção), prática fundada na sobrevivência da alma na eternidade. É uma construção de calcário, com seis amplos degraus e 61 metros de altura, os quais são um empilhamento de mastabas (banco de pedra) elevando-se sobre incontáveis túmulos ocultos pela areia. Além das pirâmides, os sarcófagos (urna funerária, geralmente de pedra, colocada sobre o solo ou enterrada) foram estruturas de sepultamentos (enterrar; enterro), conhecida como a “cidade dos mortos”, foi surgindo ao entorno das pirâmides.</p>
<p>• Um dos maiores cemitérios da antiguidade, com mais de 5 quilômetros quadrados, foi encontrado em Bahariya, um oásis situado a 370 quilômetros a sudoeste da cidade do Cairo.</p>					
<p>NEOLÍTICO</p>	<p>Roma Monárquica, Republicana e Imperial.</p>	<p>Século IV a.C.</p>	<p>Na Monarquia Romana, a realeza e outras personagens ilustres eram inumadas no Campo de Marte em Roma, já o povo era cremado. Na Roma Republicana, a prática de cremação já era exclusiva dos senhores nobres, ao quais as cinzas eram colocadas nas urnas em salas subterrâneas, já a plebe era sepulta em covas rasa, valas abertas ou poços funerários ao entorno da cidade.</p>	<p>Com a difusão do cristianismo, que interdito a cremação predominante durante os primeiros séculos do império Romano, a inumação teve uma escalada, tornando-se a forma de enterramento mais comum. Os cristãos passam a sepultar seus mortos nas catacumbas (palavra de origem grega que significa cavidade, um vale aberto) de Roma, antigos cemitérios subterrâneos, com cavidades ou lóculos (destinado a abrigar um cadáver) funerários nas paredes, escavados nos tufo vulcânicos do subsolo da cidade.</p>	<p>Por exigência da lei Romana, todos os corpos encerrados em urnas ou sarcófagos, no solo, deviam ser sepultados fora das muralhas, para que o templo e as festas religiosas não fossem manchados pela morte. As covas eram construídas ao entorno da muralha Serviana, uma barreira defensiva à volta da cidade de Roma, com 11 quilômetros de comprimento.</p>
<p>• Roma, durante a República e o Império, foi assolada por pestes que provocaram inumações em massa. • Pragas virulentas e devastadoras foram à causa de milhares de mortes num único dia (MUMFORD, 1991).</p>					

<p>NEOLÍTICO</p>	<p>Idade Média à Contemporânea</p>	<p>Século V e meados do século XV.</p>	<p>A partir do século VII ocorreu uma mudança que, levou ao abandono de cemitérios campais, os quais foram cobertos pela vegetação, esquecidos ou usados somente em tempos de pestes. É nessa época que os mortos deixam o subúrbio e passam a ser sepultados "intramuros", à volta da igreja ou no interior desta. Os mortos retornam ao convívio com os vivos com a penetração de cemitérios no ambiente urbano, ao lado das habitações da comunidade.</p>	<p>Nas topografias urbanas, os cemitérios já não são visíveis ou já não tem identidade, confunde-se com as dependências da igreja e os espaços públicos. A responsabilidade dos enterros manteve-se a cargo da igreja até o século XVIII, na Europa ocidental, quando surgiu o cemitério moderno, que tem a sua origem no pensamento do Iluminismo.</p>	<p>Cemitérios paroquiais, ou seja, dentro das próprias igrejas eram construídos para sepultamentos. Os corpos eram enterrados no subsolo (piso interior da igreja) ou em sepulturas construídas na superfície.</p>
-------------------------	------------------------------------	--	--	---	---

- Nas décadas de 1770 e 1780, soberanos esclarecidos nos países da Europa proclamaram éditos (anúncio de uma lei) que baniam os enterros intramuros, encorajando a construção de locais de inumação na periferia das áreas urbanas.
- O cemitério dos Santos Inocentes, o maior de Paris, situado no centro da cidade, que servia mais de 20 paróquias e recebia pobres e ricos havia oito séculos, foi desativado em dezembro de 1780, antes da revolução francesa.
- Essas necrópoles, que serviram de modelo aos novos cemitérios urbanos da Europa, com o tempo, foram absorvidas pela expansão urbana da cidade de Paris.
- Atualmente, estão localizadas intramuros e são muito visitadas por milhares de turistas, não só por causa das personalidades ali sepultadas, mas também pelas magníficas esculturas funerárias.

Neolítico	Portugal.	1835 1884.	a	<p>A Europa e Portugal pelos perigos alarmantes de doenças contagiosas, de federam a proibição urgente de sepultamentos nas igrejas e a construção de cemitérios públicos fora das vilas e cidade em lugares altos e ventilados.</p> <p>Em 1835 através de decretos em defesa da saúde da nação, a construção de cemitérios públicos para a inumação de cadáveres.</p>	<p>Iniciou-se nas igrejas e ao entorno da mesma. Avançou para fora da igreja, incluindo no meio urbano. Passou por mudanças, e passou a serem instalados em lugares afastados das cidades.</p>	<p>As práticas funerárias e cemiteriais em Portugal, ao longo dos tempos, são testemunhas pelo culto pré-histórico dos megálitos, principalmente dólmenes; pelas sepulturas da época do bronze. Com a integração no Império Romano parece à prática de sepultamento, com vários testemunhos, coo urnas e vasos cinerários, sarcófagos, lápides, estelas e outros; com o cristianismo começam a aparecer os costumes funerários e as práticas de sepultamento de foram dominantes durante cerca de 1.500 anos: a inumação do cadáver ou a sua disposição em sarcófago no interior da igreja e entorno da mesma (SOUZA VAZ, 1835, p. 9-10). Existiam espaços (necrópoles) separados para os nobres e para a plebe.</p> <p>As estruturas dos cemitérios possuem um visual arquitetônico e iconográfico (forma de linguagem visual que utiliza imagens para representar determinado tema), com belo patrimônio artístico gerado pelos artistas portugueses, além de monumentos. As inumações são feitas em sepulturas, jazigos subterrâneos e jazigos de capela (familiares). O direto mortuário contempla as seguintes matérias: disposições constitucionais e legais; remoção, transporte, inumações, exumação, transladação e cremação de cadáveres; agências funerárias; cemitérios; colheita de órgãos e tecidos; jurisprudências e índice analítico e sistemático. Além disso, inclui-se na escolha do terreno para a instalação de cemitérios ou ampliação dos existentes, os seguintes fatores: não ficarem excessivamente afastados das povoações; serem sensivelmente planos ou com declive pouco acentuado; ser o subsolo de natureza permeável em toda a área destinada a enterramentos; solo composto de calcário, sílica, e argila; terem drenagem natural ou possibilidade de drenagem artificial simples e serem fáceis de escavar, não apresentando rocha, blocos rochosos ou água, até à profundidade de 2 (dois) metros.</p>
-----------	-----------	---------------	---	--	--	---

• Começa em Portugal uma transformação sanitária nos hábitos e costumes da população com consequências positivas para a saúde pública e para o meio ambiente.
• O termo "inumação" tem sido utilizado de forma generalizada, até para sepultamentos em edificios acima da superfície do solo. Há quem não concorde.

Neolítico	Brasil.	Século XVIII. Ano 1798. Século XIX.	No Brasil, a prática de sepultamentos no interior das igrejas e em seu entorno foi trazida pelos portugueses.	Iniciou-se nas igrejas e ao entorno da mesma.	Existiam espaços (necrópoles) separados para os nobres e para a plebe.	<p>Cemitérios paroquiais, ou seja, dentro das próprias igrejas eram construídos para sepultamentos. Os corpos eram enterados no subsolo (piso interior da igreja) ou em sepulturas construídas na superfície.</p> <p>Em cemitério localizado no rio de janeiro, os cadáveres eram em grande número e mal sepultados numa grande vala comum, quase exposto ao calor e ao ar, liberando na atmosfera gases nauseabundo.</p> <p>Na Bahia, a população convivia com os mortos lado a lado, nas ruas e em frente à igreja, os pedestres andavam topando com ossos, inclusive pedaços de crânios.</p> <p>Em 1828, uma lei imperial regulamentava a estrutura, funcionamento, eleições, funções e outras matérias referentes às câmaras municipais do Império do Brasil, a respeito de cemitério ser estabelecidos fora do recinto dos templos.</p> <p>No século XIX, surgiram no Brasil os cemitérios públicos, a céu aberto, com túmulos suntuosos no estilo das necrópoles europeias.</p>
<p>• Cemitérios no Brasil: Cemitério Santa Casa (1843); Campo Santo – Cemitério de Salvados (1836); Cemitérios dos Aflitos (século XVIII); Cemitério Campo da Luz (1845); Cemitério da Consolação (1858); Cemitério do Araçá (1887); Cemitério do Brás (1893); Cemitério de Santana (1897); Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1899); Cemitério Vila Mariana (1904).</p> <p>• Na cidade de São Paulo, até 2012 eram contabilizados 22 cemitérios horizontais tracionais administrados pela prefeitura da cidade.</p> <p>• Neles, em geral, são feitas inumações no solo (em cova rasa).</p> <p>• Os particulares são 18, também horizontais e do tipo parque ou jardim. São áreas verdes, onde as inumações são feitas por entumulação (jazigos subterrâneos).</p>						

Quadro 01. Escala temporal do surgimento das “formas cemiteriais”
Fonte: elaborado a partir de PACHECO (2012).

O surgimento das necrópoles partiu da necessidade de o homem enterrar seus mortos. Em todos os períodos da pré-história: Paleolítico, Mesolítico e Neolítico, a preocupação com o lugar adequado para enterrar os mortos foram surgindo conforme os problemas foram aparecendo por conta das interferências naturais das inumações nos espaços escolhidos para tal atividade (FARIA, 2008).

No início estes espaços foram determinados pela facilidade de se “livrar do corpo”, não levando em conta qualquer preocupação com as consequências naturais provindas dos cadáveres. Com isso, as populações foram adequando-se conforme essas necessidades de saúde pública, a partir do momento que a população passou a sofrer com os cheiros nauseabundos provenientes das inumações, foram adaptando-se estratégias aos quais pudessem permanecer distantes destes espaços fétidos (SOUSA FILHO, 2015).

Conforme as mais diversas populações foram surgindo, observam-se os mesmos problemas e as soluções diferenciadas para resolver tais problemáticas. Os mortos para algumas civilizações havia um culto muito mais íntimo e valoroso, para outros era um corpo que precisaria ter um lugar para ser “despejado” (FARIAS, 2008).

As construções específicas de cada civilização surgiram a partir da localidade e de suas crenças, cada formato dos cemitérios possui uma cronologia de situações adversas provenientes principalmente de causas naturais causadas pelos cadáveres e suas inumações (PACHECO, 2012).

Os cemitérios estruturais surgiram justamente por causa de problemas naturais provindas da decomposição dos cadáveres, as populações foram repensando no lugar e na forma de enterrar por conta do incomodo proveniente do enterramento de seus mortos. E assim, houve um processo de mudanças e adaptações nessas construções

das necrópoles até chegar ao modelo atual existente (SOUSA FILHO, 2015).

Lembrando que, esse processo deu-se pelas situações exógenas (clima, solo, precipitação, sol, vento, além da fauna e flora) de cada lugar, onde trouxe adaptações nas construções das necrópoles, mas também as doenças aos quais atingiram populações onde levou a óbito inúmeras pessoas, fazendo com que levasse a civilização a preocupar-se de como enterrar seu morto sem que ele seja afetado “diretamente” por ele (PACHECO, 2012).

TERRITÓRIO E MOBILIDADE: ABORDAGEM COM ENFOQUE NAS NECRÓPOLES

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação), o ator "territorializa" o espaço. O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço (ITABORAHY, 2010).

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder. A partir da territorialização do espaço é que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais (RAFFESTIN, 1993).

O conceito de território traz uma contribuição na perspectiva do espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Para indicar este pressuposto na geografia política, se discute os muitos conceitos de território e os riscos de reducionismos entorno de um termo tão fundamental e tão polissêmico (SOUZA, 2012).

Souza (2012) amplia a sua discussão a partir da análise da prática social do cotidiano urbano, que delimita territórios para os mais

diferentes objetivos, incorporando as noções e rede e a questão do desenvolvimento e seus desdobramentos na organização sócia espacial.

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações efetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (ITABORAHY, 2010).

Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, como exemplificam as palavras de SUN TZU - quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? (SOUZA, 2012).

Com isso, as necrópoles também são territórios definidos e delimitados a partir da relação de poder existente neste espaço. As práticas sociais vivificadas foram desse ambiente a partir das ações antropogênicas da sociedade, também são estendidas aos espaços cemiteriais (RAMAZZINA, 2011).

A divisão de classe social, as condições econômicas das famílias, as crenças, ou seja, toda cultura individualizada do morto também faz parte deste território. As histórias dos mortos definem e estruturam a memória familiar, atestam ideologias políticas e indicam a divisão de classes. Apesar de um ambiente de “morte” os vivos são tão presentes quanto os mesmos, e as relações dos vivos com aqueles que “descasam” fazem parte dessa relação de poder (MUNDIM, 2011).

Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes tais como: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser

alteradas, comumente pela força bruta -, mas cada espaço seria - enquanto território. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território (SOUZA, 2012).

Os territórios mórbidos também constituem destes espaços construídos e (e desconstruídos) dentro das escalas temporais acima descritas, como se percebe no Quadro 01. Escala temporal do surgimento das “formas cemiteriais”, o quanto estes territórios sofreram mudanças a partir das relações de poder exercidas conforme as civilizações, bem como a cultura, as crenças, o simbolismo e as religiões, assim como o surgimento e modelo de estruturação destes cemitérios (MUNDIM, 2011).

O território não diz respeito somente à materialidade do espaço, pois não há território exterior a relações sociais e este toma forma tanto por meio da inscrição no espaço físico, como nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente, quando se trata de territórios de povos para os quais a tradição oral ancorada na memória social tem peso importante, como os estudados por antropólogos (GODOI, 2014).

O território não é sinônimo de espaço ou espacialidade, ou como simplesmente “fonte de recursos” disputados ou, ainda, de elementar “apropriação da natureza”. Territorialidade é “muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território” (HAESBAERT, 2004).

Dentro do simbolismo com os estudos antropológicos, as “cidades necrópoles” compõe esse território de construções abstratas como as tradições, os costumes, além de um espaço de memórias históricas, sociais, religiosas e culturais. Percebe-se que estes elementos fazem parte deste território e que não é possível desprendê-los pela relação direta aos quais permeiam os que lá fazem morada e também aqueles que cultuam os rituais fúnebres nestes espaços. Além dessa construção abstrata, o próprio

formato (1. Cemitério-museu; 2. Cemitério-jardim; 3. Lawn Reen Cemetery ou Cemitério Gramado; 4. Parkfridhof ou Cemitério-parque; e 5. Waldfriedhof ou Cemitério-floresta) dos cemitérios e os elementos que caracterizam estes territórios, também se constituem de uma arquitetura que é capaz de identificar o povo/civilização a partir do modelo utilizado (PACHECO, 2012).

A partir disso, vários enfoques são atribuídos ao conceito de território, um deles é o Atributo da territorialidade, é um termo plural, uma vez que se reporta a processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados (não necessariamente nessa ordem) sobre uma parcela do espaço que é transformada em território (GODOI, 2014).

A territorialidade ocorre com o sentimento forte de pertencimento a um lugar e a uma rede de parentes. Território Simbólico, com os processos de desterritorialização são múltiplos e nada recentes (GODOI, 2014).

O território usado envolve todos os atores e todos os aspectos e, por isso, é sinônimo de espaço banal, corriqueiro, espaço de todas as existências. A história se produz com todas as empresas, todas as instituições, todos os indivíduos, independentemente de sua força diferente, apesar de sua força desigual. Neste sentido, os cemitérios são espaços que envolvem os atores “mortos” e também os vivos nestes processos de vivificações (SANTOS, 1996).

Relatar a história do território é operacionalizar as técnicas que explicam cada período, é reconstruir o transcurso que leva do meio natural ao meio técnico e ao meio técnico-científico-informacional. Os processos históricos dos cemitérios também é uma forma de conhecer cada civilização, as sepulturas são testemunhas não só a erupção da morte na vida humana, mas também modificações antropológicas que permitem e provocaram essa erupção (SILVEIRA, 2011; MORIN, 1970).

O território usado abriga as ações

passadas, já cristalizadas nos objetos e normas, e as ações presentes, que estão se realizando diante dos nossos olhos. As ações passadas - os lugares são vistos como coisas. Mas a combinação das ações presentes e ações passadas fazem o viver, traz vida, por isso, uma não pode ser entendida sem a outra e é por isso que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da junção entre as características da materialidade territorial e as características das ações presente denominando-se território vivo, o território vivendo. É o território no processo de ser usado (SILVEIRA, 2011).

Nada como reviver estes espaços usados a partir do território dos mortos, os cemitérios são objetos que combinam ações passadas, bem como ações do presente e que servem para melhorar as ações futuras. No processo histórico dos cemitérios percebe-se que os atores que perpassaram nas mais diversas escalas temporais civilizatórias foram de fundamental importância para atrair diferentes olhares para as necrópoles de forma que melhorassem estes lugares ao longo de suas necessidades (MUNDIM, 2011).

As populações foram adequando-se conforme as necessidades de saúde pública. A partir do momento que a população passou a sofrer com os cheiros nauseabundos provenientes das inumações, foram adaptando-se estratégias aos quais pudessem permanecer distantes destes espaços fétidos (RAMAZZINA, 2011).

Dentro do território, a mobilidade se caracteriza pela interação entre diversas variáveis, sendo as básicas o espaço (trajeto, itinerário ou percurso), a velocidade e o tempo. A relação entre estas variáveis imprimem, ao objeto móvel, condições de inércia ou de deslocamento. Os cemitérios permeiam nessa relação inerte e de mobilidade tanto de objetos, quanto dos cadáveres, e dos vivos que cultuam os mortos (LEMOS, 2007).

A mobilidade permeiam as inúmeras dimensões (religião, ideologia, nacionalidade,

status econômico, cultura, raça, sexo, idade) e a mobilidade por entre elas pode ocorrer de forma vertical (um grupo em relação a outro) ou horizontal (dentro de um mesmo grupo), nos cemitérios essas dimensões são claras e existentes tanto para os que estão mortos quanto para os vivos (LEMOS, 2009).

A cidade é lugar de contenção e de atração (MUMFORD, 1988). A cidade se realiza nos fluxos de mobilização, mistura e ampliação que se opõem ao isolamento e à autonomia mais fechada das antigas aldeias. As cidades contemporâneas são lugares de circulação e de dispersão, de exterioridades, privacidade e indiferença, um lugar de “inquietação” e turbulência. As cidades necrópoles são lugares indiferentes aos olhares dos vivos a partir da própria conduta ao tratar o morto, a perturbação do local exterioriza a não preocupação do homem, trazendo a indiferença com o cuidado para com este espaço (CAIAFA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As necrópoles não são apenas territórios simbólicos, são espaços que constituem funcionalidades do passado e que trazem especificidades para o presente. O futuro destes espaços ainda não se sabe, apesar das mudanças históricas, de infraestrutura e de saúde pública ao longo das civilizações.

Os cemitérios ainda possuem comportamentos históricos e que permeiam no século atual, bem como os rituais fúnebres, o uso dos elementos simbólicos, as crenças, a religiosidade, das estruturas arquitetônicas entre outros. Ademais, em outros aspectos importantes para a sociedade necessitam de um enfoque maior, tais como as problemáticas de saúde pública e ambiental. Portanto, os mortos ainda trazem transtornos e preocupações aos vivos.

As cidades necrópoles são territórios sociais, culturais, simbólicos, religiosos, econômicos, naturais, arquitetônicos, de saúde

pública e demais características que compõem este espaço e identifica suas civilizações ao longo dos tempos. É um território que possui fluxos de mobilidades físicas e abstratas.

São inúmeras mobilidades existentes nestes espaços, e não se fecham apenas neste território delimitado, mas, vão além destes muros, as pessoas que circulam nestes ambientes fazem parte desta mobilidade física, bem como a mobilidade dos mortos em suas fases de mudanças temporais a partir do estágio de putrefação do corpo. Além destas transições físicas, as abstratas estão presentes, como já foram citadas por Lemos. E não cabe apenas para os mortos, mas também para os vivos.

REFERÊNCIAS

CAIAFA, J. **A Aventura das Cidades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

COSTA, B. F. **Instituto de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural**. 2015. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS.

CURY, I. **Organizadoras Cartas Patrimoniais**. 2. ed. IPHAN, Rio de Janeiro, 2000.

FARIA, A. F. Engajamento de estudantes em atividade de investigação. **Universidade Federal de Minas Gerais**. Recuperado de http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAEC-84XHTF/1/dissertacao_faria_a_f.pdf, 2008.

GODOI, E. P. de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Revista Raízes**. v. 34, n. 2, p. 8-16, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_339.pdf>. Acesso em: 21 de jun. de 2016.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**.

Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004.

ITABORAHY, N. Z. A Geografia, o Conceito do Território e os processos de territorialização das Comunidades Quilombolas: Primeiras Aproximações. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaço de Diálogos e Práticas**, p. 25-31, 2010.

KEMERICH, P. D. da Cunha. *et al.* A questão ambiental envolvendo os cemitérios no Brasil. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 4, p. 3777-3785, 2014.

KOURY, M. G. P. O luto no Brasil no final do século XX. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 593-612, 2014.

LEMOS, A. **Cidade e Mobilidade**: telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais Matrizes. 2007. ISSN 1982-2073. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143017362007>>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

LEMOS, A. Cultura da mobilidade. **Revista Famecos**. Porto Alegre, n. 40, p. 28-35, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6314/4589>>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

LEON LUCAS, A. **Os Cemitérios no Bairro Fragata**: uma relação entre o antigo e o contemporâneo. Monografia. Pós-Graduação em Artes: Especialização em Patrimônio. Instituto de Artes e Design. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2006, p. 105.

MARTINS, F. G. **Arquitetura funerária: conceitos e lógicas propositivas no cemitério do século XX**. 2015. Dissertação de Mestrado.

MORIN, E. **O homem Perante a Morte**. Lisboa: publicações Europa-América, 1970.

MUMFORD, L. **A Cidade na história**. São Paulo: Martins fontes, 1991.

MUMFORD, L. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MUNDIM, L. G. M. As necrópoles como patrimônio cultural: Reflexões sobre o inventário do Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo**, 2011.

NEGRAES, E de C. **O Livro dos Mortos do Antigo Egito**. ed. Hemus. Tradução de 1982.

PACHECO, A. **Meio Ambiente e Cemitérios**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2012.

PALMA, S. R. A saudade ecologicamente correta: a educação ambiental e os problemas ambientais em cemitérios. 2010.

PINHEIRO, T. M. de. **Contaminação ambiental causada pelo necrochorume proveniente de cemitérios**. INOVAE - ISSN: 2357-7797, São Paulo, v. 6, JAN-DEZ, 2018 - pág. 145-171.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas, 29).

RAMAZZINA, A. A. Estrutura social e organização espacial de necrópoles: aspectos teórico-metodológicos no estudo arqueológico de vestígios funerários-Uma revisão bibliográfica. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Trabalhos apresentados no XVII Congresso Nacional de Estudos Clássicos, Natal, São Paulo**. 2011. p. 81-109.

RANGONI, C. S. Cemitério Municipal de São Francisco: visão crítica sobre as condições das necrópoles de Salvador. CANDOMBÁ - ISSN 1809-0362, v. 10 | N. 1 | JAN - dez 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo:

Hucitec, 1996.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21: a história de um livro. **Acta Geográfica**. Edição Especial. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p. 151-163. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/556>>. Acesso em: 22 de mar. de 2017.

SOUSA FILHO, A. F. de. Necrópole vertical: uma alternativa sustentável para Belo Horizonte / Antenor Ferreira de Sousa Filho. – Belo Horizonte, 2015. 155 f.

SOUZA VAZ, F. **Memória Sobre a Inconveniência dos Enterros nas Igrejas e Utilidade da construção de Cemitérios**. Porto, 1835.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. 2012. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

TELLES, L. S. **Manual do Patrimônio Histórico**. Universidade de Caxias do Sul: 1977.

GEODIVERSIDADE E GEOTURISMO NO ESTADO DE RORAIMA



Giovanni de Farias Seabra

*Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Roraima
gioseabra@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho é produto de uma pesquisa, ainda insipiente, sobre o potencial geoturístico do estado de Roraima. Ao contrário do que se propaga no meio acadêmico brasileiro, que apresenta o geoturismo como temas recentes, o turismo ecológico de base geológica remonta ao século XX, pelo menos, conforme registros no National Park Sächsische Schweiz, localizado na região da Bohêmia, ocupando os territórios alemães e tchecos situados às margens do rio Elba. No estado de Roraima, os atrativos geoturísticos estão dispersos e integram, principalmente, terras indígenas, unidades de conservação e propriedades privadas, sendo necessários estudos mais aprofundados para identificação e delimitação dos geossítios, bem como o uso turístico das morfoesculturas e dos acervos paleontológicos e arqueológicos.

Palavras - chave: Geodiversidade, Geoturismo, Morfoesculturas, Termiteiros.

RESUMEN

El presente trabajo es producto de una investigación, aún insipiente, sobre el potencial geoturístico del estado de Roraima. Contrariamente a lo que se propaga en el medio académico brasileño, que presenta el geoturismo como tema reciente, el turismo ecológico de base geológica se remonta al siglo XX, al menos, según registros en el National Park Sächsische Schweiz, ubicado en la región de Bohemia, ocupando los territorios alemanes y checos situados a orillas del río Elba. En el estado de Roraima, los atractivos geoturísticos están dispersos e integran, principalmente, tierras indígenas, unidades de conservación y propiedades privadas, siendo necesario estudios más profundizados para la identificación y delimitación de los geosítios, así como el uso turístico de las morfoesculturas y de los acervos paleontológicos y arqueológicos.

Palabras clave: Geodiversidad, Geoturismo, Morfoesculturas, Termiteiros.



INTRODUÇÃO

A paisagem é um conjunto de elementos físicos, biológicos e socioeconômicos inter-relacionados, visíveis aos olhos, que caracterizam uma determinada porção do espaço geográfico. Paisagem é tudo que a vista alcança, ou seja, numa abordagem conceitual, é “uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica e instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que fazem dela, a paisagem, um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (BERTRAND, 1971).

São componentes da paisagem as formas de relevo, os tipos climáticos, a cobertura vegetal, a biodiversidade, os solos desprovidos de vegetação, os campos povoados de animais ou cultivares, os rios e córregos, vilas e cidades, e as diversas formas de ocupação humana, quando houver.

Ao abordar a paisagem neste trabalho, priorizamos as estruturas geológicas e as morfoesculturas do relevo, denominadas “relevos estruturais” e “relevos esculturais” (ROSSI, 1996) ou, simplesmente, “geodiversidade” (BRILHA, 2005), ou seja:

[...] a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem à paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra (BRILHA, op. Cit., pág, 17).

Os relevos estruturais são macrounidades da paisagem com extensão de algumas centenas de quilômetros, permitindo a eles, em nível metodológico para ordenamento territorial, tratamento geossistêmico, ou geoecológico, aplicados ao planejamento ambiental e turístico. Assim, apresentamos os compartimentos geomorfológicos de Roraima, estado federativo localizado no extremo norte amazônico do território brasileiro, assim como as estruturas geológicas,

a geodiversidade e as geoformas, como principais atrativos para o desenvolvimento do geoturismo, o qual, para ser viabilizado como atividade produtiva, urge ações para a geoconservação.

Geodiversidade, geoconservação e geoturismo são conceitos recentes no mundo acadêmico, especialmente a partir dos anos 1990, cuja essência, tanto de um como de outro, todavia pertence ao lazer e imaginário de antigas civilizações européias e asiáticas. Já no século XVIII monumentos geológicos entremeados de vales labirínticos eram visitados turisticamente nas margens esquerda e direita do rio Elba, nos territórios da Alemanha e da República Tcheca, compreendendo a Região da Bohêmia, com destaque para as morfoesculturas em arenito e as pontes de pedra, atualmente onde está instalado o Nationalpark Sächsische Schweiz (Figura 1).

Na segunda metade do século XIX a Região da Bohêmia instalou equipamentos exclusivamente para o atendimento aos turistas, como abertura e construção de escadarias nas trilhas e caminhos de acesso aos monumentos geológicos, sinalização, e abertura de pousadas, restaurantes e cafês. Posteriormente, no início do século XX foi construído um elevador para atender ao fluxo de visitantes (Figuras 2 e 3).

A nosso ver, geoturismo é uma derivação do ecoturismo com ênfase nas morfoesculturas do relevo, incluindo informações sobre a gênese, estrutura e morfodinâmica da rocha. Na observância dos conceitos e definições de um e de outro, as semelhanças são evidentes, senão vejamos:

O ecoturismo é definido como a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação da consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas (MIC / Embratur, 1994).

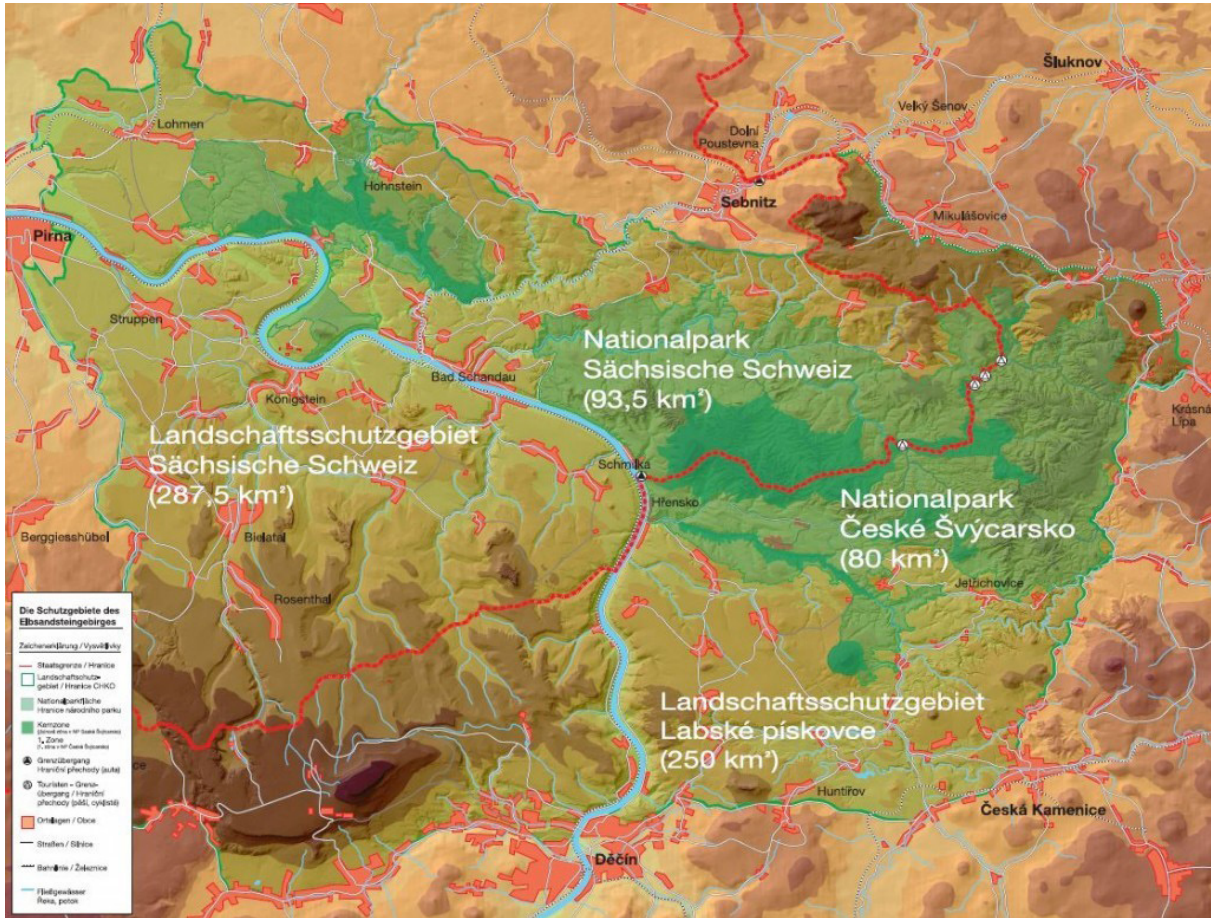
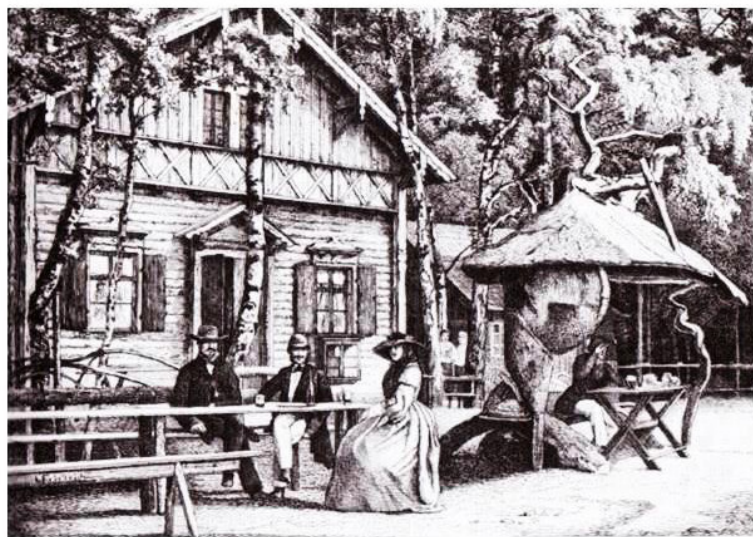


Figura 01: Bohemian National Park Region
Fonte: Nationalpark-Saechsische-Schweiz, 2019.



Figuras 2 e 3. As imagens revelam estruturas de acesso aos geomonumentos e os equipamentos turísticos (hospedagem e restaurante) para acolhimento dos ecoturistas, em 1886
Fonte: Rölke, 2006b.

Sem embargo, o ecoturismo seguiria uma rota diferenciada dos usuais do turismo, uma vez que envolve a consciência ambiental e sustentabilidade ecológica, social, econômica e cultural. Por definição, o diferencial deste segmento

turístico compõe um leque de fatores, principalmente as componentes ecológica e social, portanto em franco desacordo com as estratégias governamentais de valoração e comercialização do espaço natural através da promoção do dito ecoturismo massificado em áreas protegidas da natureza. Os oportunismos políticos para captação de recursos, com o uso dos conceitos de ecoturismo, são visivelmente identificados nos textos dos projetos oficiais enviados aos bancos e órgãos de fomento ao turismo.

Por ser uma atividade de lazer socialmente diferenciada, o ecoturismo não obedece simplesmente à lógica de mercado. É uma viagem solidária e responsável, dirigida às áreas naturais e comunidades tradicionais, com o fim de conservar o meio ambiente e promover o bem estar dos povos locais, especialmente os mais humildes e excluídos do eixo econômico. Portanto, abrange o meio ambiente em todos os seus aspectos, como a paisagem natural, a componente social e o patrimônio cultural. No Brasil, o ecoturismo é evidenciado desde 1985, atendendo à forte demanda oriunda da multiplicação dos parques nacionais, priorizando-se o uso turístico em detrimento da conservação ambiental.

O geoturismo, por sua vez, é uma atividade de lazer e entretenimento, baseada na geodiversidade, que utiliza as feições geomorfológicas como o principal atrativo turístico. Todavia, na maioria das vezes, o geoturismo está associado a outros aspectos da paisagem como rios, lagos, cachoeiras, vegetação, bem como instalações, equipamentos e serviços turísticos. Na prática, trata-se de um conceito difuso, superposto ao ecoturismo, com ênfase na paisagem, envolvendo os aspectos tanto naturais – cavernas, vulcões, mirantes, esculturas rochosas, dunas; como culturais - monumentos líticos, calçamentos, alicerces e paredes das edificações, lápides de cemitérios, etc. Porém, nem todas as definições de geoturismo se

relacionam, de modo inequívoco, com a geodiversidade (BRILHA, 2005).

Segundo a Travel Industry Association of America (TIA), o geoturismo é definido como o turismo que apoia ou valoriza as características geográficas do lugar em foco, incluindo-se o meio ambiente, cultura, a herança estética e o bem estar da população local (ALFAMA, 2007). De acordo com a National Geographic Society (NGS) apud Brilha (2005), o geoturismo procura minimizar o impacto cultural e ambiental sobre as comunidades que recebem fluxos turísticos, inserindo-se no conceito mais abrangente de turismo sustentável.

No presente trabalho apresentamos alguns aspectos da geodiversidade, geoconservação e geoturismo no Estado de Roraima. Em nível local, enfatizamos os geossítios, onde se destacam as inscrições rupestres e as ocorrências dos termiteiros “pagodes”, onde são evidenciados os edifícios dos cupins cuja bioarquitetura se destaca na paisagem do lavrado.

Vale salientar que o patrimônio natural do estado de Roraima, notadamente a geodiversidade e a biodiversidade, está sendo dizimado, seguindo o triste exemplo da Mata Atlântica brasileira, a passos acelerados, pelo ferro e pelo fogo (Figura 4) (WARREN, 2013).



Figura 04: Paisagem típica do lavrado, estado de Roraima, município de Bonfim-RR
Fonte: Giovanni Seabra, 2019.

METODOLOGIA

De acordo com Bertrand (1971), geossistema é uma determinada porção do espaço, sendo resultado da combinação dinâmica e instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, que fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perpétua evolução. O autor destaca que o estudo da paisagem só pode ser realizado no quadro da Geografia Física Global, estabelecendo-se critérios taxonômicos, ou seja, quando a paisagem é subdividida hierarquicamente, segundo a homogeneidade, comportamento e funcionalidade de seus componentes.

O lugar, por sua vez, é um espaço afetivo com limites geoecológicos, resultado da combinação dos componentes naturais e culturais num determinado território evidenciado na paisagem. No ordenamento territorial, as diferenciações existentes na paisagem, em nível regional e local, que caracterizam o lugar, são espacialmente individualizadas em unidades geoecológicas para fins de planejamento ambiental e turístico. O planejamento territorial, numa abordagem sistêmica e descentralizada propicia a inclusão social, o desenvolvimento local e a integração regional.

Ao introduzir o termo geossistema na literatura soviética, SOTCHAVA (1972) concebeu a conexão da natureza com a sociedade e seus aspectos dinâmicos num determinado espaço, levando-se em consideração todos os fatores econômicos e sociais influenciando sua estrutura e particularidades espaciais. Através dessa metodologia, são estabelecidos critérios dimensionais e hierárquicos de unidades espaciais homogêneas denominadas geossistemas e suas subdivisões. A integração dos componentes geossistêmicos naturais, econômicos e culturais incentiva a inserção de novos serviços e produtos na economia local, impulsiona a cadeia produtiva e promove a elevação do padrão de vida da comunidade

residente.

Para o presente trabalho de pesquisa adotamos a metodologia geossistêmica, destacando as subunidades em nível de geótopos, correspondendo aos geossítios, abrangendo alguns hectares, onde identificamos ocorrências de geomonumentos, como os sítios rupestres e os termiteiros “pagodes” com elevada densidade espacial. Essas estruturas, de natureza cultural e biológica, de inestimável valor paleozoico, faunístico, ecológico, arqueológico e cultural, estão severamente ameaçadas pelos impactos causados pelo vandalismo contumaz, o modelo de exploração rural que “tratoriza” tudo o que encontra pela frente, impondo mudanças ambientais irreversíveis na paisagem do lavrado, tornando-o biologicamente estéril e monótono.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No interior do Brasil, o relevo é originário de intensa atividade tectônica que reativou os dobramentos e abriu centenas de falhas e fraturas. Em seguida houve rebaixamento do relevo, ocasionado por sucessivos processos erosivos formando extensas áreas aplanadas denominadas pediplanos e peneplanos, respectivamente em climas semiáridos e semiúmidos. Movimentos tectônicos, variações climáticas, litologias variadas e erosão diferencial esculpiram morfologias residuais testemunhando a ocorrência de superfícies outrora mais elevadas. Tais elevações superiores ao piso circundante são apelidadas serras, morros testemunhos e inselbergues, que surgem quebrando a monotonia dos pediplanos roraimenses. São exemplos clássicos de testemunhos no estado o morro Redondo e o morro da Antena, ambos no município de Bonfim. Os aspectos geológicos geomorfológicos da paisagem configuram-se com importantes destinos geoturísticos no Brasil e no mundo.

Existem roteiros geoturísticos

consagrados há décadas no Brasil, implantados com objetivos geológicos, geomorfológicos, ecológicos, pedagógicos e científicos. É destaque no geoturismo asvárias geoformas de superfície, como as montanhas, chapadas, serras, inselbergues, cânions, lajedos, matacões, boqueirões, furnas, pedras furadas e cavernas, somente para citar alguns. Há décadas, tais atrativos são objetos de contemplação, lazer e recreação dos ecoturistas sendo, portanto, regiões geoturísticas consolidadas a Chapada do Araripe (CE, PI, PE), a Gruta de Ubajara, os Monólitos de Quixadá e o Geoparque de Santana do Cariri (CE), o Cânion do São Francisco (BA, SE), a Chapada Diamantina (BA), o Parque Estadual de Vila Velha (PR), o Parque Nacional Serra da Capivara e o Parque Nacional de Sete Cidades (PI), somente para citar alguns (SEABRA, 2007b). Os locais apontados constam dos roteiros turísticos em função da exuberância paisagística e diversidade cultural, atraindo fluxos permanentes de visitantes.

Os espaços geográficos do estado de Roraima irradiam belezas cênicas extraordinárias, evidenciadas nas formações estruturais e formas esculturais do relevo. Esses lugares são habitados por grupos populacionais especiais, como os povos originários nos territórios indígenas, as comunidades ribeirinhas e os produtores rurais tradicionais, cuja lide campesina é baseada na pequena produção familiar diversificada nos criatórios de animais, peixes, extrativismo e policultura.

Tomamos como base para a caracterização da geodiversidade de Roraima a zona climática equatorial, onde estão inseridos os dois grandes domínios morfoclimáticos correspondentes às duas unidades morfoestruturais, representadas pelos Terrenos Proterozóicos do Escudo das Guianas e as Coberturas Sedimentares Fanerozóicas. Esses compartimentos geológicos são subdivididos em unidades

morfoesculturais menores (LADEIRA e DANTAS, 2014), aqui considerados unidades geoecológicas ou geossistemas (SEABRA, 2014):

Terrenos Proterozóicos do Escudo das Guianas: Planalto do Interflúvio Amazonas – Orenoco; Planalto Sedimentar de Roraima; Planalto Dissecado Norte da Amazônia; Planaltos Residuais de Roraima; Depressão Marginal Norte do Amazonas;

Coberturas Sedimentares Fanerozóicas: Depressão de Boa Vista; Pantanal Setentrional.

O *Planalto do Interflúvio Amazonas – Orenoco* é uma área montanhosa moldada em rochas ígneas e metamórficas, onde despontam as maiores altitudes do estado. Do ponto de vista da geodiversidade são evidenciadas as superfícies de cimeira com topos aplanados, com cotas superiores a 1.500m. Tais morfoesculturas são denominadas “tepuys”, a exemplo do monte Caburaí, onde está situado o ponto extremo norte do território nacional. Outros atrativos turísticos são oriundos dos morros escalonados, dissecados e cortados em vales profundos que servem de suporte a um grande número de rios, corredeiras e cachoeiras. Culturalmente, esse geossistema pertence aos territórios indígenas das etnias Yanomami e Macuxi, motivo pelo o qual o ingresso de visitantes é restrito. Exceção é a cidade de Uiramutã, um enclave não índio no interior da terra indígena Raposa - Serra do Sol.

O *Planalto Sedimentar de Roraima* é modelado em chapadas, cuevas, hogbacks e platôs com degraus estruturais e rebordos erosivos, com instalação de voçorocas bem desenvolvidas e grande movimentação de terras nos solos desprovidos de vegetação causados pela mineração. Em terras da União, fronteira com a Venezuela está instalada a vila de Tepequém, no município de Amajari, um dos principais pontos turísticos do estado. A unidade estrutural abrange o monte Roraima, com 2.734m de altitude, área protegida, onde

está instalado o Parque Nacional de Monte Roraima.

O *Planalto Dissecado Norte da Amazônia* é emoldurado ao norte e a oeste pelo Planalto do Interflúvio Amazonas-Orenoco; ao sul limita-se com os Planaltos Residuais de Roraima e a leste com a Depressão Marginal Norte da Amazônia. A área é caracterizada pela presença de superfícies aplainadas degradadas ou retocadas em colinas suaves e morros residuais baixos. Aqui e acolá surgem esparsamente mesetas, cristas e pontões. Os dois principais rios, Mucajá e Urariquera, formadores do rio Branco, correm em vales encaixados tropeçando nas corredeiras e cachoeiras.

Os *Planaltos Residuais de Roraima* correspondem aos fragmentos das superfícies mais elevadas dispersos no Planalto Dissecado Norte da Amazônia e na Depressão Marginal Norte do Amazonas. O relevo é esculpido em rochas ígneas e metamórficas, intensamente fraturadas e falhadas, atingindo altitudes entre 400 e 1500 metros, destacando-se as serras Acaraí, Grande, Balata, Prata, Apiaú, Caracaraí, Mocidade, Anauá e Gurupira. As serras do Mucajá, Ipiranga e Serrinha formam cristas montanhosas e pontões, com vertentes íngremes e ravinadas. Na região minam as nascentes do rio Mucajá, cuja margem direita emerge a serra do Apiaú, compondo um conjunto de cristas e pontões com altitudes até 1500 metros.

A serra da Mocidade é um maciço residual situado no interior do Parque Nacional Serra da Mocidade. Consiste num conjunto de cristas com altitude média de 800 metros, onde nascem os rios Catrimâni, Água Boa do Univini e Ajarani, tributários da margem direita do baixo Rio Branco. O Parque Nacional Serra da Mocidade é limítrofe à Terra Indígena Yanomami e ambos requerem esforços governamentais para a preservação da malha hídrica, geodiversidade, biodiversidade e o patrimônio cultural.

A *Depressão Marginal Norte* do

Amazonas é a maior unidade morfoescultural de Roraima, consistindo num vasto pediplano, com altitudes entre 80 e 160 metros, declinando suavemente na direção sul-sudoeste. Ocupa 31% do território estadual, sendo limitada, ao norte, com o Planalto do Interflúvio Amazonas-Orenoco; ao oeste com os Planaltos Dissecados Norte da Amazônia; a leste com a Depressão de Boa Vista; e, ao sul, com o Pantanal Setentrional. A porção norte é marcada pela presença de inselbergues, localmente denominadas serras, sendo as mais conhecidas apelidadas Calango, Alemanha, Machado e Trovão. No extremo sudeste, próximo ao rio Alalaú surgem colinas amplas, suaves com morros isolados.

A *Depressão de Boa Vista* abrange a região nordeste do estado, sendo flanqueada pela Depressão Marginal Norte do Amazonas. Representa 7% do território estadual com altitudes entre 100 e 130 metros. A paisagem plana, pontilhada de lagoas circulares, pode ser confundida com as superfícies deprimidas contíguas, denominadas regionalmente lavrado. Nos depósitos sedimentares fluviais plio-pleistocênicos são comuns os extensos areais, entremeados de superfícies suavemente onduladas, os tesos, modelados em crostas lateríticas. A rede de drenagem compreende um conjunto de lagoas circulares intermitentes, abastecidas pelo lençol freático e os igarapés, que, junto com os buritis às suas margens, constituem as veredas.

O *Pantanal Setentrional* está localizado na porção sul-sudeste de Roraima, compreendendo 21% da superfície estadual, e está encaixado na Depressão Marginal Norte do Amazonas. A cobertura é formada por terrenos arenosos inundáveis na estação chuvosa, derivados das rochas proterozóicas do embasamento cristalino. Extensos campos de dunas surgem no norte e nordeste da região pantaneira. Além do rio Branco, os principais cursos d'água são os rios Xeriuni, Jufari, Água Boa do Univini, Itapará, Anauá, Catrimâni e Jauaperi. Nesta região estão situados o Parque

Nacional do Viruá, o Parque Nacional Serra da Mocidade e a Estação Ecológica Niquiá.

Cavernas, furnas, penhascos e rochedos são testemunhas dos ambientes pretéritos, lugares onde tribos primitivas elaboravam artefatos para caça dos animais pertencentes a espécies extintas havia muito tempo. Registros rupestres deixados por comunidades da idade da pedra adornam uma infinidade de lajedos, grutas e paredões abruptos à beira dos rios. Geossítios são geótopos onde há significativa ocorrência de geomonumentos, representados pelas esculturas do relevo, fósseis de árvores ou animais e artefatos primitivos, como pontas de flechas, lanças e vasos utilitários. A Pedra Pintada, situada na Reserva Indígena São Marcos, no município de Pacaraima, é uma combinação de ambos. O monumento lítico, com mais de 35 metros de altura, guarda registros da passagem gravados em hieróglifos pelas tribos primitivas, de grande valor arqueológico e geoturístico. No local, denominado Sítio Arqueológico da Pedra Pintada, há ocorrência de artefatos dos povos ancestrais, como pontas de flechas, cachimbos e vasos de cerâmica. Todavia, o acervo patrimonial geológico do estado de Roraima é escasso, pois são raros os monumentos geológico-geomorfológicos. Exceção é o monte Roraima, onde está localizado o Parque Nacional Monte Roraima, cuja elevação, propriamente dita, está situada 85% no território da Venezuela, 10% em terras da República Cooperativa da Guiana, e apenas

5% em solo brasileiro.

No livro “Geodiversidade do Estado de Roraima”, publicado pelo CPRM (2014), são apresentados como patrimônio geoturístico lagos, rios, cachoeiras e corredeiras, com também áreas intensamente degradadas, nos municípios de Uiramutã e Mucajaí, onde os destaques são as voçorocas ocasionadas pela intensa atividade garimpeira. Certamente, esses “atrativos turísticos” não se enquadram numa exigência básica do geoturismo, que é a geoconservação, ou seja, a conservação do patrimônio geológico. Outro setor apontado pelo CPRM, como potencialmente geoturístico, é o extenso campo de dunas quaternárias localizado no sul do estado, cuja cobertura vegetal original é removida para retirada dos bancos de areia utilizados na construção civil. Acrescente-se à paisagem geoturística roraimense as geoformas resultantes da construção dos termiteiros em forma de pagodes, encontrados, sobretudo nas colinas com coberturas lateríticas e nas suas encostas e vales (Figuras 5, 6, 7 e 8). Os pagodes são encontrados em grandes concentrações nos municípios de Boa Vista, Bonfim e Pacaraima, principalmente. Todavia, em razão do transporte fluvial alguns exemplares são encontrados nas várzeas do Baixo Rio Branco. Nestes lugares, por uma questão de sobrevivência da espécie, os cupinzeiros são erguidos utilizando como suporte estacas de cercas, árvores e postes. Mantendo, todavia, a arquitetura original em pagode.



Figuras 05 e 06: Geossítios de “cupins pagodeiros”. Município de Bonfim, Roraima
Fonte: Giovanni Seabra, 2019.



Figuras 7 e 8: Termiteiros no formato “pagode”. Município de Boa Vista-RR
Fonte: Giovanni Seabra, 2019.

Todavia, urge programas e ações voltados à preservação da geodiversidade em território roraimense, haja vista a velocidade da degradação dos geomonumentos, devido às intervenções predatórias movidas, sobretudo, pelo modelo de desenvolvimento implantado e a ausência do poder público, em nível federal, estadual e municipal. Exemplo das ações ambientalmente devastadoras é a expulsão das colônias de cupins do seu

habitat natural, com o uso de máquinas pesadas na limpeza do lavrado e aeração para o cultivo de soja, principalmente, e outros cultivares. Por conseguinte as colônias dos térmitas “pagodeiros” se retiram do seu habitat natural procurando instalar-se em locais mais apropriados, como mourões das cercas, postes e buritis nativos dos igarapés (Figuras 9 e 10).



Figuras 09 e 10. Cupins refugiados instalados nas cercas e postes
Fonte: Giovanni Seabra e Renato Lima, respectivamente, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boullón (2002) apresenta a zona turística como uma superfície de extensão variável que corresponde à estruturação de um espaço turístico intermunicipal de um país. Nesse contexto surgem os geoparques representando grandes extensões territoriais regionais que apresentam atrativos geoturísticos, hídricos, biodiversidade e patrimônio cultural. Salientamos no presente trabalho as zonas geoturísticas e locais geoturísticos potenciais no estado de Roraima, os quais exigem uma atenção especial por parte do setor privado e órgãos públicos.

O aproveitamento das capacidades produtivas básicas causa impacto positivo na economia regional, norteando a sustentabilidade local e criando alternativas à implantação de grandes projetos turísticos. Por outro lado, as empresas de turismo que operam nas pequenas localidades monopolizam e capitalizam todos os seus benefícios, restando muito pouco ou quase nada para os moradores. As grandes operadoras e redes hoteleiras são incentivadas através das diretrizes e ações do planejamento oficial. Os planos estratégicos governamentais vinculam-se às regras do modelo econômico concentrador de capital, menosprezando o desenvolvimento regional sustentável.

O turismo devidamente planejado e estruturado mediante os princípios da sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social favorece o desenvolvimento da economia local e regional, proporcionando rendimentos adicionais à população como um todo. Em geral, locais com planejamento desenvolvido cuidadosamente e com a participação da comunidade local alcançam mais sucesso em termos de satisfação por parte dos visitantes, benefícios econômicos e mínimos impactos negativos sobre o local (Timothy, 1998). Assim, quando os residentes participam de todas as fases de planejamento e implantação do projeto turístico, aumenta

as possibilidades de melhoria dos seus padrões econômicos, a qualidade de vida, o nível educacional, sem o comprometimento do patrimônio natural e cultural.

No planejamento participativo, cada comunidade deve identificar seus próprios objetivos, desejos e atividades que refletem a realidade vivida. Sem a inclusão dos residentes nas diversas fases de planejamento e execução do plano turístico, aumentam as chances de prejuízos econômicos potenciais e perda da identidade cultural causados pela imposição dos padrões econômicos globais.

Para o planejamento turístico, a fenomenologia auxilia na compreensão do espaço vivido, este de importância preponderante na busca identidade do lugar e de sua vocação turística. Entre outros fatores, a realidade social contém uma dimensão estética, e a Geografia cumpre o papel de compreender o imaginário contido nessa realidade, através da abordagem humanística (Lencioni, 1999). A preocupação do espaço vivido coloca no centro a análise do lugar, porque nele se distingue o gênero de vida dos povos. Portanto, o treinamento e a capacitação da mão-de-obra devem adequar-se ao contexto social reinante no lugar, priorizando-se os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho e gerando oportunidade de renda para as famílias. Para tanto, é oportuno o respeito aos hábitos culturais, adequando-os e inserindo-os como atividades de entretenimento ao turista.

É pertinente estruturar os roteiros geoturísticos com base na geoconservação, de modo a preservar e garantir a perpetuidade dos monumentos naturais, aqui denominados geomonumentos. O envolvimento direto das comunidades locais nos projetos turísticos sustentáveis contribui para a criação de rotas de ligação entre os locais que integram as zonas turísticas. O agrupamento dos municípios turísticos e potencialmente turísticos em zonas reduz os custos do investimento em infraestrutura e serviços.

Os circuitos assim concebidos encurtam as distâncias e possibilitam maior mobilidade e entretenimento ao visitante. Aumentando o número de lugares visitados, o turista tem mais oportunidades para conhecer atrativos diversos e vivenciar os hábitos, mitos, ritos e festejos característicos de diferentes comunidades.

Além dos atrativos turísticos, as zonas geoturísticas deve contar, em seu território, com equipamentos e serviços, infraestrutura de estradas, vias de acesso, transportes, assim como placas de sinalização e educativas autoexplicativas, relacionando entre si os diversos elementos que compõe o espaço turístico. Os arranjos produtivos locais e os principais centros de comercialização dos produtos materiais e imateriais, como as feiras livres, os mercados públicos e os povoados tradicionais constituem importantes locais para visitação turística.

A diversificação dos atrativos turísticos nos roteiros incentiva a circulação dos visitantes por toda a zona turística, beneficiando um maior número de pessoas. Qualquer projeto turístico tem êxito garantido na medida em que são considerados os fatores endógenos e exógenos do desenvolvimento, de forma a valorizar a dinâmica socioeconômica e cultural do lugar, mediante a mobilização integral da população local.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Um Conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas sobre o Quaternário. **Geomorfologia** (18). São Paulo: IGUSP, 1969.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global – esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**. (13). São Paulo: IGUSP, 1971.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço**

turístico. Bauru: EDUSC, 2002.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

EMPRESA DAS ARTES. **Tourist Guide Roraima: Ecology, History and Culture**. São Paulo, 2009.

IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Censitários**. Rio de Janeiro, 2015.

HOLANDA, Lêda R.; MARMOS, José Luiz; MAIA, Maria Adelaide. (Orgs.) **Geodiversidade do Estado de Roraima**. Manaus: CPRM, 2014.

LADEIRA, L.F.B.; DANTAS, M.E. Compartimentação Geomorfológica. In HOLANDA, Janólfta L. R.; MARMOS, José Luiz; MAIA, Adelaide M.. (Orgs.). **Geodiversidade do Estado de Roraima**. Manaus: CPRM, 2014. (31-46).

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MARION, N. M. & FARELL, B. C. A tale of tourism in two cities. **Annals of Tourism Research**, 20 (336-353). London, 1998.

RÖLKE, P. **Wander & Naturführer: Sächsische Schweiz**. Band 1. Dresden: Berg- & Naturverlag Rölke, 2006.

_____. **Wander & Naturführer: Sächsische Schweiz**. Band 2. Dresden: Berg & Naturverlag Rölke, 2006.

ROSS, J. L. S. Análise e Síntese na Abordagem Geográfica da Pesquisa para Planejamento Ambiental. **Revista do Departamento de Geografia**, Nº 9. FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

SEABRA, Giovanni F. Turismo de Base Local no Nordeste Brasileiro. In NASCIMENTO, Ângela; LIMA, Marcos Costa. (orgs). **O Nordeste Brasileiro em questão: uma agenda para**

reflexão 2. (389-418). Recife: Sudene, 2016.

_____. **Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2014.

_____. **Turismo Sertanejo**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2007a.

_____. Potencial Geoturístico no Nordeste Brasileiro. Caminho das Pedras: a paisagem sertaneja e o lugar do turismo. In **Anais do I Simpósio de Geografia Física do Nordeste**. Universidade Regional do Cariri. Crato, 2007b.

_____. **Caminho das Pedras**. O turismo ecológico de base geológica no Agreste Pernambucano. Relatório de Pós-Doutorado. Recife: Departamento de Geologia / CTG / UFPE, 2004.

_____. **Ecos do Turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001a.

_____. **Pesquisa Científica**: o método em questão. Brasília: Editora UNB, 2001b.

_____. **Do Garimpo aos Ecos do Turismo**: o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH / USP, 1998.

_____. **Estudo Geomorfológico da Região Cárstica de Andaraí: uma contribuição à conservação de cavernas**. Dissertação de Mestrado em Geografia Física. Recife: CFCH / UFPE, 1991.

SEABRA, G. F.; Neu, C. **O turismo no espaço rural da Chapada Diamantina**. Anais do CITURDES – IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Joinville, 2004.

SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. (Orgs.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Vol. 1. Rio

de Janeiro: CPRM, 2012.

SOTCHAVA, V. B. O Estudo dos Geossistemas. **Métodos em Questão**. (16). São Paulo: IGUSP, 1972

TIMOTHY, D. J. Cooperative tourism planning in a developing destination. **Journal of sustainable tourism**. V. 6, n. 1. London, 1998

GEOGRAFIA DA SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE A MALÁRIA NA ZONA URBANA DE SÃO JOÃO DA BALIZA-RORAIMA

Pedro Rufino Silva

*Graduação em Licenciatura em Geografia - UERR
Técnico em Entomologia - SESAU
prsbv@hotmail.com*

Marcelo Santos da Silva

*Professor Mestre da Universidade Estadual de Roraima
- UERR
natal.boavista@gmail.com*

RESUMO

Situado na Amazônia brasileira, o estado de Roraima possui extensas áreas maláricas, localizadas principalmente em regiões com predominância de Floresta Tropical densa. Em regiões onde predomina o Cerrado (lavrado roraimense), a endemia se concentra nas proximidades de rios e igarapés com vegetação ciliar de médio e grande porte. Dentre os municípios de Roraima que apresentam maior número de casos de malária, São João da Baliza concentra a maior incidência de casos urbanos da doença. O presente trabalho tem como objetivo descrever os aspectos ambientais e socioeconômicos do bairro Universo na cidade de São João da Baliza que contribuem com a dinâmica espacial de transmissão da malária. Tem como metodologia um estudo descritivo com dados levantados mediante a consulta no banco de dados informatizado do SIVEP-Malária e visitas de campo. A partir da análise dos dados, verificou-se que essa localidade possui uma rica bacia hidrográfica formada por igarapés que são o principal sítio de reprodução do An. (Ny) darlingi, principal vetor da malária na Amazônia e ocupada por habitações localizadas nas proximidades do ambiente de reprodução dos mosquitos da malária. Imóveis que não impedem o contato do homem com o vetor. Com cerca de 20% da população urbana da cidade de São João da Baliza, o bairro Universo contribuiu com 29,47% dos casos de malária que corresponderam ao IPA de 264 casos para 1000 habitantes em 2014. Foi possível constatar que os fatores ambientais e socioeconômicos exercem uma relação determinante para a ocorrência de casos de malária urbana no bairro Universo. Os resultados da análise dos fatores mencionados irão contribuir para um planejamento mais criterioso das ações de controle vetorial tornando-as mais efetivas.

Palavras - chave: Malária urbana; Fatores ambientais; Socioeconômico; Controle vetorial.

ABSTRACT

Located in the Brazilian Amazon, the state of Roraima has extensive malarious areas, mainly located in regions with dense tropical forest predominance. In regions where the Cerrado predominates (roraimense), the endemic is concentrated in the vicinity of rivers and streams with medium and large ciliary vegetation. Among the municipalities of Roraima that present the highest number of cases of malaria, São João da Baliza concentrates the highest incidence of urban cases of the disease. The present work aims to describe the environmental and socioeconomic aspects of the neighborhood Universo in the city of São João da Baliza that contribute to the spatial dynamics of malaria transmission. Its methodology is a descriptive study with data collected through consultation in the SIVEP-Malaria computerized database and field visits. From the analysis of the data, it was verified that this locality has a rich hydrographic basin formed by igarapés that are the main reproduction site of An. (Ny) darlingi, the main vector of malaria in the Amazon and occupied by dwellings located in the vicinity of environment of malaria mosquitoes. Properties that do not impede the contact of the man with the vector. With around 20% of the urban population in the city of São João da Baliza, the Universo neighborhood contributed 29.47% of malaria cases that corresponded to the IPA from 264 cases to 1000 inhabitants in 2014. It was possible to verify that environmental and socioeconomic variables have a determinant relationship for the occurrence of urban malaria cases in the Universo neighborhood. The results of the analysis of the mentioned factors will contribute to a more judicious planning of vector control actions, making them more effective.

Key - words: Urban malaria; Environmental factors; Socioeconomic; Vector control.



INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Roraima, no ano de 2015. O estudo buscou dimensionar quais os fatores ambientais e socioeconômicos envolvidos na dinâmica de transmissão da malária urbana na cidade de São João da Baliza, destacando o papel da Geografia da Saúde e o Sistema de Informação Geográfica (SIG) no entendimento das relações entre saúde e ambiente, facilitando a análise das características epidemiológicas das áreas que favorecem a concentração de agravos à saúde e, apontar procedimentos que possam contribuir para tomada de decisão por parte dos gestores municipais nas ações de prevenção e controle da malária.

Situado na Amazônia brasileira, o estado de Roraima possui extensas áreas maláricas, localizadas principalmente em regiões com predominância de floresta tropical densa. Nas regiões onde predomina a paisagem savânica (denominadas popularmente de lavrado pelos roraimenses), a endemia se concentra de forma focal em áreas com vegetação ciliar de médio e grande porte, situadas principalmente, nas margens de rios e igarapés. Essas regiões apresentam todos os fatores ambientais favoráveis para consolidação da cadeia de transmissão da doença tais como, rica bacia hidrográfica com abundante vegetação ciliar, índices de precipitação e umidade elevados, fluxo migratório, presença do vetor transmissor e de hospedeiro humano susceptível ao parasita, agente causador da malária.

Neste contexto, o município de São João da Baliza (SJB) situa-se ao sul do estado de Roraima e apresenta uma região de floresta tropical densa, endêmica para malária. A extensão periurbana da sede do município tem o seu entorno periférico próximo a área florestal. Essa característica, associada com a localização de diversos cursos naturais

de água na área urbana do município, faz dessa localidade uma área de risco para a transmissão da malária. Nos últimos anos, os altos índices de casos da doença no perímetro urbano vêm se manifestando de forma constante.

A incidência de casos de malária urbana na referida cidade está estreitamente relacionada com os determinantes ambientais e socioeconômicos, pois as áreas localizadas próximas à vegetação ciliar de igarapés que compõem a bacia hidrográfica da cidade de São João da Baliza apresentam todas as condicionantes ambientais favoráveis para o desenvolvimento dos vetores da malária. Assim, a população residente nessas áreas situada próximas coleções hídricas, sítios de reprodução dos vetores da malária, facilita o contato homem/vetor, um fator crucial para consolidar o ciclo de transmissão da doença.

Dimensionar qual a relação dos fatores determinantes para a ocorrência de casos de malária urbana em SJB é fundamental como aporte auxiliar no processo de controle da endemia. Para tanto, a Geografia da Saúde e o Sistema de Informação Geográfica (SIG) podem contribuir para o entendimento das relações entre saúde e ambiente, facilitando a análise das características epidemiológicas das áreas que favorecem a concentração de agravos à saúde.

Contudo, este trabalho teve como objetivo apresentar os aspectos ambientais e socioeconômicos do bairro Universo, da cidade de São João da Baliza, contribuindo com a dinâmica espacial de transmissão da malária na ótica da geografia da saúde; relacionar os fatores descritos na dinâmica espacial de ocorrência dos casos da doença na área de estudos e apontar procedimentos que possam contribuir para tomada de decisão por parte dos gestores municipais nas ações de prevenção e controle desse agravo.

METODOLOGIA

O presente estudo tem como proposta de pesquisa a óptica teórica com procedimentos de estudo de caso e pesquisa documental, levando a um objetivo descritivo para dimensionar a relação dos fatores ambientais e socioeconômicos relacionados com a dinâmica espacial da ocorrência de casos de malária urbana condicionando a uma abordagem quali-quantitativa. Segundo Gil (2009, p. 42) a pesquisa descritiva “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Corroborando, Gonçalves (2007, p. 67) esse método de pesquisa “[...] objetiva descrever as características do objeto de estudo”.

Na descrição das características ambientais e o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas visitas ao bairro Universo, delimitado como área de estudo. Já nas análises dos dados epidemiológicos dos casos de malária (série histórica de 2004 a 2014) estabeleceram-se a compreensão da interação da doença com o ambiente e o homem.

Portanto, para a definição do local de estudo, levou-se em consideração os índices elevados de casos de malária urbana registrados no bairro, os fatores ambientais favoráveis para a reprodução dos Anofelinos, vetores transmissores da doença e os fatores socioeconômicos, por se tratar de uma área periférica constituída por habitações localizadas nas proximidades do ambiente de reprodução dos mosquitos da malária.

Procedimentos de Coleta de Dados

Os dados foram levantados a partir de consulta no banco de dados informatizado do “Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica – Notificação de Casos de Malária” (SIVEP-Malária), gerenciado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do

Ministério da Saúde (MS), disponibilizados “online”. Período consultado - 2004 a 2014, e pesquisas de campo realizadas para observação “in loco” das feições ambientais, aspectos dos imóveis e produção de imagens terrestres e aéreas com câmera digital e Drone *Dji Phantom* com câmera acoplada.

Análises dos Dados

Os procedimentos foram realizados a partir da análise do material produzido pelo levantamento epidemiológico, caracterização da área de estudo (bairro Universo) e questionários aplicados aos moradores para dimensionar a correlação da autoctonia dos casos de malária com os fatores ambientais, socioeconômicos e culturais dessa localidade. Considerando que para a ocorrência de determinados agravos envolvendo a dinâmica espacial de transmissão da malária, tais fatores são imprescindíveis para a consolidação desses agravos.

Para uma melhor compreensão, os dados foram tabulados e analisados com auxílio da planilha Excel Microsoft Office 2010 e com o Software QGIS, programa de Sistema de Informação Geográfica com código aberto de Licença Pública Geral GNU, disponível no sítio: http://qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html.

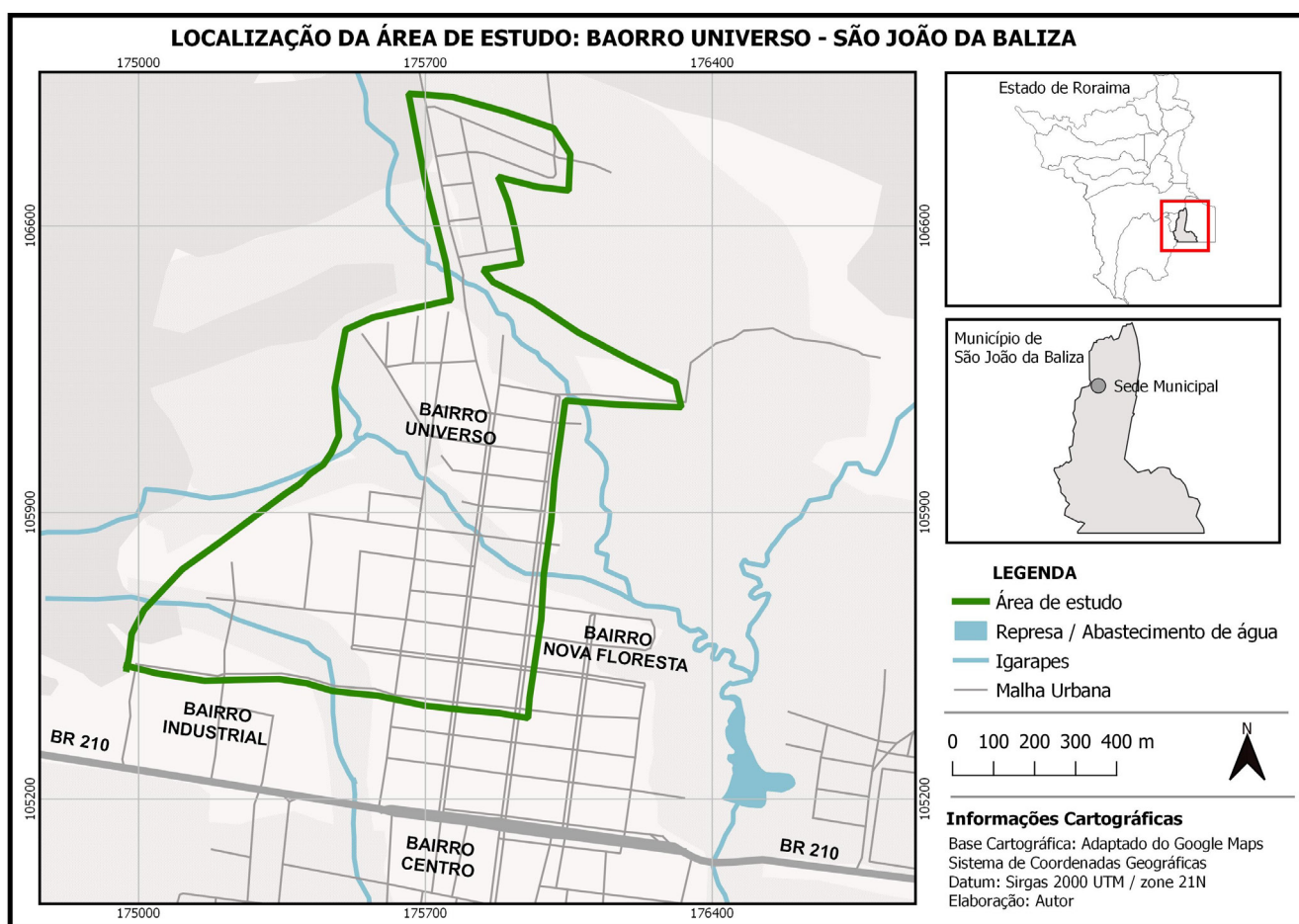
Caracterização da área de estudo

A presente pesquisa foi realizada no município de São João da Baliza, localizado na região sudeste do Estado de Roraima. A extensão territorial do município é de 4.284,507 km² e a densidade demográfica, de 1,58 hab/km², encontra-se a 0° 56' 58" de latitude Norte e 59° 54' 41" de longitude Oeste. A altitude é de 117m acima do nível do mar, tem como limites: ao norte, município de Caracará; ao sul, estado do Amazonas; ao leste, município de

Caroebe; ao oeste, municípios de Rorainópolis e São Luiz do Anauá (BRASIL, 2010).

A área escolhida como objeto de estudo foi o bairro Universo, localizado na porção Norte da sede do município de São João da Baliza (Mapa 01). Essa localidade, de acordo com os dados do SIVEP-Malária, tem uma

população estimada de 908 habitantes o que corresponde a cerca de 20% da população urbana do município. O bairro Universo está inserido numa região composta por corpos hídricos formados por igarapés com abundante vegetação ciliar que favorece a reprodução dos vetores da malária.



Mapa 01 - Mapa com a localização da área de estudo
Fonte: Autor, 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Breve histórico da Geografia da Saúde

Inicialmente surgiu a Geografia Médica, para posteriormente ser denominada Geografia da Saúde. Pertence a Hipócrates, o pai da Medicina, o grande legado de romper, ainda no século V a. C, com o paradigma

da explicação divina para a origem das doenças e explicá-las através do estudo das características físicas do ambiente. Acredita-se que foi nessa época, que surgiu a Geografia da Saúde que passou a utilizar os saberes da Medicina e da Geografia, constituindo-se em um campo interdisciplinar de pesquisa. É possível afirmar que este campo do conhecimento tem uma história longa e evoluiu sob nomes variados como, “topografia médica”, “geografia patológica”, “epidemiologia geográfica”,

“geomedicina”, “geografia médica”, dentre outros (RODRIGUES, 2004).

Pessoa (1978, p. 87) ao definir Geografia médica diz que,



A Geografia Médica tem por fim o estudo da distribuição e da prevalência das doenças na superfície da terra, bem como de todas as modificações que nelas possam advir por influência dos mais variados fatores geográficos e humanos.



Neste contexto, a Geografia médica pode contribuir com a análise de fatores ecológicos e epidemiológicos decorrentes da interação do homem com o ambiente, que passam a existir a partir do processo de ocupação do espaço pelo homem, e contribuem para o surgimento de agravos e patologias num determinado território.

Para Lacaz, Baruzzi e Siqueira Junior (1972, p. 1),



Geografia Médica é a disciplina que estuda a geografia das doenças, isto é, a patologia à luz dos conhecimentos geográficos. Conhecida também como Patologia geográfica, Geopatologia ou Medicina geográfica, ela se constitui em um ramo da Geografia humana (Antropogeografia) ou, então, da Biogeografia.



A Geografia da Saúde tem como principal função contribuir com a análise do espaço considerando suas feições e dinâmicas para ampliação de conhecimento sobre o processo de ocupação e a sua influência no padrão de saúde de uma localidade. Esse processo se materializa na adoção de ações de caracterização de ambientes modificados que potencializam surtos epidêmicos e tem como finalidade aperfeiçoar atividades de prevenção e combate a esses agravos na área da saúde, utilizando ferramentas como, por exemplo, o sensoriamento remoto e o geoprocessamento que contribuem no

monitoramento e vigilância do território a ser analisado (GALLO e CARVALHO, 2011).

As análises espaciais voltadas para as questões de saúde foram impulsionadas no início da dominação europeia no novo mundo, quando se desenvolveu a maior fase de produção da Geografia da Saúde. Havia, naquela época, uma grande preocupação em conhecer as doenças mais frequentes que ocorriam nas regiões conquistadas, principalmente nas de clima tropical (RODRIGUES, 2004).

Foi a partir da década de 1950 que se iniciaram no Brasil as primeiras pesquisas voltadas para as doenças presentes nas áreas que estavam passando pelo processo de interiorização e integração do território brasileiro, em meio a esse processo, a Geografia da Saúde no Brasil iniciava seus primeiros estudos. Antes já havia adotado mudanças fundamentais necessárias para o arcabouço teórico-metodológico para o qual se propunha (ALIEVI e PINESE, 2013).

Na opinião de Pehouskei e Benaduce (2007), a realização dos estudos em Geografia Médica voltados para a melhoria das condições de saúde da sociedade se intensificaram na década 1982, a partir de discussões em eventos acerca da Geografia da Saúde, como o Congresso da União Geográfica Internacional (UGI) onde se definiu a mudança do termo Geografia Médica para Geografia da Saúde.

De acordo com Santos (2010, p. 49) “a Geografia da Saúde pode ajudar nos problemas referentes à saúde, se tiver como eixo norteador o ambiente, a sociedade e o território”. O autor também menciona que essa nova denominação de Geografia da Saúde é mais sistêmica, preocupada não apenas com o enfermo, mas também com o que está por trás dessa enfermidade e a qual situação socioeconômica e ambiental determinado indivíduo está sujeito diariamente.

Diante do exposto, é possível afirmar que a Geografia da Saúde é uma ferramenta de grande valia para os programas de saúde,

pela sua contribuição nas análises espaciais de ambientes modificados. Para Perekouski e Benaduce (2007, p. 37) “a Geografia da Saúde apresenta linhas de pesquisa, voltadas tanto para a Geografia Física, como para a Geografia Humana, ambas utilizam os Sistemas de Informações Geográficas – SIGs na maioria dos estudos desenvolvidos na área de saúde”. Portanto, a geografia da saúde e os SIGs podem fornecer subsídios seguros ao setor de Epidemiologia, para que este possa elaborar programas de vigilância ambiental tanto no aspecto preventivo como no controle das endemias.

Malária, um breve histórico

Definir a origem da malária no planeta não é uma tarefa simples. Diante da escassez de informação e da fragmentação dos estudos para determinar a real origem da doença, é possível admitir que a malária tenha se originado na África tropical onde o parasita, ao passar por um longo processo de adaptação, passou a se desenvolver em hospedeiros, inclusive em humanos (BRASIL, 2006).

Para Silva (2011, p. 28) “a exemplo do que ocorre atualmente, o homem passou a ser um hospedeiro ocasional ao ocupar os espaços onde antes existiam apenas os animais alvos preferidos dos mosquitos transmissores da malária”.

Em relação à incidência de casos da doença em humanos, pesquisas evidenciaram que a malária assola a humanidade desde a mais remota antiguidade. “A prova disso está evidenciada em estudos arqueológicos que demonstram a doença por meio de relatos de febre [...], além de inscrições em templos egípcios descrevendo casos de febre intermitente” (BRASIL, 2006, p. 21).

Há evidências que na Grécia, no século IV a.C., a malária foi endêmica. Coube a Hipócrates (460-377 a.C.) a primeira rejeição ao misticismo atribuído à causa da doença, imposta como um castigo dos deuses. Hipócrates documentou

os casos febris característicos da malária e os relacionou às proximidades dos indivíduos com as coleções de água estagnadas (FRANÇA et al., 2008 apud SILVA, 2011). Segundo o autor, foi essa ligação da febre com áreas alagadas que, séculos mais tarde, exatamente no século XIV, os italianos passaram a chamá-la de malária (mau ar), por acreditarem que a doença era transmitida pelo odor fétido que emanava dos pântanos.

Quanto à origem da malária no novo mundo, esta ainda permanece sob questionamento. O que existe, portanto, de mais consistente é que essa doença era totalmente desconhecida pelas populações das novas terras, como relatam os documentos coloniais. Contudo, há evidências que foi a partir do contato com o conquistador europeu tanto na América do Norte, quanto na Central e do Sul que os casos de malária surgiram nas Américas (KIPLE, 1993 apud SILVA, 2011).

Segundo Silva (2011, p. 30) “à medida que as colônias avançavam em direção ao interior da América do Norte a malária assentava-se junto”. O autor também relata que o avanço da malária no novo continente teve como dois dos principais limitadores a latitude e a longitude, as quais regulavam a proliferação dos vetores. Ao passo em que outras regiões com condições geográficas mais favoráveis a doença tornava-se endêmica.

Epidemiologia da malária

A malária ainda está presente nos dias atuais em cerca de 90 países situados principalmente na faixa entre os trópicos do globo terrestre. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a malária é um grande problema de saúde pública nos países em desenvolvimento. Estima-se que a população infectada por malária no planeta seja da ordem de 300 a 500 milhões de pessoas a cada ano com 90% dos casos registrados nos países do continente africano (BRASIL, 2002).

Apesar dos números impressionantes, a

malária hoje se concentra de forma focal na maior parte do mundo. Apenas determinadas regiões, em cada país, continuam apresentando transmissão natural da doença. A situação atual é completamente diferente daquela que existia antes da Campanha de Erradicação, patrocinada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o apoio da Organización Panamericana de la Salud (OPAS) e do governo norte-americano (através do Ponto IV e da Aliança para o Progresso), a partir de 1960, em todos os continentes. Naquele momento, a malária se apresentava como “doença de massa”, atingindo vastas áreas e grandes contingentes populacionais em cada um dos países, onde a transmissão era endêmica (BARATA, 1995).

A malária é uma parasitose provocada por protozoários do gênero *Plasmodium* com ciclos complexos de multiplicação sexuada e assexuada. São quatro as espécies de *Plasmódios* que infectam o homem: *Plasmodium vivax*, *Plasmodium falciparum*, *Plasmodium malariae* e *Plasmodium ovale*, este último restrito ao continente africano (SILVA e OLIVEIRA, 2002). A malária está presente mais intensamente nos países tropicais onde as condições climáticas são mais favoráveis à proliferação dos vetores transmissores da doença (SANTOS, 2009).

O processo de transmissão da doença ocorre de pessoa a pessoa pela picada de mosquitos do gênero *Anopheles* que se infectam ao sugar o sangue de um hospedeiro humano doente. Nas regiões equatoriais doenças como a malária são transmitidas de forma constante. Isso se deve ao favorecimento dos fatores climáticos (altos índices pluviométricos, temperatura e umidade relativa do ar elevadas). Nas áreas subtropicais, a temperatura cai nos meses de inverno, impedindo a atividade dos vetores. Nesse período, a transmissão da malária é interrompida pela baixa temperatura nos meses mais frios (LEMOS e LIMA, 2002).

Reconhecidamente a malária é um grave

problema de saúde pública no mundo. Além dos problemas socioeconômicos gerados por essa doença, ela só é superada em números de mortes pela AIDS. Dentre as regiões globais mais afetadas pela malária as principais são: a África, o Sudeste Asiático e a América Latina (COELHO, 2010).

Para Brasil (2002, p. 14) “na região das Américas, o Brasil é o País que mais registra casos de malária, mais ou menos 50% dos casos, e a região amazônica é responsável pela quase totalidade dos casos de malária, cerca de 99,7%”. A doença divide o território brasileiro em duas áreas: a Região Endêmica, constituída pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, e a Região Não-Endêmica, constituída pelos demais estados da federação (BRASIL, 2006). Para a determinação de áreas de risco de transmissão da malária no Brasil utiliza-se a Incidência Parasitária Anual (IPA)¹, classificada em baixo risco, médio risco e alto risco.

Nas regiões consideradas endêmicas para malária, a doença não é transmitida de maneira uniforme com igual rapidez ou intensidade. A dinâmica de transmissão (geralmente se dá de forma variável), dependente da interação de fatores ambientais, socioeconômicos, culturais e políticos. A junção desses fatores determina os níveis de riscos para contrair a doença, bem como a escolha das modalidades de controle a serem adotadas (BRASIL, 2006).

Localizado na Região Amazônica, o Estado de Roraima, com cerca de 225.000 km² de superfície, apresenta a menor taxa brasileira de densidade demográfica (cerca de 1,5 hab/km²). Contudo, quando se analisam os dados epidemiológicos, Roraima apresenta o maior número de casos de malária por habitante na Amazônia, apesar da ocorrência em seu território de apenas 5% dos casos brasileiros da doença. Em 2000 foram registrados aproximadamente 110 casos para cada 1000

1 Baixo risco (IPA < 10/1.000 habitantes); Médio risco (IPA entre 10 - 49/1.000 habitantes); Alto risco (IPA ≥ 50/1.000 habitantes)

habitantes (BARATA, 1995, apud DIAS, 2003).

A malária é uma doença predominantemente rural. No entanto, na periferia de áreas urbanas da Amazônia, inclusive de grandes cidades, com características ambientais favoráveis para a reprodução dos vetores, tem havido transmissão da doença, decorrente da presença de portadores infectados provenientes da área rural, de localidades onde há circulação de plasmodium e a presença de vetores (BRASIL, 2010a). Na cidade de São João da Baliza, áreas com essas características de espaços rurais estão localizadas também no entorno da cidade, próximas de igarapés com abundante vegetação ciliar, desempenhando papel importante na reprodução dos vetores da malária.

A cidade de São João da Baliza está entre as localidades que apresentam maior incidência de casos de malária urbana no Estado de Roraima, sua localização está inserida numa região que apresenta todos os fatores ambientais necessários para a proliferação dos vetores da doença. Outro fator que também contribui para a transmissão da malária urbana em São João da Baliza é o seu ordenamento urbano. A produção de espaços próximos às margens de recursos hídricos, alterando o contexto paisagístico com a construção de aglomerados residenciais formados por imóveis cuja estrutura construtiva, na maioria dos casos, não impede o contato homem/vetor, favorece o ciclo de transmissão da doença nesses locais.

Conhecendo a distribuição espacial do risco potencial de malária e os padrões espaciais que representam as áreas consideradas de risco para a transmissão da doença, é possível produzir informação acerca dos fatores ambientais, socioeconômicos e culturais para contribuir com as medidas de controle da malária urbana no município de São João da Baliza.

Os vetores

Os mosquitos transmissores da malária são insetos da ordem dos dípteros da família Culicidae e do gênero Anopheles. Este gênero compreende cerca de 400 espécies no mundo, das quais, apenas um número reduzido tem importância epidemiológica. No Brasil, cinco espécies são consideradas como vetores principais ou primários. São elas: Anopheles darlingi, Anopheles aquasalis, Anopheles albicans, Anopheles cruzi e Anopheles bellator, além de outras espécies consideradas secundárias de menor importância (BRASIL, 2006).

O principal vetor da malária no Brasil é o An. darlingi. Essa espécie frequentemente é encontrada em criadouros formados por água limpa, parada ou de correnteza moderada parcialmente sombreada (Figura 01). O An. aquasalis é um vetor menos importante, porém considerado primário na transmissão da malária, ocorre em regiões costeiras do litoral e tem preferência por criadouros de águas salobras (BRASIL, 2006).



Figura 01 – Criadouro em potencial para *Anopheles darlingi* na área urbana de São João da Baliza
Fonte: Autor, 2014.

O An. darlingi é, sem sombra de dúvida, o principal transmissor da malária no Brasil. Isso se deve ao comportamento antropofílico desse vetor (preferência por hospedeiros humanos), ao fato de ser altamente susceptível aos plasmódios humanos e a sua capacidade de transmitir malária dentro e fora das habitações, mesmo em situações de

baixa densidade. Nas áreas onde *An. darlingi* está presente, ele é geralmente o anofelino mais frequente dentro do domicílio. É o único anofelino brasileiro encontrado naturalmente infectado pelos três plasmódios que causam malária humana nas Américas, *P. vivax*, *P. falciparum* e *P. malariae* e o mais suscetível, experimentalmente, a esses parasitos (CONSOLI e LOURENÇO, 1994).

Outras espécies de anofelinos também são capazes de transmitir malária humana na natureza, contudo, são considerados vetores secundários, principalmente quando coexistem nas mesmas regiões com *An. darlingi*. São vetores que desenvolvem atividades crepusculares extradomiciliares e demonstram preferência alimentar por hospedeiros não humanos, mas na ausência dos seus hospedeiros preferenciais ou em situações de elevada densidade, podem se alimentar no homem com dada frequência. Em tal caso, tais anofelinos podem, eventualmente, transmitir a malária em áreas onde a endemia fora desencadeada por *An. darlingi* (CONSOLI e LOURENÇO, 1994).

Para Rosa-Freitas et al. (2010) o habitat preferencial do *An. darlingi* é a floresta ombrófila densa. Este tipo de floresta está presentemente nas ecorregiões cuja paisagem é dominada por lavrado, geralmente como floresta aluvial acompanhando as margens dos rios, cruzando a maioria das demais ecorregiões. Estudos recentes conduzidos em Roraima reforçam o papel da floresta aluvial nos padrões de transmissão da malária.

A caracterização e análise de áreas endêmicas para malária devem considerar, além dos fatores ambientais e socioeconômicos, a bioecologia e o comportamento dos vetores envolvidos na transmissão da doença. Estudos sobre a forma de reprodução e atividades vetoriais são fundamentais para o desenvolvimento de ações de vigilância e educação em saúde para auxiliar no controle da incidência de casos da doença.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados: dados epidemiológicos

A malária ainda representa um problema de saúde global. Na região das Américas, o Brasil é o País com maior incidência de casos de malária, mais ou menos 50% dos casos registrados. A região amazônica é responsável pela quase totalidade dos casos de malária que ocorrem no Brasil, cerca de 99,7%.

De acordo com os dados epidemiológicos, os nove estados da Amazônia legal registraram no período de 2004 a 2014, 3.770.731 casos de malária. Deste total, 159.736 casos ocorreram no Estado de Roraima, representando 4,23% do total de casos registrados na região. Os dados também demonstram que no ano de 2005, com exceção do Estado do Maranhão, ocorreu a maior incidência de casos de malária para o período informado na Amazônia. Naquele ano, Roraima registrou o maior número de casos da doença, 30.687 para o período informado.

Quando comparado à variação dos dados de 2014 e 2013, quase todos os estados da Amazônia reduziram a incidência de casos de malária, a exceção foram os estados do Maranhão e de Roraima que registraram aumento de 7,77% e 13,99% respectivamente no número de casos da doença. Na variação geral, comparando 2014 e 2013, houve redução de 20,12% na incidência de casos de malária na Amazônia em 2014.

Considerando os dados do período de 2004 a 2014 apresentados na Tabela 01, a ocorrência de casos de malária no Estado de Roraima foi mais elevada nos municípios de Cantá, Caracará e Rorainópolis, com maior incidência para a espécie parasitária *vivax*. Quando considerado o IPA para a média da série histórica apresentada, 80% dos municípios de Roraima são considerados de alto risco. O município de Cantá registrou a maior incidência de casos de malária por mil

habitantes 285,45, a segunda maior incidência parasitária do período informado ocorreu no município de Amajari, 138,18 casos para mil habitantes. O município de São João da Baliza

registrou o maior percentual de casos para o Plasmodium falciparum 24,58%, a forma mais letal da doença.

Municípios	População	IPA (média)	F	V	F+V	Total Positivo	% F
Alto Alegre	16428	55,55	877	10178	53	11108	8,37
Amajari	10432	138,18	1369	10499	93	11961	12,22
Boa vista	308996	2,90	791	4949	43	5783	14,42
Bonfim	11525	74,6	1324	8087	49	9460	14,51
Cantá	15393	285,45	4983	30871	349	36203	14,72
Caracarái	19696	119,72	3200	20053	189	23442	14,45
Caroebe	8826	68,08	737	3868	14	4619	16,25
Iracema	9762	102,09	1042	6076	61	7179	15,33
Mucajái	15890	83,5	1553	9802	96	11451	14,4
Normandia	9754	24,92	321	1447	10	1778	18,61
Pacaraima	11423	37,57	342	3432	07	3781	9,23
Rorainópolis	26326	82,7	3298	18482	114	21894	15,58
São J. da Baliza	7284	69,5	1176	3638	10	4824	24,58
São L. do Anauá	7210	42,28	671	2259	20	2950	23,42
Uiramutã	9127	43,81	553	2794	09	3356	16,74
Total	488072	82,05	22237	136435	1117	159789	14,61

Tabela 01 - Número de casos de malária por municípios de Roraima e espécies parasitárias - 2004 a 2014
Fonte: SIVEP- Malária/SVS/MS, 2015.

Conforme demonstrado no Gráfico 01, a incidência de casos de malária no Estado de Roraima ocorre de forma sazonal. No período compreendido entre os meses de abril a setembro, quando são registrados os maiores índices pluviométricos no estado (período correspondente à estação chuvosa), ocorre uma redução considerável do número de casos de malária. A partir de outubro, após o término do período chuvoso, o número de casos da doença volta a crescer.

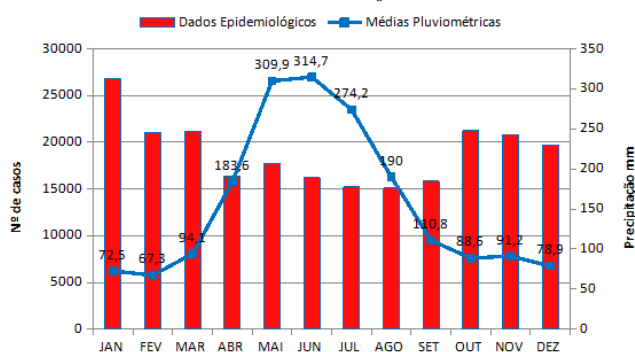


Gráfico 01 - Média mensal de casos de malária (2004-2014) X médias pluviométricas (2004-2010) - Roraima
Fonte: SIVEP-Malária/svs/ms; ANA/SGH, Adaptado por CEPED UFSC, 2011.

Os dados do Gráfico 02 demonstram que de 2004 a 2007, os casos de malária urbana na cidade de São João da Baliza eram inferiores aos registrados na área rural, exceto em

2005. A partir de 2008, os números de casos urbanos ultrapassam a ocorrência de casos registrados na área rural, se mantendo em números elevados até 2014. A maior incidência de casos de malária urbana em São João da Baliza ocorreu em 2012, quando foram registrados 92,49% dos casos da doença na sede do município.

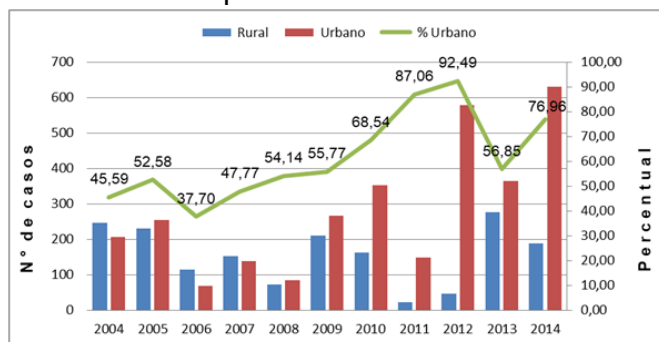


Gráfico 02 - Relação de incidência de casos de Malária Urbana x Rural São João da Baliza - 2004 a 2014
Fonte: SIVEP-Malária/SVS/MS, 2015.

Considerando a ocorrência de casos de malária urbana no município de São João da Baliza do ano de 2014, período que o SIVEP-Malária apresentou os dados completos de 12 meses do mesmo ano por bairros, a maior incidência de casos de malária ocorreu no bairro Universo, 29,54% dos casos da doença. O bairro Centro registrou a segunda maior incidência de casos de malária do perímetro urbano do município, 20,84%. Ao todo, foram registrados em 2014, 633 casos de malária urbana na cidade de São João da Baliza.

Observando os dados do Gráfico 03, referentes à distribuição de casos de malária por faixa etária no bairro Universo (área de estudos) no ano de 2014, constata-se que o maior número de casos ocorreu nas faixas entre 15 a 49 anos, representando 73,10% do total de casos da doença. As faixas entre 01 e 14 anos correspondem a cerca de 20% do número de casos registrados no bairro.

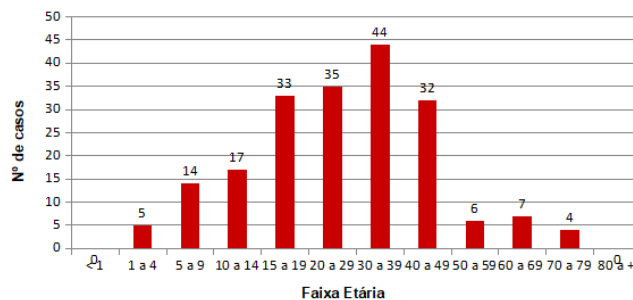


Gráfico 03 - Distribuição do número de casos de malária por faixa etária, Bairro Universo - Ano 2014
Fonte: SIVEP-Malária/SVS/MS, 2015.

Discussão dos resultados

A análise da informação epidemiológica dos casos de malária disponível nos sistemas de informações oficiais demonstra uma tendência de queda na incidência de casos da doença a partir de 2007 na Região Amazônica no período da série histórica informada. No Estado de Roraima essa redução foi mais significativa a partir de 2011. No ano de 2012, o Estado registrou a maior redução no número de casos de malária, cerca de 50% em relação ao ano anterior e, no ano de 2013, o menor número de casos da doença 4.826 registros. Para Brasil (2010c) a redução do número de casos de malária se deve principalmente a melhorias na rede de diagnóstico, no tratamento, utilização de medicamentos mais eficazes e a um sistemático monitoramento da situação epidemiológica.

Outro fator que deve ter contribuído para a redução dos casos de malária na Amazônia pode estar relacionado com a redução do desmatamento na região. De 2004 a 2014 houve redução de aproximadamente 80% do desmatamento na Amazônia brasileira (PRODE/INPE, 2015). Esse fenômeno deve ter contribuído para o declínio dos casos da doença nesse período, já que a incidência de casos de malária na Amazônia tem relação determinante com o processo de desmatamento.

No Estado de Roraima, a distribuição de casos de malária não apresenta um padrão uniforme. Os municípios que concentram a

maior parte de sua extensão territorial em regiões de Floresta Tropical densa registram o maior número de casos da doença. Nestes municípios, o IPA é de alto risco. Segundo Dias (2003) diversos fatores influenciam a dinâmica de transmissão da malária em regiões de Floresta densa como a Amazônia: Fatores ambientais (vegetação, clima, topografia, hidrografia); socioeconômico (migrações, habitação, renda) e os fatores biológicos (ciclo de vida dos insetos vetores e os agentes parasitários). Para Maciel e Missawa (2012) é fundamental compreender as condições ambientais como fator de favorecimento da ocorrência de criadouros de espécies implicadas na veiculação da doença.

Diversas doenças são delineadas pelos fatores ambientais. Em Roraima, a incidência de casos de malária é sensivelmente influenciada pelos elementos do clima. A redução do número de casos da doença no período da estação chuvosa corrobora com esse entendimento. Para Bustamante (1957 apud Dias, 2003) as chuvas são responsáveis pelo principal fator determinante da periodicidade sazonal da malária, por afetarem a distribuição e densidade dos vetores. Segundo Forattini (1962) isso ocorre por causa do extravasamento dos cursos de água, lavando os criadouros durante a estação chuvosa, causando a morbidade e a diminuição da densidade de determinadas espécies de Anopheles.

O An. (Ny) darlingi, principal vetor da malária na Amazônia, certamente está entre as espécies impactadas pela ação das chuvas, considerando os dados anuais dos registros de casos de malária no Estado de Roraima, percebe-se que há um declínio acentuado do número de casos da doença no período chuvoso, o que reforçaria tal hipótese.

No Estado de Roraima, quando comparado à incidência do número de casos de malária urbana com os números de casos registrados em área rural, os números do município de São João da Baliza

são preocupantes. São registrados casos de malária em todos os bairros da sede do município, com o maior número de registros no bairro Universo. A maior ocorrência de casos de malária nesse bairro entre as faixas etárias de 15 e 45 anos pode estar relacionada com atividades laborais. Saraiva (2007) afirma que nessas faixas etárias, os indivíduos são mais ativos economicamente aumentando seu grau de exposição aos vetores da doença em áreas endêmicas. Para Tauil et al. (1985) um dos fatores que favorece a ocorrência de casos de malária está relacionado ao comportamento humano, em regiões de clima quente as pessoas ficam conversando fora dos imóveis a partir do crepúsculo vespertino, expondo-se aos vetores da malária.

Os dados epidemiológicos confirmam que o bairro Universo é uma localidade de alto risco para a transmissão de malária. Para Brasil (2010d) os criadouros preferenciais de An. (Ny) darlingi principal vetor da malária são coleções de água limpa, quente, sombreada e de baixo fluxo, muito frequentes na Amazônia brasileira. Essas características foram identificadas no espaço geográfico do bairro Universo.

Braz, Duarte e Tauil (2013) reiteram que a ocorrência de casos de malária está relacionada com as formas de uso da terra, o comportamento humano, os elementos físicos e biológicos do meio natural e as transformações nele causadas pela intervenção antrópica. Neste sentido, a análise dos dados sugere que os fatores ambientais e socioeconômicos exercem uma relação determinante para a ocorrência de casos de malária urbana no bairro Universo em São João da Baliza.

A compreensão desses fatores enquanto agentes de interação ou facilitadores da ocorrência de agravos como a malária, é fundamental para o planejamento de políticas mais eficazes de prevenção e controle da doença no bairro Universo. Tauil et al. (1985) afirmam que o An. (Ny) darlingi, não se reproduz

em coleções hídricas com margens livres de vegetação. Assim, é possível controlar o vetor apenas podando a vegetação responsável pelo sombreamento do lugar de reprodução do vetor.

Considerando a análise dos dados e dos referenciais utilizados, é possível sugerir como medidas mais efetivas para o controle da malária no bairro Universo, além do diagnóstico precoce e o tratamento oportuno, o manejo ambiental dos sítios de reprodução dos vetores (clareamento dos cursos naturais de água através da poda da vegetação localizada nas margens, a remoção de detritos para desobstrução do leito dos igarapés), ações de educação em saúde abordando os mecanismos de produção da doença e as formas de prevenção individuais e coletivas. Essas ações são mais indicadas para áreas urbanas em decorrência da limitação e a baixa efetividade das ações de controle químico.

As ações de educação em saúde no âmbito do controle de endemias têm como principal objetivo, promover consciência crítica na sociedade a respeito de problemas gerados por agravos como, por exemplo, a malária, possibilitando o planejamento e a execução de ações considerando a realidade local. Quanto mais informada estiver a população, maior será a possibilidade de participar ativamente dos esforços para o controle da doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os altos índices de casos de malária registrados na área urbana de São João da Baliza foram determinantes para a realização deste trabalho. Como área de estudo, utilizou-se o bairro Universo por este concentrar 29,47% dos casos de malária registrados na sede do município, o que correspondeu ao IPA de 264 casos de malária para cada 1.000 habitantes em 2014. Verificou-se que essa localidade possui uma rica bacia hidrográfica formada por igarapés, que são o principal sítio

de reprodução do An. darlingi, principal vetor da malária na Amazônia.

Neste contexto, foi possível constatar que os elementos ambientais (coleções hídricas formadas por igarapés, vegetação, temperatura e umidade) e os elementos socioeconômicos (localização dos imóveis, densidade populacional em áreas de risco, fluxo migratório entre as áreas urbana e rural) são fatores que exercem forte influência sobre a dinâmica espacial de transmissão da malária no bairro Universo.

Portanto, considerando a análise dos dados produzidos pela pesquisa, os resultados sugerem como medidas mais efetivas para o controle da malária, além do diagnóstico precoce e o tratamento oportuno, o manejo ambiental dos sítios de reprodução dos vetores (clareamento dos cursos naturais de água através da poda da vegetação localizada nas margens, a remoção de detritos para desobstrução do leito dos igarapés), ações de educação em saúde abordando os mecanismos de produção da doença e as formas de prevenção individual e coletiva.

Por fim, essas ações são mais indicadas para áreas urbanas em decorrência da limitação e a baixa efetividade das ações de controle químico. Cabe ressaltar que a dinâmica espacial de transmissão da malária na área urbana de São João da Baliza é análoga, podendo ser adotado as mesmas ações para todos os bairros.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. Um Conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas sobre o Quaternário. **Geomorfologia** (18). São Paulo: IGUSP, 1969.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global – esboço metodológico. **Cadernos de**

- Ciências da Terra.** (13). São Paulo: IGUSP, 1971.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru: EDUSC, 2002.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- EMPRESA DAS ARTES. **Tourist Guide Roraima:** Ecology, History and Culture. São Paulo, 2009.
- IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Censitários.** Rio de Janeiro, 2015.
- HOLANDA, Lêda R.; MARMOS, José Luiz; MAIA, Maria Adelaide. (Orgs.) Geodiversidade do Estado de Roraima. Manaus: CPRM, 2014.
- LADEIRA, L.F.B.; DANTAS, M.E. Compartimentação Geomorfológica. In HOLANDA, Janólfta L. R.; MARMOS, José Luiz; MAIA, Adelaide M.. (Orgs.). **Geodiversidade do Estado de Roraima.** Manaus: CPRM, 2014. (31-46).
- LENCIONI, S. **Região e Geografia.** São Paulo: EDUSP, 1999.
- MARION, N. M. & FARELL, B. C. A tale of tourism in two cities. **Annals of Tourism Research**, 20 (336-353). London, 1998.
- RÖLKE, P. **Wander & Naturführer: Sächsische Schweiz.** Band 1. Dresden: Berg- & Naturverlag Rölke, 2006.
- _____. **Wander & Naturführer: Sächsische Schweiz.** Band 2. Dresden: Berg & Naturverlag Rölke, 2006.
- ROSS, J. L. S. Análise e Síntese na Abordagem Geográfica da Pesquisa para Planejamento Ambiental. **Revista do Departamento de Geografia**, Nº 9. FFLCH/USP, São Paulo, 1995.
- SEABRA, Giovanni F. Turismo de Base Local no Nordeste Brasileiro. In NASCIMENTO, Ângela; LIMA, Marcos Costa. (orgs). **O Nordeste Brasileiro em questão:** uma agenda para reflexão 2. (389-418). Recife: Sudene, 2016.
- _____. **Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2014.
- _____. **Turismo Sertanejo.** João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2007a.
- _____. Potencial Geoturístico no Nordeste Brasileiro. Caminho das Pedras: a paisagem sertaneja e o lugar do turismo. In **Anais do I Simpósio de Geografia Física do Nordeste.** Universidade Regional do Cariri. Crato, 2007b.
- _____. **Caminho das Pedras.** O turismo ecológico de base geológica no Agreste Pernambucano. Relatório de Pós-Doutorado. Recife: Departamento de Geologia / CTG / UFPE, 2004.
- _____. **Ecos do Turismo:** o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001a.
- _____. **Pesquisa Científica:** o método em questão. Brasília: Editora UNB, 2001b.
- _____. **Do Garimpo aos Ecos do Turismo:** o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH / USP, 1998.
- _____. **Estudo Geomorfológico da Região Cárstica de Andaraí: uma contribuição à conservação de cavernas.** Dissertação de Mestrado em Geografia Física. Recife: CFCH / UFPE, 1991.
- SEABRA, G. F.; Neu, C. **O turismo no espaço rural da Chapada Diamantina.** Anais do CITURDES – IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Joinville, 2004.

SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. (Orgs.).
Geoparques do Brasil: Propostas. Vol. 1. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.

SOTCHAVA, V. B. O Estudo dos Geossistemas.
Métodos em Questão. (16). São Paulo: IGUSP, 1972.

TIMOTHY, D. J. Cooperative tourism planning in a developing destination. **Journal of sustainable tourism.** V. 6, n. 1. London, 1998.

CONHECER A HISTÓRIA E O MODO DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA: ETNIAS MACUXI E WAPICHANA



Nayara Cristhina dos Santos Silva

*Acadêmica do Mestrado Profissional em Segurança Pública,
Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de
Roraima - UERR
nayaracristhina@hotmail.com*

RESUMO

Objetivou-se com esse trabalho reunir relevantes discussões para divulgação e valorização etnocultural dos Macuxi e Wapichana de Roraima para preservação e conservação de suas identidades. As duas etnias possuem a população mais numerosa e representativa entre os povos indígenas encontrados no Estado. Os estudos, as pesquisas e o mais importante a publicação no meio científico das informações sobre a vida dos povos indígenas é de suma importância para o conhecimento da origem e evolução da rica cultura dos povos que vivem nessa terra.

Palavras - chave: Etnocultural, sociodiversidade, valorização.

ABSTRACT

The objective of this work was to gather discussions for the dissemination and ethnocultural valorization of the Macuxi and Wapichana de Roraima for the preservation and conservation of their identities. The two ethnic groups have the largest and most representative population among the indigenous peoples found in the State. The studies, the researches and the most important the publication in the scientific environment of the information about the life of the indigenous people is of paramount importance for the knowledge of the origin and evolution of the rich culture of the peoples that live in this land.

Keywords: Ethnocultural, sociodiversity, appreciation.



INTRODUÇÃO

O Brasil é reconhecido internacionalmente por sua enorme biodiversidade como também por sua sociodiversidade. Segundo IBGE (2010) os povos contribuem para o incremento da diversidade cultural brasileira com uma população de aproximadamente 817 mil pessoas, 270 etnias e 180 línguas indígena distinta.

Em 2018 a Fundação Nacional do Índio apontou a existência de 11 etnias divididas em 32 terras regularizadas e mais 2 em estudo apresentando as seguintes etnias: Makuxí, Wapixana, Jaricuna, Taulipâng, Ingarikó, Waimiri Atroari, Mawayâna, Yanomâmi, Wai-Wai, Karafawyana e Katuena (FUNAI, 2018). Santili (2001) afirma que em termo proporcional, o Estado, possui a maior população indígena do Brasil com 46% da área de terras demarcada como Terra Indígena (ISA, 2011).

Os povos das etnias Macuxi e Wapichana são os mais populosos e os que se destacam marcando presença nas universidades, nas organizações indígenas supraétnicas, como o Conselho Indígena de Roraima-CIR e a Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIR (LISBOA, 2017). Apresentam origens de grupos linguísticos distintos, no entanto, alguns costumes e culinárias parecidos principalmente por na maioria das aldeias haver o convívio das duas etnias.

Nesse contexto, o estudo sociocultural e ainda de discriminação dos povos em etnias têm como papel dar identidade ao indivíduo ou grupo social de acordo com origem em um ancestral comum, língua, suas tradições, sua mitologia e sua cosmologia próprias. Proporciona também o estudo, a pesquisa e conhecimento de um grupo específico. Com isso, objetivou-se com esse trabalho reunir relevantes discussões para divulgação e valorização etnocultural dos Macuxi e Wapichana de Roraima para preservação e conservação de suas identidades. Como

metodologia de pesquisa, foram utilizados documentos científicos, provenientes de base de dados como Scielo, Capes etc., foram reunidos para elaborar uma revisão bibliográfica, mostrando estudos e pesquisas envolvendo o modelo de vida e tradição das etnias supracitadas. Falar sobre os povos Macuxi e Wapichana é muito difícil, pois são poucas referências atuais que destacam a cultura e costumes que caracterizam essas etnias. Ainda, estudá-las separadamente também foi um grande desafio, pois a maioria das aldeias, encontradas no Estado, é composta pela união dessas e até outras etnias.

DISCUSSÃO

O conceito de etnia e formação da identidade indígena

A origem da palavra etnia veio do grego, do adjetivo *ethnikos*, que significa “gentio”, que derivou do substantivo *ethnos*, que significa gente ou nação estrangeira (DEIN, 2006; METEOS, 2007).

O termo etnia passou a ser usado para melhor representar a diversidade cultural. Nesse contexto, Silva e Silva (2006) afirmaram que o termo etnia pode ser amplamente usado para identificação de um grupo humano baseado em laços culturais compartilhados, por possuir característica polivalente, construindo a identidade de um sujeito numa definição determinada pelos critérios de: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física.

Munanga (2003) diz que a etnia tem conteúdo social-cultural, histórico, psicológico e conceitua-a como:

[...] um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma

mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, etc. que são ou foram etnias nações (MUNANGA, 2003, p.7).

Para Pujada (1993) a etnia fundamenta-se do acúmulo de heranças e de características peculiares da cultura de um grupo social, o que determina sua existência em um ancestral comum e suas distinções perante outros grupos sociais/étnicos.

No dicionário de sociologia (WILLENS, 1961 apud OLIVEIRA, 2003, p. 134) Emilio Willens define etnia como:

Grupo biológica e culturalmente homogêneo [...]. Os membros de uma etnia possuem traços somáticos em comum, fazendo parte de uma divisão racial mais ampla. Ao mesmo tempo caracterizam-se por uma relativa uniformidade cultural. Há etnias que vieram a constituir nações. Outras vezes, porém, uma nação abrange várias etnias.

No Brasil, a questão indígena foi marcada por grande luta pela organização e consolidação de direitos e de cidadania e sobrevivência de sua identidade e conservação da sua cultura. No passado o Brasil foi acusado internacionalmente de ter uma política de extermínio de Índios. No ponto de vista colonizadora, adquirir uma identidade “cristã” seria de suma importância para o “índio”, pois ser cristão dava ao índio o direito de fazer parte da “civilização”. (CARVALHO JÚNIOR, 2005). Ainda, segundo CMI (2003, p. 14):

Até 1988, a política indigenista, de acordo com as Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1969, tinha a finalidade de promover a incorporação dos índios à comunhão nacional. Essa orientação estava associada à relativa incapacidade dos índios inscrita no Código Civil. Foi originada na idéia de que os índios, só poderiam se tornar cidadãos plenos, se abandonassem as suas tradições e passassem a se orientar pelos valores da sociedade brasileira.

O primeiro órgão criado e estabelecido em 1910 foi o serviço da proteção do índio (SPI) substituído na nomenclatura em 1967 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) responsável pelos assuntos indígenas. Na década de 70 aos anos 90 esse órgão tinha como finalidade integrar o índio, pois tinham a imagem de um índio sem cidadania e incapaz (GOMES, 2006). Como pode ser observado na definição de índio pelo artigo 3º do Estatuto do Índio de 1973 que diz: “I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional” (Lei Nº 6.001, De 19 De Dezembro De 1973. TÍTULO I Dos Princípios E Definições). Já na Constituição Federal de 1988, é garantida às populações indígenas a cidadania plena, satisfazendo com isto o princípio da igualdade (art. 5º.), quanto reconhece nelas uma diferença identitária, que está expresso no caput do art. 231 “ São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. ”

A identidade é construída através simbologia das características sociais, sendo que, tudo que se mostra diferente, nesse processo, é passível de exclusão pela sociedade. (SILVA, 2009). Nesse contexto, os “índios” passaram a se autodeterminar e agir como tais por ser uma população diferente da europeia a qual lhes denominou “índio”, afirmando assim o contraste àqueles com quem foram forçados a conviver (CARVALHO JÚNIOR, 2005).

A mudança nos princípios sociais tem se modificado ao longo dos anos, o que diz respeito ao exercício da cidadania com garantia de direitos e ainda na construção justa e equilibrada das relações sociais, econômicas, culturais e ambientais. Nesse contexto, o indígena tem lutado pela sobrevivência

e permanência de suas representações simbólicas. Diferentemente do que pregava a política de integração e extinção do índio no passado (GOMES, 2006).

Mas por que esses povos são até hoje denominados indígenas? Segundo dicionários da língua portuguesa, a palavra índio significa nativo, natural de um lugar. No entanto sabemos que essa designação advém de um erro náutico, quando em 1492, na viagem que Colombo empreendeu para as Índias e aportou na América, atribuiu aos habitantes desta terra a denominação genérica de índios, conservada até o presente. Porém, cada índio pertence a um povo, identificado por uma denominação própria [...] Cada um dos mais de 230 povos brasileiros gosta de ser reconhecido pelo seu nome próprio, entretanto todos reconhecem a importância de uma denominação que os identifique e os una nas lutas comuns como povos originários do Brasil e da América. (BERGAMACHI, 2008, p. 8-9).

A identidade e a cultura segundo (BORTOLON, 2014) são os elementos que dão legitimidade de um grupo. Por que são definidas pelas características, interesses comuns, sentimentos de pertencer, nacionalidade, padrões comportamentais, preservação da língua e reivindicações sociais, políticas, religiosas e econômicas. No entanto, a pesar da influência do não índio no cotidiano de muitos povos indígenas, questões referentes à preservação e conservação de suas características estão bastante discutidas e valorizadas. Como afirma Baniwa (2006, p. 39):

Os povos indígenas do Brasil vivem atualmente um momento especial de sua história no período pós-colonização. Após 500 anos de massacre, escravidão, dominação e repressão cultural, hoje respiram um ar menos repressivo, o suficiente para que, de norte a sul do país, eles possam reiniciar e retomar seus projetos sociais étnicos e identitários. Culturas e tradições estão sendo resgatadas, revalorizadas e revividas. Terras tradicionais estão sendo reivindicadas, reapropriadas ou reocupadas pelos verdadeiros donos originários. Línguas vêm sendo reaprendidas e praticadas na aldeia,

nas escolas e nas cidades. Rituais e cerimônias tradicionais há muito tempo não praticados estão voltando a fazer parte da vida cotidiana dos povos indígenas nas aldeias ou nas grandes cidades brasileiras.

Estudos e pesquisas que buscam documentar e divulgar as práticas, as características e os costumes dos povos indígenas colaboram para a valorização cultural e principalmente no que diz respeito à preservação e conservação de suas identidades. Não para congelar a evolução e ou desenvolvimento dos povos, mas sim para garantir que suas origens e tradições não se percam com a influência de outros povos e principalmente com o surgimento e introdução das inovações tecnológicas nos aldeamentos.

Índios de Roraima

O Estado de Roraima, segundo Paulo Santili (2001) possui, em termo proporcional, a maior população indígena do Brasil. Atualmente 46% da área de terras é demarcada como Terra Indígena (ISA, 2011).

O Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2016) estimaram que, a população é formada por 505,665 habitantes sendo desses 95 mil índios, onde 55 mil habitantes das 470 comunidades indígenas e 35 mil índios citadinos (CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA).

Os índios de Roraima dividem-se em várias tribos, discriminadas de acordo com as especificidades de seus costumes, crenças e tradições (FREITAS, 2009). A FUNAI aponta a existência de 11 etnias divididas em 32 terras regularizadas e 2 em estudo. As etnias são as seguintes: Makuxí, Wapixana, Jaricuna, Taulipâng, Ingarikó, Waimiri Atroari, Mawayána, Yanomámi, Wai-Wai, Karafawyana e Katuena. E as terras são: Ananás, Anaro, Aningal, Anta, Araçá, Barata Livramento, Bom Jesus, Boqueirão, Cajueiro, Canauanim, Jabuti, Jacamim, Malacacheta, Mangueira, Mangueira,

Manoa, Moskow, Muriru, Ouro, Pirititi, Pium, Ponta da Serra, Raimundão, Raposa Serra do Sol, Santa Inez, São Marcos – RR, Serra da Moça, Sucuba, Tabalascada, Trombetas/Mapuera, Truaru, Waimiri-Atroari, WaiWái, Yanomam (FUNAI, 2018) segundo a figura 1 a seguir:

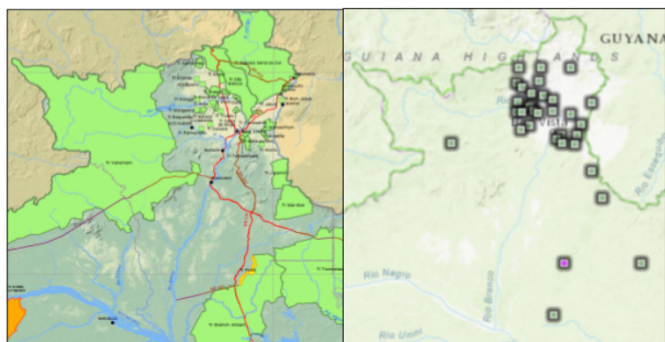


Figura 1: Mapa de Terras Indígenas de Roraima apresentando a distribuição dos territórios indígenas pelo Brasil classificadas segundo situação jurídico-administrativa até 2017.

Fonte: Adaptada do ISA (2018).

A diversidade linguística também pode ser identificada no Estado de Roraima incluído área urbana na capital Boa Vista. Segundo Cunha (2012) são faladas aproximadamente doze línguas indígenas: Macuxi, Wapichana, Yanomami, Wai-Wai, Taurepang, Ingarikó, Ye´kuana, Patamona, Waimiri-Atroari, Sanuma, Yanomama e Atoraiu.

Destarte, este trabalho abordará sobre os Macuxi e Wapichana por que representam as etnias com maior índice populacional e ainda por suas ações participativas e representativas nas organizações, nas universidades com objetivo de lutar por seus direitos por terra e principalmente à preservação e à conservação de sua cultura.

Conhecendo os Macuxi e Wapichana de Roraima

Os Macuxi são indígenas originários da bacia do Orinoco, que migraram para Roraima devido aos conflitos intertribais e, depois, devido ao contato com europeus (espanhóis,

portugueses e ingleses) que adentraram nos territórios indígenas visando escravizar esses povos (AMODIA, PIRA, 1985). São pertencentes ao grupo de família linguística karib, ou caribe, fazem parte do grupo pemôn, grupo este que, além desta região brasileira, habita o sul do Estado Bolívar (Venezuela) e parte da Guiana (BURGARDT, 2015).

Segundo Paulo Santilli (2001), tem como habitat a área chamada Circum-Roraima, que compreende as vertentes meridionais do Monte Roraima, as savanas e campos, indo até a cabeceira dos rios Branco e Rupununi, na Guiana Inglesa. Aimberé (2009) classificou-os em: Macuxi do lavrado (Romoko) e Macuxi das serras (Vi´rikó).

A grafia das palavras Makuxi e Karib segundo Rodrigues (1986) segue a convenção promovida pela Associação Brasileira de Antropologia 1953.

Os Macuxi são a etnia mais populosa, com aproximadamente 30 mil pessoas no Estado de Roraima, distribuídos em 22 terras indígenas (LISBOA, 2017). Em destaque na figura 2:

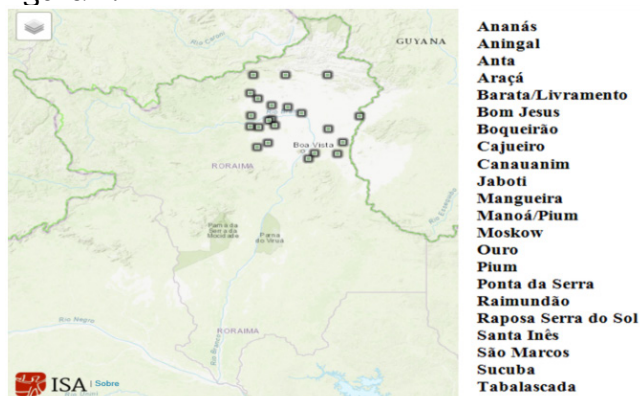


Figura 02. Mapa de distribuição da etnia Macuxi.

Fonte: Adaptada do ISA (2018).

Dessas a mais populosa é a TI Raposa Serra do Sol, na porção central e mais extensa de seu território, que compreende uma extensão territorial de 1.7 milhões de hectares, comportando aproximadamente 21 mil pessoas (DISEI-LESTE, 2015 apud FERNANDES, 2015), divididas entre 201 aldeias ou "comunidades".

A distribuição espacial da população Macuxi faz-se em várias aldeias e pequenas habitações isoladas, formadas por parentelas interligadas por casamentos. No entanto, observa-se o casamento entre indivíduos de aldeia diferentes. (PIB, 2018).

Na organização político-social tem-se como líder o tuxaua e seu vice. Além de existirem categoria subordinadas que são os capatazes, (auxiliares que cuidam dos setores rurais da maloca), e os vaqueiros, (que lidam diretamente com o gado), todos escolhidos pela comunidade. O tuxaua é a representatividade máxima na comunidade e tem a função de administrá-la político, social e economicamente (FREITAS, 2003). As decisões e debates importantes são realizados em reuniões junto à comunidade no malocão ou nas escolas (LISBOA, 2017). Como afirma Mongiano (2011):



[...] O poder do tuxaua nunca é um poder de comando. O chefe é a pessoa mais sábia. A decisão final é tomada pelo chefe, mas de maneira coletiva: a comunidade tem sua solução para os problemas. O chefe não pode ter poder absoluto, mas tem que realizar aquilo que a comunidade quer. O poder é compartilhado; o chefe ouve a comunidade que pode decidir, também, substituí-lo, se não satisfeito (MONGIANO, 2011, p. 91).



Buscando a não dizimação do seu povo, devido aos grandes conflitos entre os “índios” e “brancos”, consequência da invasão das terras, os Macuxis e outras etnias principalmente os Wapichana, também buscaram se organizar para reivindicarem o direito a sobrevivência sendo assim apoiaram em ONG’s e nas igrejas católicas e principalmente surgiram com suas lutas o Núcleo de Educação Indígena - NEI; Conselho Indígena de Roraima - CIR; a Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre - COPIAR e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e Organização

dos Professores Indígenas de Roraima- OPIR (FREITAS, 2003). O indígena luta no mundo moderno pela preservação e conservação de sua língua, cultura, costumes entre outros e ainda o direito à terra de onde foram obrigados a saírem. Essas instituições têm representação nacional e regional e as etnias Macuxi e Wapichana são predominantes.

Segundo Freitas (2003) os Macuxi não são plenos caçadores por tradição. No passado pescavam e coletavam frutos silvestres. Com a diminuição do território e até devido às características ambientais e devido ao abandono das práticas tradicionais de aquisição de alimentos passaram a criar animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, ou o cultivo de milho, feijão, batata, arroz, mandioca e frutas, como banana, laranja, melancia, abacaxi e manga, e ainda o consumo de produtos industrializados (FOTOGRAFIA 1d). Os rebanhos de gado coletivos, pequenos, são obtidos através de projetos iniciados pela Diocese de Roraima, pela FUNAI e pelo governo do Estado de Roraima. Ação teve origem na década de 70 com o projeto “vaca para o índio” da igreja católica como apoio aos índios de Roraima na estratégia de resistência (FREITAS, 2003; PIB, 2018).

Avisão e relação do Macuxi com a natureza partem de uma origem cosmológica onde o universo se divide em três planos. O plano superior, denominado Kapragon, é habitado por diversos tipos de seres (corpos celestes e animais alados). O plano intermediário se caracteriza como sendo a superfície terrestre vivem o homem e os animais, além dos os Omá:kon, seres que habitam as serras e as matas e os Makoï, habitam o meio aquático. No plano subterrâneo, são os Wanabaricon, seres semelhantes aos humanos, porém de pequena estatura, que plantam roças, caçam, pescam e constroem aldeias (SANTILI, 2002; CASTRO, 2007; PIB, 2018). Partindo desse a visão que segundo (CASTRO, 2007) que se explica o misticismo e a ação dos xamãs para a cura dos índios quando os seres subterrâneos

os capturam as almas, ainda sobre a origem do monte Roraima, de outras etnias e até do cultivo de espécies vegetais.

Para Silva (2001) os povos indígenas compartilham mitos e crenças. Explica ainda, que “o intercâmbio entre povos era explicitado ao longo do calendário indígena de eventos tradicionais, as grandes festas ‘rituais do parixara (folha de inajá), do tukui (beija-flor) e do arerúi (ou Aleluia, de influência externa anglicana) – com as quais promoviam um notável intercâmbio entre grupos locais” (SILVA, 2001).

Na festa paiwari e nos rituais religiosos (nos rituais xamânicos e nos rituais Aleluia) via-se a execução das danças e os cantos. As danças parixara e o tukui eram um sinal de boas-vindas a visitantes (Figura 3a) (Schomburgk, 1845).

A festa do paiwari, denominada dessa forma em referência a principal bebida consumida com exclusividade pelos índios durante as festas, produzida à base da raiz da mandioca “brava” (Manihot esculenta), cujo preparo e teor alcoólico se distingue do caxiri, consumido no cotidiano (FERNANDES, 2015). O autor ainda classificou por gêneros ou variantes musicais segundo seus repertórios antigas festas de paiwari, serenkanto, cantos xamânicos, piai, de cantos e danças do Aleluia, musicais de forró, repertórios de parixara e tukui, repertórios de forró politicamente engajados, cantos de trabalho, kesékeyelemú; canções de ninar, cantos de vaqueiros; e cantigas jocosas.

Nesse contexto, de mudança global e influência dos brancos na cultura e em busca da sobrevivência Cavalcante (2010, p.77), faz uma observação que as antigas festas de paiwari se “modificaram para continuar existindo [...]: a carne de caça foi substituída pela de gado (Figura 3c), as danças tradicionais, tukui e parixara, deram lugar ao forró” (Figura 3b).



Figura 03: Apresentação parixara, forró na comunidade, criação de gado e banquete em cerimônia Macuxi.

Fonte: Adaptada de Fernandes (2015).

O povo da etnia wapixana ou Wapichana é originário do tronco linguístico Arwak, e constituem a maior população, afiliada geneticamente à família lingüística Arawak. ou Aruak também sendo conhecido como Maipure (ISA, 2010; IBGE, 2010). Segundo Rodrigues (1986, p.65) “Aruák ou Arawák é o nome de uma língua falada na costa guianesa da América do Sul, na Venezuela, na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa”.

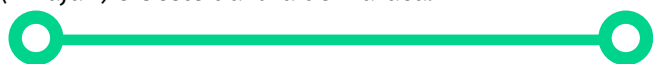
O Centro de Informação da Diocese de Roraima (1989) citado por Lima (2013) afirma que ao grupo Wapichana foi formado a partir da junção de, pelo menos, quatro grupos distintos pertencentes ao mesmo tronco linguístico, são eles os Vapidiana verdadeiro, Atoraiu, Amaripá e Maopityan. Hoje em dia só restariam duas dessas subdivisões, os Vapidianas verdadeiros e os Atoraiu.

Essa etnia ocupa território tanto do Brasil como da República Cooperativa da Guiana. Sua área de habitação tradicional é o interflúvio dos rios Branco e Rupununi, na fronteira entre o Brasil e a Guiana. Segundo Braga e Silva (2011) em território brasileiro ocupam além de áreas do vale do rio Uraricoera, e nas regiões do Surumu e Amajari, onde as aldeias são em sua maioria mistas Wapichana e Macuxi ou Wapichana e Taurepang, ocupam também a porção nordeste de Roraima, onde as aldeias

Wapichana localizam-se predominantemente na região conhecida por Serra da Lua, entre o rio Branco e o rio Tacutu. Santo A (2010, p. 91/92) explica a origem a dinâmica dessa ocupação:



Até o ano de 1905, os índios Macuxi e os Jaicuna dominavam a região dos altos da Serra de Pacaraima (Pacaraima), enquanto os Wapixana dominavam as fraldas da mesma serra Nessa época [...]. Sua ocupação foi, aos poucos, se tornando muito extensa. Do Leste da Serra de Pacaraima (Pacaraima), desceram para as terras altas das cabeciras do Maú, de onde avançaram para regiões do rio Tacutu, Serra do Cuano-Cuano, rio Majari (Amajari) e Oeste da ilha de Maracá.



Ainda, o CIDR (1989, p. 82) mostra que a formação do aldeamento misto surgiu posterior a grandes batalhas para domínio de território:



[...] a guerra que mais durou e que foi, sem dúvida, decisiva para o futuro do Território, os Macuxi travaram com os wapixana. Provenientes do Norte, os Macuxi lutaram com os wapixana para a conquista da região localizada ao norte do Rio Branco. Foram anos de hostilidades, através dos quais estes dois povos tiveram possibilidades de se conhecerem e, uma vez acabadas as guerras, de conviverem pacificamente até hoje.



Essa etnia apresenta o segundo maior índice populacional indígena do Estado de Roraima contabilizando aproximadamente 11 à 13 mil indivíduos (ISA, 2010; IBGE, 2010). Ocupando 24 terras indígenas como aldeamentos localizados predominantemente na região conhecida por Serra da Lua (Figura 4) (PIB, 2018):



Figura 04: Mapa de distribuição da etnia Wapichana.

Fonte: Adaptada do ISA (2018).

Assim como o povo Macuxi, os Wapichana também possuem narrativas que explicam a significância das paisagens ecológicas, o surgimento da diversidade genética vegetal e a constituição dos povos indígenas da região.

O Macuxi narra sobre o mito do Makunaima enquanto os Wapichanas narra como o criador de todas as coisas Tuminikery (Deus) e os dois irmãos Duid e Mauaré, eram ajudantes Tuminikery na criação do mundo, e ainda temos a grande árvore conhecida como Tamoromu de onde se obtinha todos os alimentos. Duid o irmão mais novo foi responsável pela derrubada da grande árvore (WIRTH, 1950 citado por SOUSA, 2013). Na narrativa da queda da árvore, segundo Santos (2006 citado por LIMA, 2013) Duid é criador de uma paisagem particular, um conjunto de distintas formas que enuncia as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e seu ambiente.

Outros mitos que podem ser encontrados como, por exemplo, é o Kanaimî entidades malignas que agiam por intermédio de um feiticeiro ou até por tribos rivais. Segundo (CIRINO, 2008, 124) Tuminikery ensinou seu povo a evitar perigos, doenças e maus espíritos, pois poderiam causar a morte. Dentre as entidades, o Kanaimî era mais perigoso por que podia causar males físicos e a morte. Ele pode atuar, além de formas humanas,

em outras formas como onça, cobra e outros animais.

O xamã é denominado marinao ou marinou, que na atualidade são como o rezador, o benzedeiro. Este incorpora entidade dos antepassados e através dos cantos denominados Marinaokanu podem curar almas doentes. O que não possui esse dom de canto é considerado xamã do mal (CARNEIRO, 2007; PIB, 2018). Como descreve Farage (1997) citado por Silva (2013, p.62):

[...] o ritual xamânico inicia com os cantos do marynaukanu que são acompanhados pelo ritmo de um molho de folha de ingá de cacho ou de pau tipiti para subir, ou seja, para deixar o corpo e permitir que outras entidades, em especial, o espírito de um marynau já morto se manifeste por meio do seu corpo, enquanto sua alma Uduronaa visita os habitantes invisíveis das serras e outros locais. O princípio vital do marynau permanece ligado ao seu corpo por meio deste canto corrente e, por esse motivo, em guerras xamânicas, um marynau tentará cortar a corrente de seu adversário.

Assim como a etnia Macuxi, os Wapichana possuem a organização social onde o tuxaua é a maior autoridade eleita de uma comunidade indígena seguidos de participação de outros para assessora-lo como O “capataz” e os grupos de lideranças, os professores, agente de saúde, catequistas, vaqueiros, conselheiros etc. todos escolhido em reuniões comunitárias no malocão ou escolas não diferindo das outras etnias.

O que se pode destacar dentro da política social dessa etnia é a participação da comunidade na agricultura onde se destaca a ajuri (um sistema que consisti na ajuda mutua entre famílias quando se pretende abrir uma roça). A família convida os membros “mais chegados” da comunidade para ajudarem nos trabalhos mais pesados. A ajuri abrange os trabalhos iniciais, como a derruba (retirada das árvores de maior porte), broca (retirada de cipós e árvores secundárias) e a coivara (queima do material vegetal) (LIMA, 2013).

No cultivo, a mandioca e macaxeira são as principais espécies, e sempre com maior produção, pois elas são a matéria prima para o preparo de uma variedade de alimentos tradicionais como as bebidas o parikari, o caxiri, a farinha d’água e seca, pajuaru, carimã, mingau, pé de moleque ou bolo, goma, beiju, a tapioca etc. Além do cultivo de bananas, arroz, milho, cana, feijão, jerimum, abóbora, cará, melancia (LIMA, 2013; SILVA, 2013).

Segundo Farage (1997, p. 72) classificação botânica dos Wapixana compreende três grandes categorias:

karam’makao, as plantas da mata, selvagens; wapao’ribao, as plantas domesticadas, cultivadas na roça; e por fim, categoria singular, os wapananinao – cuja tradução, de simplicidade apenas aparente, seria “as nossas plantas” (wa, pronome possessivo, 1ª pessoa do plural; pananu, panakaru, planta; nao, pl.). O critério do cultivo diferencia tais grandes categorias, critério que, se de fácil apreensão no contraste entre as plantas da mata e aquelas da roça, complica-se um tanto mais quando nos voltamos à categoria wapananinao, especialmente porque, como espero demonstrar, os wapananinao escapam à esfera do cultivo.

Em pesquisas realizadas por Silva (2013) ele fala que categoria wapananinao é plantada buscando a proteção das casas e roça para ter uma boa colheita (engordando a macaxeira ou mandioca). Ou ainda, usada em vários rituais através de oração “puri” e banhos. Como por exemplo, na caça onde os filhos dos caçadores são banhados, com infusões dessas plantas, que eram de acordo com o animal que seria caçado, isso para proteção dos filhos pequenos para não adoecerem. Também para realização de festas etc.

A pesca e caça são bastante utilizadas e são tarefas realizadas pelo homem e em coletividade. Na pesca usam anzóis em espinhel ou em camorim, a técnica de mascareta, tem-se também o uso de tarafas, malhadore e o timbó, o último, considerado veneno de pesca advindo de plantas. Ainda

tem a criação dos pesqueiros, um local escolhido onde se coloca alimentos para atrair os peixes por um determinado tempo. Já na caça s duas técnicas mais usada varrida e o moitá (SILVA, 2013).

O mesmo autor diz que há outros rituais que são ainda mantidos por esse povo como, por exemplo, na agricultura o plantio da “mãe da roça”, como também a observação das fases da lua para cultivar e colher. Essa última usada também para determinar o tempo certo e respeitando a natureza para tirar madeira e palha, pra caçar e pescar. Além disso, Barreto (2006) mostra que a confecção de alguns objetos é também efetuada através de rituais por isso são considerados sagrados.

As festas os eventos sempre são carregados de atividades que resgatam os valores culturais do povo. São realizadas apresentações da dança tradicionais como parichara. Competição entre participantes da aldeia e com outras aldeias (comunidade) nas habilidades de fiar algodão, trançar darruana, ralar mandioca, tomar pajuaru, comer damurida, flechadas em alvos, corridas pedestres, corrida com tora, subir na bacabeira, queda de corpo entre outras.

A corrida de pedestre está como valor histórico. Pois ela ocorre com o participante carregando a mulher. Silva (2013, p. 120) como diz que:

A brincadeira relata que antigamente um jovem para casar-se com uma jovem tinha que demonstrar aos seus pais ou ao seu povo força e habilidades em difíceis atividades; os que não conseguiam acabavam fugindo com a mulher carregando-a em seu ombro por longa distância, para que, ao ser procurado, o rasteador encontrasse apenas as pegadas de uma pessoa e assim desistia.

A figura (5) a seguir mostra a como é realizada a coivara na preparação da roça (5a), mulheres deitando o beiju na preparação do parikari (5b), a coagem do caxiri (5c), o

Moquém de carne de caça (5d), confecção da darruana e a corrida carregando a mulher (5e; f respectivamente).



Figura 05: Atividades cultural do povo Wapichana.
Fonte: Adaptada de Silva (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roraima possui uma rica diversidade cultural com 11 etnias de povos nativos, além de diversos povos que deixaram suas regiões e até seus países e fizeram do Estado sua terra.

O Estado de Roraima não possui uma característica cultural de origem própria. Isso por que essa formação cultural partiu da colonização de uma diversidade de povos. Esses trouxeram consigo suas tradições culturais e com isso contribuíram ainda mais para essa riqueza.

A colonização por holandeses, ingleses e portugueses, e ainda por ser um Estado que faz fronteiras com outros países, a cultura indígena sofreu e vem sofrendo grande influência dessas outras culturas. Principalmente, no passado, no que se referiu o processo de catequização realizado pelos padres no período de colonização do Estado, com o objetivo de tornar o índio um cidadão. E ainda hoje, a religião tem grande poder na vida dos índios.

Nos dias atuais essa característica que define o povo indígena de Roraima, além de ter sofrido influência no passado, também está sofrendo grandes interferências negativas e tem como resultado a perda de muitos costumes, mitos, rituais, músicas, danças,

língua etc. que somam para a riqueza de sua cultura. Um dos fatores que estão contribuindo para essa perda cultural é a desvalorização da cultura, ou seja, a falta de documentação, pesquisa científica e divulgação, assim como a ausência da valorização interna, na comunidade, com ensinamento dos costumes para os mais jovens. Tudo isso, não para o confinamento de seu povo ou mais para que sua história pare no tempo, mais sim para que seus valores e costumes não se percam com a aquisição de novos conhecimentos.

Falar sobre os povos Macuxi e Wapichana é muito difícil, pois são poucas referências atuais que destacam a cultura e costumes que caracterizam essas etnias. Ainda, estudá-las separadamente também é um grande desafio, pois a maioria das aldeias, encontradas no Estado, é composta pela união dessas e até outras etnias.

Destarte, discriminar através de estudos, de pesquisas e o mais importante da divulgação do campo complexo de informações que envolvem as etnias indígenas de Roraima torna-se importante para a valorização, à preservação e ainda para o conhecimento da origem, evolução e formação identitária da rica cultura e dos povos que vivem nessa terra.

REFERÊNCIAS

AMODIO, E.; PIRA, V. **História dos povos indígenas de Roraima: Makuxi – Ingaricó – Taurepaang e Wapixana**. Coordenação Loreta Emiri. Boa Vista: Boletim n. 1 – Arquivo Indigenista da Diocese de Roraima, 1985.

BANIWA, G. S. L. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BARRETO, P. D. O. L. **A fibra de tucum como alternativa econômica dos povos indígenas**

do Alto Rio Negro. Manaus: UFAM, 2006.

BERGAMASCHI, M. A. Povos indígenas: conhecer para respeitar. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org.) **Povos indígenas e educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008. 160 p.

BORTOLON, D. M. O. **TERRA INDÍGENA ARAÇÁ/RORAIMA: CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES ENVOLVENDO COLETIVIDADES** MACUXI. 2014. 170 p. Dissertação (Mestrado em ambiente e desenvolvimento) Centro Universitário- UNIVATES. Lajeado-RS. 2014.

BURGARDT, V. H. V. Raposa Serra do Sol: **Atas que contam histórias (1977-1998)**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 39, 2015, Florianópolis. Lugares dos Historiadores Velhos e Novos Desafios. Anais... Florianópolis-SC, 2015.

CARNEIRO, J. P. J. A. **A Morada dos Wapichana: Atlas Toponímico da Região Indígena da Serra da Lua-RR**. 2007. 189 p. Dissertação (Mestrado em linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2007.

CARVALHO JÚNIOR, A. D. Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769). Campinas, 2005. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2005.

CASTRO, E. V. Sobre outras práticas de conhecimento A natureza em pessoa: In: Encontro “Visões do Rio Babel. Conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro”. Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica, Manaus. 22 a 25 de maio de 2007.

CAVALCANTE, O. C. **A política da memória Sapara**. 2010. 219 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2010.

CIMI-Conselho Indigenista Missionário. Revista Mensageiro, 2003.

CIRD-DIOCESE DE RORAIMA. Índios de Roraima: Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana. Boa Vista, RR, CIRD, Coleção Histórico- antropológica, v. 1, 1989, 106 p.

CIRINO, C. A. M. A “Boa Nova” na língua indígena: Contorno da evangelização dos Wapichana no século XX. Boa Vista: UFRR, 2008.

CUNHA, P. **Bilinguismo: Discursos de professores em área de fronteira, Bonfim-RR.** Boa Vista, 2012. 117 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Letras da UFRR, Boa Vista-RR, 2012.

DEIN, S. R. **culture and ethnicity in minority research: a critical discussion.** J Cult Divers. 2006 Summer;13(2):68-75.

FARAGE, N. **As flores da fala: práticas retóricas entre os Wapishana.** São Paulo, 1997.

FERNANDES, F. M. M. **Do parixara ao forró, do forró ao “parixara”: uma trajetória musical.** 2015. 168 p. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos- UFSCar, 2015.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima.** 7. ed. rev. e ampl. Boa Vista, RR: IAF, 2009.

FREITAS, D. B. A. P. **Escola Makuxi: identidade em construção.** 2003. 234 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada)-Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/Unicamp. Campinas-SP, 2003.

FUNAI. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acessado em maio de 2018.

FUNAI. O BRASIL INDÍGENA. 2010. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>> Acessado em 05 de maio de 2018.

GOMES, M. C. **OUTROS OLHARES SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA:** Cultura e identidade na realidade dos índios na cidade. Em Debate 03. Rev. do Depto. de Serviço Social PUC-Rio. 2006. Disponível em <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9320/9320.PDF>>Acessado em 05 de maio de 2018.

IBGE. Atlas Digital do Brasil (2016). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/>acessado em maio de 2018.

IBGE. População Indígena do Estado de Roraima (Censo demográfico 2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=censodemog2010_indig_univer> Acesso em maio de 2018.

ISA- **TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL.** Disponível em < <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/>> Acessado 01 de Maio de 2018.

ISA-**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. O caso da demarcação da Raposa-Serra do Sol.** Online, 22/08/2010.

ISA. Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região / [organização Ciro Campos]. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

LIMA, L. P. N. S. **“ILHADOS” Estratégias e feições territoriais Wapichana na Terra Indígena Manoá-Pium.** 2013. 155 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, especialista em estudos comparados sobre as Américas) Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2013.

LISBOA, J. F. **CADÊMICOS INDÍGENAS EM RORAIMA E A CONSTRUÇÃO DA INTERCULTURALIDADE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE:** entre a formação e a transformação.

2017. 316 p. Doutorado em Antropologia social (Pós - Graduação em Antropologia Social) Universidade de Brasília (DAN/UnB. Brasília, 2017.
- METEOS, P. A. **Review of name-based ethnicity classification methods and their potential in population studies.** *Popul Space Place.* 2007;13:243-63.
- MONGIANO, A. **Roraima entre profecia e martírio: Testemunho de uma igreja entre índio nas lembranças de Dom Aldo Mongiano, missionário da consolata: Bispo de Roraima desde 1975 até 1996.** Tradução de padre Bruno Schizzerotto. Boa Vista, RR: Diocese de Roraima, 2011.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ**, em 5 nov. 2003.
- OLIVEIRA, R. C. Reconsiderando etnia. **Sociedade e Cultura**, V. 6, n. 2, jul./dez. 2003, P. 133-147.
- PIB/ISA. **Povos indígenas do Brasil (PIB).** Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wapichana#L.C3.ADngua>> Acessado em maio de 2018.
- PUJADAS, J. J. **Etnicidad: identidad cultural de los pueblos.** Madrid: Eudema, 1993. *Revista de Antropologia*, vol. 3, nº 1. Florianópolis, novembro de 2001.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.
- SANTILLI, P. J. B. **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- SANTILLI, P. Trabalho escravo e brancos canibais. Uma narrativa histórica Macuxi. In: ALBERT, B. e RAMOS, A. (organizadores). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico.** São Paulo: UNESP, 2002.
- SANTOS, A. J. **Roraima: História Geral.** Boa Vista: UFRR, 2010.
- SCHOMBURGK, R. H. **“Journal of an Expedition from Pirara to the Upper Corentyne.”** *The Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 15: p. 1-104. 1845.
- SILVA, C. J.; BRAGA, Y. C. Terra Indígena Raposa Serra do Sol as Estratégias Das ONGs Indígenas no Setentrião Brasileiro – **Revista de Administração de Roraima - RARR**, Ed 1, V.1, p 121-144, 2º Sem - Boa Vista/RR, 2011.
- SILVA, G. S. **Agroatividade Wapixana na comunidade indígena Canaunim: avanços e ajustes em contato com outras culturas (1960-2010).** 2013. 144 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.
- SILVA, O. S. **Os Wapixána: uma situação de contato interétnico.** In *Ilha*: SILVA, T. T; (Org.) HALL, S; WOODWAR, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 133p.
- SILVA, V. K.; SILVA, H. M. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo: Contexto, 2006.
- TEMPESTA, G. A. **A produção continuada dos corpos. Práticas de resguardo entre os Wapichana e os Macuxi em Roraima.** 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOEMOCIONAIS

Silvana Rodrigues Mota

Psicóloga especialista em saúde mental e atenção Psicossocial, especialista em psicologia infantil
mota.sibv@gmail.com

Oswaldo Piedade Pereira da Silva

Professor Mestre da Universidade Estadual de Roraima
piedade23@yahoo.com.br

*Foto de uma mulher em manifestação pelo fim da violência contra as mulheres.
Foto: Andréa Martinelli.*

RESUMO

A violência doméstica sofrida pela mulher está inserida na sociedade como um fenômeno cultural, muitas vezes, tal ato de violação ainda é silenciado por esta, que sofre este tipo de humilhação em segredo por não ter coragem ou condições de procurar o amparo da lei. Pode-se definir violência contra mulher como: qualquer ato, conduta, ou manifestação com base no gênero que cause danos, sofrimento físico, sexual ou psicológico. Tal ato muitas vezes visa à desestruturação da vítima, que na grande maioria dos casos, tem vergonha ou medo de denunciar o seu agressor. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo analisar as consequências da violência doméstica sofrida pela mulher, e resultou-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, tendo como suporte na pesquisa livros, sites e artigos científicos. Deste modo, conclui-se que a violência doméstica atinge a saúde física e emocional da vítima, o bem-estar de seus filhos e até a conjuntura econômica e social da vida da vítima, seja imediatamente ou à longo prazo. Dentre os quadros orgânicos resultantes, encontram-se lesões, obesidade, síndrome de dor crônica, distúrbios gastrintestinais, fibromialgia, fumo, invalidez, distúrbios ginecológicos, aborto espontâneo e morte.

Palavras chave: Violência doméstica; mulher; consequências psicoemocionais.

ABSTRACT

The domestic violence suffered by women is inserted in society as a cultural phenomenon, many times, such an act of violation still under this and muted, which suffer such humiliation in secret for not have the courage or don't find conditions to seek the protection of the law. You can set as violence against women: any act, conduct, or manifestation basis of gender that no cause damage, physical suffering, psychological sexual, etc (or). Such act many times since the disintegration of the victim, that in most cases, has shame afraid to denounce his aggressor. This, this study aimed to analyze the consequences of domestic violence suffered by the women and resulted in a research literature review, tendon as object books search, e papers sites. This follows that one domestic violence affects the physical and emotional health of the victim, the wellness of their kids and even an economic background and social life of the victim, whether or immediately to the long-term. Among the result of the organic framework, are injuries, obesity, chronic pain syndrome, gastrointestinal disorders, fibromyalgia, smoking, disability, gynecological disorders, miscarriage, and death.

Keywords: Domestic violence; women; psycho-emotional consequences.



INTRODUÇÃO

A palavra violência deriva do Latim “violentia”, que significa “veemência, impetuosidade”, sua origem está relacionada com o termo “violação” (violare). Etimologicamente definida como todo e qualquer comportamento que cause de forma intencional danos à integridade (seja ela físico, material ou psicológica), intimidação, ou que possa invadir a autonomia, a moral e a ética de um determinado indivíduo (MACDOWELL, 2005).

Entendida e definida nesta perspectiva, o Ministério da Saúde caracteriza a violência como um fenômeno de conceituação complexa, polissêmica e controversa. Apesar disso, assume que ela é representada por ações humanas realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, numa dinâmica de relações, ocasionando danos físicos, emocionais, morais e espirituais a outrem (MOREIRA, 1998).

Numa tentativa de melhor precisar suas definições sobre o fenômeno em questão, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou seus esforços contra essa forma de violência, na década de 50, com a criação da Comissão de Status da Mulher que formulou entre os anos de 1949 e 1962 uma série de tratados baseados em provisões da Carta das Nações Unidas – que afirma expressamente os direitos iguais entre homens e mulheres e na Declaração Universal dos Direitos Humanos – que declara que todos os direitos e liberdades humanos devem ser aplicados igualmente a homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza.

Diante do exposto, o presente artigo tem o propósito de abordar o tema da violência doméstica e suas consequências psicoemocionais, deste modo, o estudo que serve de base para a reflexão aqui apresentada foi realizado com o intuito de instruir profissionais de saúde que atuam na área, colaborar com possíveis criações

de políticas públicas que visem coibir estas práticas. Sua metodologia consistiu em uma pesquisa de revisão bibliográfica, que teve como base teórica conceitual categorias, conceitos e teorias encontradas em sites, artigos científicos, livros e etc.

METODOLOGIA

Este artigo configura-se como uma pesquisa descritiva de revisão literária, pois visa descrever o tema de violência doméstica e suas consequências psicoemocionais, buscando compreender tal fenômeno em sua construção sócio-histórica e patriarcal, além das consequências psicoemocionais.

A Pesquisa descritiva é uma das classificações da pesquisa científica, na qual seu objetivo é descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado. Na pesquisa descritiva, cabe ao pesquisador fazer o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a manipulação ou interferência dele. Ele deve apenas descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro de um determinado sistema, método, processo ou realidade operacional.

A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005), estabelece relações entre as variáveis (GIL, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (TRIVIÑOS, 1990).

Utilizou-se como ferramentas e base teórica conceitual, consulta a livros, artigos científicos, periódicos e documentos eletrônicos. Haja vista, que estes dados, foram coletados dentro do rigor científico.

DISCUSSÃO

A história da violência contra a mulher

Há séculos, as mulheres ocupam um lugar de submissão e dominação perante à sociedade, desde criança, elas recebem uma espécie de “treinamento” para cumprir a sua única função, de acordo com as regras sociais da época: tornar-se esposa e mãe. As mulheres não tinham voz na história escrita pelos homens. Vasconcelos (2005) comenta, referindo-se às mulheres, que estando elas circunscritas ao universo doméstico o limite possível seria o mundo privado, por esse motivo não teriam uma história. Não teriam história, pois a representação que delas é feita pelos homens é insuficiente, são vistas e representadas como sobras, desprovidas de identidade ou protagonismo.

Essa forma particular de perceber e retratar as mulheres reforça e justifica comportamentos hierarquizados, que se por um lado colocam a figura masculina no centro e modelo a ser seguido, por outro lado relega à mulher a posição de subserviência e dependência cujo reflexo pode ser facilmente expresso nas formas desprezíveis de violência a que são submetidas na sociedade contemporânea. É preciso lembrar, nesse particular, que a história dos comportamentos sociais se escreve a partir do passado.

Analisando a violência praticada contra a mulher no contexto doméstico, Machado e Gonçalves nos ensinam que:

Considera-se violência doméstica “qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos, de modo direto ou indireto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital” (MACHADO; GONÇALVES, 2003, p. 25).

No tocante à violência praticada contra a mulher, é possível afirmar que esta é oriunda de um longo processo de construção sócio-histórico, este, repercute nas relações de poder onde a mulher, a princípio, foi posta de lado, em um lugar de submissão, dominação; herança de uma sociedade patriarcal. Sobre essa questão, Saffioti (2004, p. 10) lembra que “o patriarcado se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração”.

Numa definição mais geral do que realmente consiste a relação patriarcal, Weber (2004) destaca:

Patriarcado é uma forma de poder que se sustenta na autoridade de um senhor, o pai, sob seu grupo familiar. O poder do senhor é descrito como um poder arbitrário e pessoal, sendo a tradição a única possibilidade de limite a este poder. O domínio patriarcal pode estender-se para além do grupo familiar, podendo alcançar extensões gigantescas, cidades e municípios, até países. Neste caso, os senhores oferecem benefícios financeiros e materiais distribuídos para não familiares em troca de devoção e obediência; realizam formação de guarda pessoal para defesa e coerção, constituição de representantes pessoais que exercem poder em seu lugar e sob obediência a suas decisões diretas. O estilo de governo patriarcal tem uma ideologia que caracteriza-se pelo ideal de reconhecimento e venerado como o “bom rei”, ‘o pai do povo’ e seu protetor (WEBER, 1989, p.86).

No desejo de imprimir uma reação a essa forma histórica de imposição sobre a mulher, a partir dos anos 80, a contribuição feminina através das ideias feministas ganhou destaque no mundo acadêmico e na construção da história humana. Nesse contexto surgiram também os primeiros estudos que tratavam da violência contra a mulher, com o intuito de dar visibilidade a este tema. Neste mesmo período, para combater a violência doméstica surgem as primeiras delegacias da mulher, essas iniciativas indicam uma mudança

importante no enfrentamento desse tipo de violência.

É interessante observar que nestes casos, o “lar” enquanto um local simbólico e real de acolhimento e proteção, perde seu sentido. Uma vez que adquire uma perspectiva ameaçadora e sombria, propiciando e facilitando a ocorrência de condutas violentas o que descaracteriza a imagem inicial que se tinha desse espaço. O lar passa ser visto, mesmo que parcialmente, como o lugar onde comportamentos e ações violentas são praticadas.

Numa relação com os processos ideológicos de poder engendrado pela figura masculina, Chauí (1985) concebe violência contra as mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina. Uma vez que muitas mulheres acabam submetendo-se às vontades e aos caprichos de seus companheiros. Cabe destacar, que essa realidade indicada por Chauí (1985), se apresenta em um contexto geral em que se articulam dialeticamente os elementos da cultura e da produção da vida material reproduzida cotidianamente. A violência praticada contra a mulher, ou mesmo a violência de um modo geral, são expressões de uma totalidade que ganha traços mais nítidos com o sexismo.

E é neste ambiente onde pessoas que convivem familiarmente como empregados, agregados e visitantes além de parentes e amigos promovem as diversas formas de violência intrafamiliar ou doméstica. Em algumas situações, a violência doméstica persiste cronicamente porque um dos envolvidos apresenta uma atitude de aceitação e incapacidade de se desligar daquele ambiente, seja por razões materiais, ou psicoemocionais.

De acordo com Azevedo:

As situações de violência contra a mulher resultam, principalmente, da relação hierárquica estabelecida entre os sexos, sacramentada ao longo da história pela

diferença de papéis instituídos socialmente a homens e mulheres, fruto da educação diferenciada. Assim, o processo de “fabricação de machos e fêmeas”, desenvolve-se por meio da escola família, igreja, amigos, vizinhança e veículos de comunicação em massa. Sendo assim, aos homens, de maneira geral, são atribuídas qualidades referentes ao espaço público, domínio e agressividade. Já às mulheres foi dada a insígnia de “sexo frágil”, pelo fato de serem mais expressivas (afetivas, sensíveis), traços que se contrapõem aos masculinos e,

por isso mesmo, não são tão valorizados na sociedade (AZEVEDO, 1985, p. 45).

E esse ciclo de violência doméstica se repete cada vez com mais intensidade num intervalo de tempo menor, e indefinidamente, podendo terminar em tragédias. Nesse sentido, a violência doméstica compõe um ciclo que pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos.

Desse modo, a violência doméstica sofrida pela mulher, está inserida e constituída na sociedade como um fenômeno cultural, muitas vezes, esta prática de violação humana é silenciada pela vítima, que ainda sofre com as humilhações, seja por medo do seu agressor ou por não ter condições de procurar o amparo da lei.

De forma genérica, sabe-se que a violência é um fenômeno reconhecidamente presente na vida de muitas mulheres. Estudos realizados permitem ter uma noção sobre o quanto a violência mostra-se presente nos lares e cotidiano das famílias. Segundo o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (2007), aproximadamente 20% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica, seja ela física, sexual ou psicológica.

Portanto, pode-se definir violência contra mulher como: qualquer ato, conduta, ou manifestação com base no gênero que cause danos, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher. Tal ato muitas vezes visa à destruturação da vítima, que na grande maioria dos casos, tem vergonha ou medo de denunciar o seu agressor (SCHRAIBER, 2002).



No tocante ao gênero, cita-se Passos:

É a partir deste processo sócio-cultural de construção da identidade, tanto masculina, quanto feminina, que ao menino é ensinado a não materno, não exteriorizar seus sentimentos, fraquezas e sensibilidade, a ser diferente da mãe e espelhar-se no pai, provedor, seguro e justiceiro; em contrapartida, à menina acontece o oposto, ela deve identificar-se com a mãe e com as caracte-



terísticas definidas com femininas: docilidade, dependência, insegurança, entre outras (PASSOS, 1999, p. 178).

Visto que, a grande maioria dos atos de violência sofridos pelas mulheres, tem por agressor seus companheiros cônjuges. Tal ato é visto por estas vítimas como algo indesejável e que causa profundo sofrimento. As mulheres acabam cedendo às investidas violentas dos companheiros por medo de denunciar, ou por vergonha em expor à sociedade o fato de ser agredida dentro de seu lar.

No entanto, tal condição não as torna cúmplices de seus companheiros agressores, pois de acordo com Saffiot (2004), as mulheres não são cúmplices das agressões de seus parceiros íntimos, pois, para tanto, precisariam desfrutar de poder igual ao que detêm os homens. Sendo detentoras de parcelas infinitamente menores de poder do que eles, apenas cedem à violência, mas não consentem. Cedem à violência por medo, mas não a aceitam.

A violência contra a mulher e a lei

Num avanço histórico, A lei 11.340 – Violência Doméstica, criada em 07 de agosto de 2006, denominada de Lei Maria da Penha, em homenagem à senhora Maria da Penha Maia Fernandes¹, que lutou por 20 anos para

¹ Maria da Penha Fernandes Maia, Biofarmacêutica cearense foi casada com o professor universitário Antônio Herredia Viveros. Sofreu a primeira tentativa de assassinato por parte do seu companheiro em 1983, levou um tiro pelas costas enquanto dormia, deixan-

colocar seu agressor na prisão.

Esta lei acaba com penas alternativas ou brandas, a serem pagas com cestas básicas ou multas, e engloba todos os tipos de violência como: física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, e tem por finalidade, garantir direitos básicos como: integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial da mulher.

De acordo com o código penal, § 9 do art. 129, se uma lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, de coabitação ou de hospitalidade: a pena – detenção, de 3 (três) meses à 3 (três) anos.

O Art 1º - Esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da constituição federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2008).

Assim, a mulher pode sofrer violência em todas as fases de sua vida, ocorrer em todas as classes sociais, algumas vezes iniciando-se ainda no período da infância e perdura por longo período ou por toda a vida da vítima. Segundo o artigo 7º da lei nº 11.340/2006 – Violência doméstica, são formas de violência contra a mulher:

I - Violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

II - A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que

do-a paraplégica. Meses depois Antônio a empurrou da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro.

vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

III - A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método, de qualquer modo contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

IV - A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetivos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

V - A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Na prática, essa lei busca proteger mulheres em situação de vulnerabilidade, que estejam em situação de violência, através de medidas protetivas, e até mesmo com a privação de liberdade do agressor (prisão).

Consequências psicológicas da violência doméstica

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a violência doméstica contra a mulher como uma questão de saúde pública, que afeta negativamente a integridade física e emocional da vítima, seu senso de segurança, configurada por círculo vicioso de “idas e vindas” aos serviços de saúde e o consequente aumento com os gastos neste âmbito (GROSSI, 1996).

De acordo com Dias (2006), o Relatório Nacional Brasileiro retrata o perfil da mulher

brasileira e mostra que: a cada 15 segundos uma mulher é agredida, totalizando, em 24 horas, um número de 5.760 mulheres espancadas no Brasil. Já os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2005, mostram que, no Brasil, 29% das mulheres sofreram violência física ou sexual ao menos uma vez na vida; 22% não conseguiram falar para ninguém sobre o ocorrido; e 60% não saíram mais de suas casas, nem sequer por uma noite. A violência doméstica quando ocorre independe do status social, escolaridade ou raça (SOARES, 2004).

Assim, estes dados mostram que que apesar de estarmos em pleno século XXI, os números continuam a crescer a cada dia, independente da classe social, raça, cor e etc, muitas mulheres sofrem violência, seja ela de cunho físico, emocional ou sexual.

A violência contra as mulheres é o tipo mais frequente de abuso de direitos humanos mais frequentes e talvez o menos reconhecido. Deste modo, a assembléia Geral da Organização Pan-Americana de Saúde, de 1991, definiu oficialmente a violência sofrida pelas mulheres como: “Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada”.

Como um problema multidisciplinar genuíno e genérico, requer a estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas. Como um problema legal e terapêutico, requer, por parte de todos os profissionais envolvidos, o conhecimento dos aspectos criminais em de proteção da criança, assim como dos aspectos psicológicos (FURNISS, 1993).

A violência doméstica deixa marcas profundas e muitas vezes inesquecíveis. A mulher que sofre vários tipos de violência ao mesmo tempo, acaba por adquirir sintomas e até mesmo doenças de cunho físico e psicológico, devido às agressões.

Deste modo:

Os sintomas psicológicos frequentemente encontrados em vítimas de violência doméstica são: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até o aparecimento de sérios problemas mentais como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico,

estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio (KASHANI; ALLAN, 1998, p. 15).

Assim, para tentar suportar essa realidade a mulher precisa abdicar não somente de seus sentimentos, mas também de sua vontade. Com isso, ela passa a desenvolver uma auto percepção de incapacidade, inutilidade e baixa autoestima pela perda da valorização de si mesma e do amor próprio (MILLER, 1999).

Em face de tal realidade, desenvolvem-se concepções populares de que as mulheres “gostam de apanhar”, ou ainda de que “algo fizeram para merecerem isto”. Esta ideia nega a complexidade do problema e atribui à violência um caráter individual, oriundo de aspectos específicos da personalidade feminina (GROSSI, 1996).

Oliveira (2009) apud Reis, Carolina da Rosa (2013, p.3) refere que “as mulheres vítimas de violência têm queixas, distúrbios e patologias, físicas e mentais, e utilizam os serviços de saúde com maior frequência do que aquelas sem esta experiência”.

As consequências psicoemocionais da violência doméstica atingem o bem-estar e até a vida social da vítima, seja imediatamente ou à longo prazo. Segundo Day (2003), esses danos psicológicos podem ser imediatos ou tardios, no primeiro refere-se a pesadelos repetitivos, raiva, culpa, ansiedade, medo do agressor e de pessoas do mesmo sexo, quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos, queixas psicossomáticas, isolamento social e estigmatização.

Para se entender as marcas psicoemocionais de um indivíduo vítima de violência doméstica, é necessário um olhar mais profundo, que busque os seus sentimentos que foram atingidos pelo ato da violência, seja ela física ou psicológica.

Reflexão da discussão

Atualmente, sabe-se que a violência doméstica é um fenômeno reconhecidamente presente na vida de muitas mulheres. Estudos realizados possibilitam ter uma noção sobre o quanto a violência mostra-se presente nos lares e cotidiano das famílias.

Segundo Dias (2006) vários são os motivos pelos quais a primeira agressão sofrida geralmente, não é denunciada: a mulher pode vivenciar um conflito, por não desejar separar-se do companheiro ou, mesmo que ele seja preso, apenas pretende que cessem as agressões, procurando socorro, somente quando já está cansada de apanhar e se sente impotente.

De acordo com a Declaração das Nações Unidas, de 1949, sobre a Violência Contra a Mulher, aprovada pela Conferência de Viena em 1993 a violência se constitui em “[...] todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade” (ADEODATO, 2006, p.2).

Segundo Miller (1999), por mais que a sociedade estabeleça estereótipos para o homem agressivo – como rude, de classe social inferior, grosseiro, valentão na aparência e nas atitudes – não há um perfil único. Assim, um homem que em sociedade pode parecer acima de qualquer suspeita, pode, muito bem, ser um agressor na relação conjugal.

O ato de violência, seja qual for a forma, gera na vítima, segundo Kashani e Allan (1998), prejuízos nas esferas do desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou

afetivo. As manifestações físicas da violência podem ser agudas, como as inflamações, contusões, hematomas, ou crônicas, deixando sequelas para toda a vida, como as limitações no movimento, traumatismos, a instalação de deficiências físicas, entre outras.

Deste modo, as consequências psicológicas podem ter resultado das agressões como também podem aparecer de forma isolada na vítima. Para tanto Fonseca (2012) nos traz um rol exemplificativo de algumas enfermidades psicológicas, dentre as quais são elencadas o estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, fobias.

Portanto, foi possível verificar através dos estudos realizados que a violência doméstica trás consequências graves para a vida da vítima, a curto e longo prazo. Tais consequências afetam não somente a mulher agredida, como também o seu lar, e no que tange as consequências psicoemocionais, se não receberem o amparo adequado, poderão evoluir para quadros patológicos mais graves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica sofrida pela mulher constitui um grave problema de saúde pública, que merece a atenção da sociedade e dos órgãos governamentais, neste sentido, faz-se necessário criar políticas públicas para coibir e prevenir este tipo de violência, e fortalecer o sistema de apoio à vítima e implementação de amplo processo de educação que faça frente à naturalização do inaceitável.

Este fenômeno é compreendido como uma questão de direitos humanos, uma vez que visa inferiorizar, subjugar, e afrontar a dignidade da mulher como ser humano, além de impedir/interromper o desenvolvimento da mulher como ser social, privando-a de sua dignidade e liberdade de vontade e de escolha.

A violência doméstica gera consequências à saúde física e psicológica da mulher, o impacto da violência afeta também a

percepção da mulher sobre si mesma, através dos sentimentos de insegurança, impotência, medo e até suas relações com o meio social.

Quando se trata de violência doméstica, é cabível esclarecer, que o tratamento diferenciado previsto na Lei Maria da Penha ofertado à mulher não se remete à generalidade de sua vitimização, mas sim, à necessidade de oferecer suporte e proteção a vítima, visto que esta sofre um processo de vulnerabilidade histórica, ou seja, necessita de proteção especial por parte da lei e do Estado.

Neste sentido, este trabalho teve relevância social e acadêmica, uma vez que pode servir de subsídio para auxiliar na criação de políticas públicas. Visto que, necessitase entender toda essa problemática, para auxiliar no amparo às vítimas, dando-lhes o tratamento adequado e na criação de leis ainda mais rígidas para coibir este tipo de violência.

Portanto, este artigo pode proporcionar conhecimentos para a formação dos futuros psicólogos, profissionais da área da saúde e segurança pública que atuem diretamente com esta temática, ou que desejarem atuar nas áreas de enfrentamento da violência contra a mulher, uma vez que pode possibilitar a sensibilização para a criação de redes de apoio à mulher vítima da violência doméstica.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros**. Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 1, fev. 2006 (online). Disponível em: Acesso em novembro de 2016.

AZEVEDO, M. A.; Violência física contra a mulher: dimensão possível da condição feminina, braço forte do machismo, face oculta da família patriarcal ou efeito perverso

da educação diferenciada? In: **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

Conselho Cearense dos Direitos da Mulher – CCDM. (2007). **Estatísticas de ocorrências da Delegacia de defesa da mulher**, Fortaleza. (links). Acesso em novembro de 2013.

CHAUÍ, M.; **“Participando do Debate sobre Mulher e Violência”**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DAY, V. P.; TELLES, Elaine de Borba; et all. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**: Revista de psiquiatria, RS. Abril de 2003.

DIAS, M. B.; **A impunidade dos delitos domésticos**. Palestra proferida no IX Congresso Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica. Alagoas. Disponível em: <www.mariaberenice.com.br>. Acesso em maio de 2015.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>>. Acesso em dezembro de 2017.

FURNISS T. **O abuso sexual da criança**. Tradução Mara Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROSSI, K. **Violência contra a mulher: Implicações para os profissionais de saúde**. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. P. 133-149.

Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006. (2008) **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional. Ano CXLIII, n. 151, Seção 1. (links).

KASHANI, J. H.; ALLAN, W. D.; **The impact of family violence on children and adolescents**. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998. P. 15.

MACHADO, C. E GONÇALVES, R. A. (2003), **Violência e Vítimas de Crimes**. Coimbra: Quarteto.

MACDOWELL, C. S.; **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

MERGÁR, Ar.; **A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2006.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres**. Tradução Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

MOREIRA, V. (1998). **Grupo de Encontro com mulheres vítimas de violência familiar**. Estudos de psicologia, 4 (4), 61-78. (links).

OLIVEIRA, E. M. et al. (2005). **Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo**. *Saúde Pública*, 39(3), 376-382. *Apud* Reis, Carolina da Rosa (2013, p.3).

Organização Pan-americana da Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001**: Saúde Mental: nova concepção, nova esperança.

Brasil; 2001.

WEBER, M.; **Conceitos Básicos de Sociologia.**
São Paulo: Moraes, 1989.

PASSOS, E. S.; **Palcos e platéias:** as representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador: UFBA; Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

SAFFIOTI, H. J. B. (2004). **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu. Abramo. P, 10.

ESTATÍSTICA E EMPREGO DE NOVAS TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA: MÉTODO E CONTROLE CIENTÍFICO SOBRE A POLÍCIA

Nélio Reis Biá Nascimento

Bacharel em Direito (UNIVALI/SC). Bacharel em Administração Pública (UDESC). Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima- UERR
nelio.biah@gmail.com

Anderson Moraes de Oliveira

Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Roraima - UERR, Especialista em Segurança Pública pela Universidade Federal de Roraima - UFRR, Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima - UERR.
anderson.moraes.oliveira@gmail.com

RESUMO

Objetiva-se com este artigo, demonstrar a importância da análise estatística, das novas tecnologias e dos indicadores de desempenho para os órgãos de segurança pública, inclusive, como facilitador das execuções das atividades desempenhadas pelos referidos órgãos governamentais, bem como para a devida prestação de contas do serviço realizado em prol da sociedade, que, como corresponsável pela segurança pública tem o direito de saber de que forma os recursos investidos em segurança pública estão sendo aplicados pela Administração Pública. Da mesma forma, o artigo denota a importância do uso das ferramentas de geoprocessamento para mapeamento da criminalidade, bem como para o adequado emprego das forças de segurança pública no combate à criminalidade, assim, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo, através do método indutivo.

Assim, observou-se que a utilização da estatística e das novas tecnologias é de extremamente relevante para a obtenção de melhores resultados relativamente aos órgãos do sistema de segurança pública.

Palavras-Chaves: Segurança Pública. Criminalidade. Estatística. *Accountability*. Geoprocessamento.

ABSTRACT

The objective of this article is to demonstrate the importance of statistical analysis, new technologies and performance indicators for public security agencies, including as a facilitator of the execution of the activities carried out by said government agencies, as well as for the adequate provision of accounts of the service performed for the benefit of society, which, as co-responsible for public security, has the right to know how the resources invested in public security are being applied by the Public Administration. Likewise, the article shows the importance of the use of geoprocessing tools for mapping crime, as well as for the adequate use of public security forces in the fight against crime, thus, a descriptive bibliographical inductive method.

Thus, it was observed that the use of statistics and new technologies is extremely relevant to obtain better results regarding the organs of the public security system.

Keywords: Public Security. Crime. Statistic. *Accountability*. Geoprocessing.



INTRODUÇÃO

A evolução da gestão pública no Brasil e no mundo tem destacado cada vez mais a importância de pautar a gestão das ações públicas em função dos resultados alcançados, bem como em termos das ações executadas, dos recursos gastos e dos impactos daquelas ações.

Na área de segurança pública, no Brasil, o uso de sistemas de indicadores de desempenho para efetivar o monitoramento dos resultados das ações executadas e o emprego de estudos estatísticos e tecnologias de geoprocessamento ainda estão em seus passos iniciais.

Nesse diapasão, observa-se que são poucos os Estados que se utilizam destas ferramentas de gestão, igualmente, verifica-se também que o uso prático destas ferramentas ainda é bastante precário.

Acredita-se que um dos principais fatores que ocasionam a dificuldade de implantação desses e de outros sistemas no Brasil seja a falta de obrigação legal e moral direcionada aos gestores públicos.

Observa-se a permissividade dos Estados brasileiros, que por vezes, além de não fiscalizarem adequadamente os gestores, sequer os impõem o dever de que estes prestem contas dos resultados alcançados pelas suas ações, ou seja, promovam a accountability.

Desta forma, buscar-se-á demonstrar algumas dessas ferramentas, percorrendo sobre suas origens, e focando naquelas que têm sido implantadas com sucesso pelos órgãos de Segurança Pública em alguns Estados da Federação.

Sendo assim, adotou-se a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, nos moldes apresentados por Lakatos e Marconi (2003, p. 183), pois, “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” eis que como elucida Manzo (1971, p. 32) tal pesquisa “oferece meios

para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

Adotou-se o caráter descritivo porque “com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias”.(GIL, 2009, p. 32).

Em relação ao método adotou-se o indutivo, tendo em vista que nos permite “construir estruturas lógicas, por meio do relacionamento entre antecedente e consequente, entre hipótese e tese, entre premissas e conclusão” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 46).

Visando facilitar uma melhor compreensão por parte do leitor, este trabalho foi segmentado da seguinte forma: revisão de literatura que embasa a análise; a estatista em se tratando de segurança pública; o uso de indicadores na avaliação de desempenho; a importância do geoprocessamento e, por fim, a discussão dos resultados e considerações finais.

ESTATÍSTICA EM SEGURANÇA PÚBLICA: CONTANDO CRIMES E CRIMINOSOS

Matrizes históricas da estatística

Seja como for, a primeira das matrizes fundadoras do pensamento estatístico pode ser identificada, por conseguinte, nas preocupações de administração dos negócios do Estado, na Alemanha do século XVII. (BRASIL, 2009).

Nesse contexto estava permeada pelo caráter descritivo e taxionômico, ou seja, tentando classificar os fenômenos e as populações em categorias úteis à gestão de políticas estatais.

Segundo Desrosières, na tradução de Schwartzman(1996, p. 175), “ela apresenta ao príncipe ou ao funcionário responsável um

quadro para a organização das informações multiformes disponíveis sobre um Estado, ou seja, uma nomenclatura dotada de uma lógica de inspiração aristotélica”.

Essa forma foi codificada, por volta de 1660, por Cornring (1606-1681), e, transmitida mais tarde, ao longo de todo o século XVIII, pela Universidade de Gottingen, através de sua “escola estatística”, notadamente, por Achenwall (1719-1772), reconhecido como o criador da palavra “estatística”, bem como depois por seu sucessor na cadeira de estatística, Schlözer (1735-1809).

Em seu “Tratado de Estatística”, Schlözer, foi o primeiro dessa corrente a recomendar a utilização de números precisos em vez de indicações expressas em termos literários, sem, no entanto, o fazer com frequência, ele próprio.

Uma formulação de Schlözer é significativa da tendência predominantemente estruturalista e sincrônica da estatística alemã: “a estatística é a história imóvel, a história é a estatística em marcha” (DESROSIÈRES, apud SCHWARTZMAN, 1996, p. 38).

A estatística, na tradição alemã, tinha a ambição de conhecer e sintetizar toda a sociedade humana mediante o esquadramento de todos os seus traços constitutivos (aspectos sobre saúde ou questões espaciais, geográficos, entre outros). Tinha, ainda, a dimensão espacial e/ou territorial como fundamental e os produtos dessa abordagem eram fortemente empíricos, pouco explicativos e, muitas vezes, de natureza literária. (BRASIL, 2009). Assim, desenvolveram-se princípios da organização dos conhecimentos, das nomenclaturas, dos instrumentos de comparação de dados, tais como: quadros cruzados de critérios de avaliação de estados ou regiões (MARTIN, 2001).

No tocante às nomenclaturas, tem-se que esse desenvolvimento metodológico implicou num quadro classificatório amplo, organizado sob o ponto de vista “estatal”

e baseado nas quatro “causas” da lógica aristotélica, pelas quais há uma subdivisão de objetivos da produção de informações.

A primeira delas seria guiada por um enfoque “material”, no qual o Estado preocupa-se em descrever o território e a sua população como elementos que lhes dão substância.

A segunda causa seria de natureza “formal”, cuja preocupação se dá com o conjunto normativo de uma determinada sociedade, ou seja, com sua legislação e constituição.

Sob o enfoque da terceira causa estaria o aspecto “finalístico” da ação do Estado como, por exemplo, questões militares, de segurança e justiça e de tributação.

Por fim, a quarta causa lógica que move a atuação do Estado seria a dimensão de “eficiência”, na medida em que o foco da produção de dados seria sobre como monitorar a forma através da qual o Estado administra seus recursos disponíveis nas várias esferas de poder e de governo.

Dessa forma, essas quatro causas funcionariam como elos entre, de um lado, a construção de equivalências necessárias à soma de unidades como uma operação aritmética e, de outro, a coalizão de forças numa força superior.

Em ambos os processos, revela-se central a existência de elementos “portavozes” que ajudem a traduzir os sentidos assumidos pelos dados estatísticos e suas classes de equivalência (DESROSIÈRES, 1998).

Significa dizer, assim, que a existência de um quadro classificatório permitiu que a matriz alemã da estatística construísse modelos de tradução e compatibilização das inúmeras maneiras de atuação dos estados e cidades que compunham o império alemão. Dessa forma, era necessário discutir como um fenômeno social seria chamado em cada um dos locais e, ainda, como seria contado e agregado.

Nesse diapasão, os parâmetros

de classificação e comparação foram fundamentais à discussão alemã; nas palavras de Desrosières, “esses cálculos eram apresentados como métodos práticos para solucionar problemas concretos” (1998, p. 24).

Eles se originam da preocupação com o modo através do qual o soberano irá classificar e gerir a economia e cuidará dos conteúdos políticos que movem a produção do saber do soberano, nos quais as estatísticas assumem papéis proeminentes na operação dos discursos de poder.

Para Lima (2001):

Tal preocupação será trazida ao primeiro plano e vai revelar que, mais do que isentos, os números e as formas como eles estão organizados respondem às dinâmicas das disputas de poder em torno das regras sobre como e sobre quem governa: eles são instrumentos de construção de discursos de verdade que almejam a objetividade e a legitimidade enquanto pressupostos; são resultados de múltiplos processos sociais de contagem, medição e interpretação de fatos e, portanto, dependem da circulação do poder para se reproduzirem. (p. 27).

Assim, a análise sociológica das estatísticas exige que interpretações, significados e segredos sejam assumidos como elementos de compreensão da produção e utilização de dados estatísticos.

Em termos históricos, em 1756, a Alemanha e a Inglaterra criaram o primeiro organismo oficial de estatística, posteriormente, na França, em 1784, Necker propôs a criação de um Bureau Central de Pesquisa e Ensino, que, por sua vez, tinha atribuições bem definidas e era “encarregado de recolher todas as informações de ordem econômica, social e demográfica”. (1784, p. 23)

Um pouco antes de 1800, François de Neufchâteau lançou as premissas de um serviço desenvolvido de estatística (sobretudo com a criação de uma cadeira de estatística no Collège de France).

Em 1800, Lucien Bonaparte criou o Bureau de Statistique, ligado ao Ministério

do Interior (MARTIN, 2001), assim, pouco a pouco, o público foi associado e informado: desde então as estatísticas não constituem mais um “espelho” para o príncipe e seus administradores, mas um espelho da nação para a nação, ou um “espelho da sociedade para a sociedade” (MARTIN, 2001, p. 24).

Condensando todo o entendimento já apresentado, Cretella Júnior (1985) já salientava o seguinte:

A atividade da polícia administrativa é multiforme, imprevisível, não podendo estar limitada em todos os setores em que deve desdobrar-se. Sendo infinitos os recursos de que lança mão o gênero humano, a polícia precisa intervir sem restrições, no momento oportuno, pois que sua ação é indefinida como a própria vida, não sendo possível aprisioná-la em fórmulas, motivo por que certa flexibilidade ou a livre escolha dos meios é inseparável da polícia. (p. 06)

E acrescenta que:

No conceito de polícia administrativa, está presente a noção de ordem pública, não a de infração. Tem por finalidade a polícia administrativa a manutenção da ordem pública, independentemente da repressão das infrações. (CRETELLA JÚNIOR, 1985, p. 06)

As estatísticas na perspectiva de Foucault

Em uma publicação editada por Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller, intitulada *The Foucault Effect, Studies in Governmentality*, o filósofo Ian Hacking escreve um capítulo sobre como é possível fazer a história das estatísticas a partir da perspectiva de Foucault.

Em seu estudo, Hacking nota que, para Foucault, as estatísticas são parte dos

mecanismos e da tecnologia de poder do Estado Moderno, nascido no século XIX em substituição ao modelo familiar de governo, e são utilizadas no processo de controle da população. (LIMA, 2001).

Significa dizer que a síntese das tradições alemã e inglesa de produção de estatísticas ocorre simultaneamente à transformação/consolidação do modelo de Estado e é amalgamada pela procura da “governamentalidade”, das táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal (HACKING,1992).

Esse novo modelo de Estado transforma a população em um fim, e, em um instrumento de governo, pois há uma preocupação em “geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe”; há preocupação com dispositivos de vigilância e disciplina da população.

Novos campos do saber são, então, estruturados para responder às demandas postas. Não por acaso, Martin (2001) afirma que as estatísticas criminais tenham, no século XIX, permitido, senão contribuído, para o nascimento da sociologia criminal e da criminologia na Europa – por certo, como veremos, não no Brasil, onde a criminologia foi “colonizada” pelo positivismo jurídico.

Já em Vigiar e Punir, Foucault, dá a indicação que o século XIX elegeu a delinquência como uma das engrenagens do poder, correspondendo a uma mutação radical na produção discursiva sobre criminalidade e uma nova mecânica do poder, que não diz mais respeito exclusivamente à lei e à repressão, mas que dispõe de uma riqueza estratégica na medida em que investe sobre o corpo humano, não para supliciá-lo, mas para adestrá-lo; para lhe explorar o máximo de suas potencialidades, tornando-o politicamente dócil e economicamente produtivo.

Mais, uma mecânica do poder – disciplinar – que reclama registro contínuo de conhecimento, ou seja, tudo o que esteja

às suas voltas é exercido pelo poder e produz saber.

Trata-se, portanto, de uma forma de poder que se opõe ao modelo da soberania:

[...] em vez de orientar a pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico-político da soberania, para o âmbito dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, das formas de sujeição, dos usos e das conexões dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber. (FOUCAULT, 2000, p. 40).

As estatísticas constituíram-se em ferramentas de esquadrinhamento e monitoramento das regularidades da população, colaborando no desbloqueio da arte de governar, senão vejamos:

[...] se a estatística tinha, até então, funcionado no interior do quadro administrativo da soberania, ela vai revelar pouco a pouco que a população tem uma regularidade própria: número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, etc.; a estatística revela também que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irreduzíveis aos da família: as grandes epidemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza; revela finalmente que através de seus deslocamentos, de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos.

Ao permitir a quantificação dos fenômenos próprios à população, revela-se uma especificidade irreduzível ao pequeno quadro familiar, qual seja a família como modelo de governo vai desaparecer.

Em contrapartida, o que se constitui nesse momento é a família como elemento no interior da população e como instrumento fundamental. (FOUCAULT, 1992, p. 288).

Se o olhar está no poder, deve-se, então, considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social e que depende do acúmulo de saber mediante métodos de

observação e vigilância, procedimentos de pesquisa, aparelhos de verificação (ADORNO, 1991).

Significa dizer que, se as estatísticas são um dos mecanismos utilizados na vigilância da população e vale considerar que a lógica de sua produção responderia à incorporação deste tipo de ferramenta entre as estratégias para controlar as ações do Estado.

As estatísticas deveriam, portanto, assumir papel de relevância nas estratégias de controle social. Assim, é de se considerar, a perspectiva foucaultiana de abordagem das estatísticas em que se está falando da possibilidade de uma taxionomia e do uso e da interpretação que dela é feita.

Para Foucault, a palavra-chave desse processo é “interpretação”, constituindo-se no elemento central do “saber”, que, por sua vez, está no cerne do seu pensamento. Nesse diapasão o próprio Foucault (2000) nos elucida que “o que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, mas, interpretar”. (p. 55).

O autor retrabalha, no plano microssociológico, questões clássicas do pensamento weberiano ao explorar os processos de racionalização, profissionalização e burocratização no desenvolvimento e funcionamento do modelo de justiça criminal e, por conseguinte, explorar o impacto dessas forças sobre o mundo social e as relações humanas (GARLAND, 1990).

Todavia, ao contrário de Weber, ele concebe o poder como oposto à soberania e dá destaque para os dispositivos de saber e para os usos e conexões dos sistemas locais de dominação (FOUCAULT, 2000).

Algumas referências históricas no Brasil

As primeiras referências e utilizações sistemáticas de estatísticas criminais identificadas no Brasil remontam ao ano de 1870; correspondendo ao período

de burocratização, especialização e institucionalização do controle social, já fortemente influenciado pelos ideais liberais e pelo universo do direito (ADORNO, 1988).

Naquele período, foi promulgada a Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871 (regulamentada pelos Decretos 4.824, de 22 de novembro do mesmo ano, e 7.001, de 17 de agosto de 1878), que reformou a legislação existente até então e criou as figuras dos chefes de polícia, delegados, subdelegados e lhes atribuiu funções judiciárias, inclusive, a de formar a culpa e pronunciar em todos os crimes comuns, separando a polícia do judiciário e estabelecendo regras para a prisão preventiva, extensão da defesa no sumário da culpa, do habeas corpus e, em especial, criando a figura do Inquérito Policial.

A regulamentação dessa lei, no que diz respeito especificamente às estatísticas, foi feita através do Decreto nº 7.001, de 17 de agosto de 1878, e precisou de 83 páginas para detalhar todas as possibilidades de variáveis e cruzamentos necessários ao atendimento da demanda do governo imperial.

Referido decreto faz distinção entre estatísticas policiais e judiciais e, dentro dessas últimas, caracteriza as estatísticas como criminal, civil, comercial e penitenciária.

Entre os informantes indicados para fazer cumprir essa legislação, destacam-se os chefes de polícia da Corte e das Províncias, que teriam a incumbência de preparar os mapas gerais de estatística policial e encaminhá-los aos secretários de justiça e Presidentes de Província que, posteriormente, deveriam, juntos, enviá-los, até dezembro de cada ano, ao governo Imperial.

Isso fica explícito no artigo 25, do Decreto nº 7.001, que determina que “os mapas gerais serão acompanhados de um relatório especial em que os chefes de polícia, os presidentes de províncias e o diretor geral da Secretaria de Justiça, comparando e apreciando as cifras constantes dos mesmos mapas, farão as considerações que julgarem convenientes

sobre o estado moral da população e a administração da justiça”.

Nesse aspecto, os dados apresentados por Fausto (2001), confirmam a constatação de que, em especial, os chefes de polícia estavam preocupados em fornecer informações de gestão e, o mais importante, prestar conta de procedimentos e ações até então empreendidas e que tinham no controle social o seu objetivo maior.

Os decretos do Império revelam que o legislador, talvez, influenciado pelo ideário do Estado Iluminista, dominado pela intenção planificadora e providencialista (HESPANHA, 1995), chegou a especificar 59 modelos diferentes de formulários de coleta de dados e a regulação dos prazos de apuração e retificação das informações, ou seja, para cada situação, havia uma orientação específica.

Existiam modelos para a apuração de crimes, hipotecas e transações comerciais diversas. Assim, ao que tudo indica, o Decreto nº 7.001 constitui parâmetro de todas as estatísticas policiais, criminais e penitenciárias produzidas no Brasil a partir de então, ou seja, estabeleceu o que contar e como contar, entre outras coisas.

Sua leitura indica, entretanto, uma preocupação com o monitoramento estrutural do volume e movimento do crime e da criminalidade.

Infortunadamente, o acompanhamento conjuntural não estava imediatamente contemplado entre as preocupações nele presentes e, por conseguinte, aumentava, mesmo que indiretamente, o poder dos chefes de polícia e dos demais operadores da justiça, deixando-os livres para selecionarem os casos que seriam classificados nas grandes categorias das estatísticas.

Cifras negras e definições do crime

Derivado dessas preocupações, um novo conceito é desenvolvido e vai colaborar

no desenho institucional das agências produtoras de estatísticas. Trata-se do conceito de “cifras negras” que podem ser explicadas pelo fato de que somente uma parcela das vítimas comunica, aos distritos policiais, as ofensas criminais sofridas. Assim, pela falta de comunicação de fatos delituosos às autoridades competentes se estabelecem as “cifras negras”, ou seja, “os casos que as forças de segurança pública não tomaram conhecimento”.

Assim, a mudança no comportamento das pessoas, através da conscientização, poderia alterar os dados oficiais divulgados em relação à criminalidade, pois, se todos os fatos delituosos chegassem ao conhecimento das autoridades e fossem devidamente registrados, estaríamos mais próximos da “realidade”.

Entretanto, “a despeito de todos os problemas indicados, as séries estatísticas oficiais indicam a tendência da criminalidade, sobretudo quando cobrem um período relativamente longo e, mesmo não correspondendo ao total de crimes cometidos, conseguem detectar a evolução e os movimentos dos crimes durante determinado período” (LIMA, 2002, p. 15-16).

O mais próximo do ideal seria que, além da incidência de crimes nos registros, fosse mensurado aquilo que chegava ao conhecimento oficial do Estado e, ainda, as percepções que os indivíduos tinham sobre crimes e criminosos.

Essa demanda acentuou a necessidade de constituição de “centros de cálculo”, na medida em que exigia a associação de sofisticadas técnicas de tratamento estatístico de registros administrativos em conjunto com a produção de dados primários por meio de “surveys”, questionários de pesquisa de opinião.

Nesse contexto, há a necessidade de pessoal especializado, afinal, sem os especialistas, um volume considerável de dados não se transformava em informações e

conhecimento úteis à ação do Estado na área de justiça e segurança.

Essa “hiperespecialização” contribui, dessa forma, para deslocar o tema das estatísticas criminais do âmbito exclusivo dos operadores do sistema de justiça criminal – esse não foi, totalmente, o caso do Brasil.

A segunda questão final diz respeito, exatamente, à limitação do método de pesquisa de vitimização acima exposta e que fala sobre a definição para crimes e criminosos que, até, merecerá o “status” de ciência – a criminologia – ao, no espírito positivista, estudar “a etiologia do comportamento criminoso e prever a dinâmica do crime e dos indivíduos que os cometem em função de leis causais” (VAZ, 1998, p. 32).

Os primeiros estudos sobre crime, entendido como um objeto específico, o focam como problema de legitimidade e justiça e serão produzidos pelos juristas, que avocarão o saber e a competência para lidar com suas causas e efeitos. É em torno do universo jurídico que o crime ganhará significado e passará a informar o conteúdo das estatísticas criminais.

No entanto, o que é crime não é um consenso entre tais profissionais e o embate de várias visões de mundo influenciará a adoção de uma ou de outra corrente jurídica. Nesse processo, a produção de estatísticas criminais tem de reconhecer que as categorias e classificações são socialmente construídas em cada localidade. Em outras palavras, a definição do que é crime e de quem seriam os criminosos é, usualmente, determinada pelas leis.

Todavia, quem poderá considerar fatos e indivíduos enquanto tais é uma discussão à parte. Significa dizer, assim, que em alguns lugares e momentos históricos, crimes e criminosos são atribuições do Poder Judiciário e, em outros locais e momentos, da polícia.

Numa terceira via, ainda, é no âmbito prisional que elas serão pensadas. A história da produção de estatísticas criminais no

mundo e no Brasil revela, por conseguinte, que muitos foram os que optaram por coletar dados no âmbito do Poder Judiciário, que seria o único órgão de Estado com legitimidade para considerar um fato como crime. Os defensores dessa proposta alegam que se coletassem os dados em outros órgãos, como as polícias, fatos e indivíduos que posteriormente seriam desconsiderados ou inocentados, estariam sendo contados e isso seria equivocado.

Ao contrário, outro grupo via que dados criminais poderiam ser coletados também no âmbito policial, pois seriam de mais fácil acesso e temporalmente mais atuais, entretanto, será a partir do universo prisional que tais estatísticas terão o seu impulso maior e começarão a ser vistas como elementos de “governamentalidade”.

Em termos históricos, a ênfase ora na polícia ora no judiciário como fontes de estatísticas criminais tende a revelar maior ou menor capacidade de usos e de publicização das informações existentes. E é, exatamente, dessas brechas que práticas aparentemente isoladas podem ganhar relevância e nos ajudar a compreender o sentido do controle social contemporâneo.

Balanço das experiências estrangeiras em termos de estatística

Se as estatísticas criminais foram definidas como sendo produtos do século XIX, como afirma Morrison apud Brasil (2009), elas, no século XX, continuaram centrais nas disputas pelo domínio e controle dos elos de articulação de ações de pacificação social; de discursos de verdades que lutam pela prerrogativa de guiar as políticas públicas.

Os vários modelos estrangeiros analisados indicam que existe uma tensão permanente entre gestão e formas de “accountability” e as estatísticas funcionariam como chave interpretativa entre essas duas

dimensões, sendo vistas como elementos centrais dos sistemas de informação das sociedades democráticas (United Nation, 2001).

Várias são as possibilidades de organização, mas o consenso histórico parece ser o de que as estatísticas servem melhor aos propósitos de governamentalidade quando integrantes de sistemas integrados de informação, que contemplam análises de registros administrativos e pesquisas de survey (vitimização, entre outras). Isso chega a ponto de que organismos multilaterais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e organizações civis elaborarem planos para o desenvolvimento de sistemas de estatísticas da justiça criminal.

Muitas das experiências tratadas indicaram, ainda, que o pacto federativo é determinante para a configuração de modelos mais ou menos integrados de dados.

A ONU publica, desde 1980, anualmente, um manual para desenvolvimento de tais sistemas e cuida de expor as várias arquiteturas possíveis para a organização de estatísticas – de agências independentes de produção a centros ligados às agências policiais e judiciais, passando por aspectos de linguagem, padronização de classificações e treinamento de pessoal (United Nations, 2001).

Fora isso, as Nações Unidas possuem uma Divisão de Estatísticas, ligada ao seu Conselho Econômico e Social, que fez aprovar, em 1993, princípios fundamentais para a produção de estatísticas oficiais em seus Estados membros, bem como orientações para as suas aplicações (United Nations, 2004). Já o Vera Institute of Justice, organização civil dedicada a discutir questões ligadas à segurança e à justiça, produziu, com suporte financeiro do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, um guia para a construção de indicadores de performance na área de justiça que consigam medir o progresso de ações de

segurança e justiça.

Nesse guia, as estatísticas criminais produzidas pelas agências oficiais têm função-chave e demonstram a crença na capacidade da informação, enquanto estoque de conhecimento e capital social, pode ser útil à democratização das instituições de justiça (Vera Institute, 2003).

Ainda no campo dos requisitos democráticos, outro fator de destaque é o que se pôde avaliar que países com maior tradição de acompanhamentos estatísticos de crimes e criminosos têm, nos seus Parlamentos, um espaço permanente para a apresentação e a discussão dos dados produzidos. A obrigatoriedade de apresentação de balanços e prestações de contas parece mudar a relação das instituições com as estatísticas e sua produção passa a ser alvo de atenção e poder. Esse movimento indica a força da dicotomia entre público e privado, entre controle público da ação estatal.

O USO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RESULTADOS ALCANÇADOS: O CONTROLE CIENTÍFICO DA POLÍCIA

A avaliação de resultados é inimiga da rotina e da indiferença, assim, quando se pensa na formulação de um coerente sistema de avaliação de desempenho policial e de gestão pública policial, algumas questões devem permear a cabeça de pesquisadores e gerentes policiais, sob pena de comprometer o próprio modelo que se quer introduzir e de incentivar resultados contrários ao que se objetiva a priori. (DURANTE; ZAVATARO, 2007).

Nessa esteira, algumas questões centrais devem estar presentes: O que se quer avaliar? Como avaliar? Quais os benefícios que isso trará? Quem irá avaliar?

Atualmente, pode-se inferir que as organizações modernas, sobretudo com advento de instrumentos de informatização, já possuem condições de avaliar objetivamente suas ações, desde que, é claro, tenham de antemão uma boa metodologia de coleta e de análise de dados.

Entretanto, restam inúmeras dúvidas a respeito do que se quer avaliar em termos das ações e da gestão das organizações policiais, posto que sua missão e seu produto final sejam objetos de controvérsias, tanto por pesquisadores quanto por policiais que se debruçam no estudo das polícias. Dependendo de uma ou outra posição, ter-se-ão sistemas diferentes de avaliação e, pior, capazes de levar a efeitos contraproducentes. Por este motivo, um sistema de avaliação policial deve ser construído tendo por base os inúmeros fatores que permeiam as instituições policiais, os limites da avaliação e os riscos inerentes à formulação de indicadores impróprios e mal construídos, bem como deve ser conduzido pela discussão de inúmeros atores, buscando a adesão da necessidade premente de um modelo de gestão eficiente, efetivo e eficaz, inclusive contando com a participação e com a contribuição dos mais diversos níveis hierárquicos das instituições policiais, ou seja, não imposto de cima para baixo. (DURANTE; ZAVATARO, 2007).

A definição do que se quer avaliar está relacionada diretamente à definição da missão institucional da polícia e, neste aspecto, não há consenso sobre qual seja a verdadeira missão das polícias. Páginas e mais páginas estão sendo preenchidas a esse respeito, sem que, no entanto, esta discussão esteja perto de seu termo.

Nessa seara, se pode inferir dos trabalhos mencionados duas grandes linhas referentes aos debates acerca da missão das polícias. A primeira caracteriza o trabalho policial a partir do seu aspecto coercitivo, como instituição encarregada de aplicar a lei, podendo utilizar, dentro de certos limites, a

força física e o constrangimento, caso sejam necessários para o cumprimento de seu dever. Outro aspecto desta mesma face intelectual diz respeito à crença de que a missão fundamental da polícia é a luta contra o crime.

Para a segunda linha de pensamento, o trabalho policial, marcado principalmente por um grande poder discricionário, ultrapassa os aspectos meramente repressivos da atividade, abarcando uma série de atividades que os policiais desenvolvem em campo e de caráter muitas vezes preventivo e assistencialista, aspectos que não podem ser descartados ou negligenciados quando da análise da função multifacetada das polícias nas sociedades modernas.

Assim cabe questionar: qual é a missão da polícia? Se o que se objetiva é avaliar a organização, buscando-se indicadores pertinentes, não se pode resumir a análise em algo que seria a essência do serviço policial, mas sim, deve-se construir um sistema coerente de avaliação que abranja as diversas atividades desenvolvidas pelas instituições policiais, de modo a aperfeiçoar a gama de atividades que desenvolve rotineiramente, possibilitando assim o monitoramento e a reavaliação das suas ações. Diretamente ligada à questão da missão da polícia, encontra-se a delicada questão dos meios para o cumprimento de seus objetivos. (DURANTE; ZAVATARO, 2007).

Nesse aspecto, fica evidente que em um Estado Democrático de Direito, a polícia – e toda a Administração Pública – deve se basear no princípio da legalidade e no respeito aos direitos humanos consagrados constitucionalmente. Desse modo, não se pode, por exemplo, preconizar o desrespeito às leis em nome do combate à criminalidade.

A missão policial deve, a todo o momento, estar revestida da licitude e da proporcionalidade dos meios e fins, exigindo, com isso, que uma das dimensões de avaliação das organizações abarque indicadores de uso da força e de letalidade das polícias.

Não apenas a missão da polícia se

revela controversa e sem um consenso por parte de pesquisadores e de policiais, mas também a discussão em torno dos objetivos das ações das polícias. Qual é, neste sentido, o resultado das ações das polícias? Reduzir crime, esclarecer crimes, promover segurança pública, promover assistência, promover satisfação das vítimas de crimes? E o que é satisfação? É possível exigir isso da polícia? No mais, o tempo de resposta às chamadas solicitadas pode ser considerado medida de satisfação do público ou é apenas o processo da ação e não o produto? Qual seria o impacto das estratégias de resolução de problemas e de policiamento comunitário, em contraposição às estratégias tradicionais? E quais seriam os indicadores para cada estratégia? Como podemos ver, dúvidas e mais dúvidas restam no que concerne ao trabalho das polícias. Por esta razão a literatura é uníssona em se adotar o termo “impacto” das ações, pois embora seus objetivos e resultados atendidos possam estar definidos, somente um sistema de avaliação pertinente pode mensurar o impacto das ações empreendidas.

Mais do que se ater a indicadores tradicionais, que são fáceis de medir, o que se busca com um modelo apropriado é a avaliação do desempenho e a busca por estratégias capazes de oferecer um melhor serviço policial. (ZAVATARO, ca. 2008).

No entendimento de Zavataro (ca. 2008):

Resta, assim, a curiosidade de se analisar quais as melhores estratégias de policiamento em termos de incidência criminal e medo do crime. Evidências sugerem que o policiamento voltado para a comunidade, o policiamento de resolução de problemas e a participação política de grupos comunitários nos assuntos atinentes à segurança pública podem contribuir para a melhoria do serviço prestado pelas polícias e, neste caso, indicadores de encontros com a polícia, qualidade do serviço prestado, atitude da mídia em relação à polícia, entre outros, devem permear o espectro de um modelo de avaliação.

Acerca desse viés policial é pertinente destacar que:

é completamente errôneo atribuir exclusivamente às Polícias Militares ou às demais forças de segurança pública (polícias) as mazelas atuais vividas pela segurança pública, afinal, conforme assevera o texto constitucional, a segurança é uma “responsabilidade de todos”. (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018, p. 94).

Outra dificuldade diz respeito ao que se entende por satisfação com o trabalho policial. Satisfação é ela própria, o produto que se espera do trabalho da polícia ou, ao contrário, o que se espera é a resolução da situação e do problema demandado? O que importa é o resultado ou o meio utilizado para o atingimento do resultado?

Destaque-se que o interesse na medição da satisfação com o trabalho exercido é significativo, pois denota a boa ou má imagem que a instituição vai ter por aqueles que buscam o seu serviço.

No campo policial tal aspecto é ainda um grande desafio, principalmente em relação a determinadas parcelas sociais, razão pela qual deve ser percebido como um indicador de resultado, embora não o único.

Outra ordem de dificuldades diz respeito à construção de indicadores pertinentes de avaliação. Assim, se o que se quer é avaliar atividade ao invés do resultado ou este ao invés daquela, diferentes medidas serão adotadas em uma ou outra dimensão. O mais adequado é conjugar indicadores de processo e indicadores de produto ou, apropriando-se da terminologia da ciência política, inputs e outputs.

Como assinala Cano (s.d., p. 08) ao tratar sobre o tema:

[...] cualquier evaluación de impacto de una institución debe contemplar, prioritariamente, los resultados finales obtenidos, y no simplemente los esfuerzos desarrollados para conseguirlos; de qué serviría tener más agentes patrullando en la calle si, al final, esto no

consigue disminuir la inseguridad reinante. Así, las actividades médo deberían ser consideradas sólo en la medida en que consiguiesen sus objetivos. Vistas las cosas de esta forma, ¿no sería más simple medir los resultados y olvidarse de los medios?

Outro ponto importante a ser destacado é não deixar que o sistema de indicadores de desempenho ganhe a reputação de um processo extremamente burocrático e de cunho meramente punitivo. Espera-se que um modelo de avaliação policial sirva como incentivo à mudança cultural no âmbito das organizações policiais, principalmente nos quesitos atinentes à prestação de contas, à accountability, à transparência, à gestão e aos resultados das ações públicas. Deve-se construir um sistema que obtenha a legitimidade por parte de todos os níveis policiais, principalmente por parte das lideranças, e que seja visto, não como um instrumento de punição, mas como um instrumento de promoção dos bons policiais. (DURANTE; ZAVATARO, 2007).

Cabe fazermos uma breve abordagem dos instrumentos comumente utilizados para efetivação das avaliações de desempenho policial. O aconselhável, para quem quer desenvolver um sistema confiável de avaliação policial, é conjugar quantos instrumentos forem necessários para qualificar as avaliações efetivadas.

Nesta esteira Durante e Zavataro (2007) apresentam algumas características dos instrumentos utilizados em avaliações de desempenho, senão vejamos:

Dados administrativos produzidos pelas próprias organizações policiais: tais dados podem aferir medidas como taxas de crimes registrados, taxas de esclarecimento e elucidação de crimes, taxas de morte, ferimentos e danos em vias públicas, aumento e diminuição de denúncias contra policiais, aumento e diminuição da violência e letalidade policial, uso apropriado de recursos públicos nas operações e atividades da

polícia, entre outros.

• Pesquisas de vitimização: destas pesquisas é possível extrair um conjunto de indicadores de avaliação, tais como taxas de vitimização, registros de mudança dos níveis de medo do crime e sensação de segurança pessoal, registros de mudança nas estratégias de autodefesa por parte dos indivíduos, aumento ou diminuição da utilização de parques ou espaços públicos, satisfação e grau de confiança com o serviço da polícia, taxas de subnotificação de violência e corrupção policial, entre outros.

• Dados econômicos: tendo em vista que a vitimização refletem em muito a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico de determinadas áreas, é possível extrair dos dados econômicos uma aproximação em termos das respostas ao problema da violência por parte das organizações policiais. Assim, entre alguns exemplos, os dados de valorização e desvalorização de imóveis em determinadas regiões e dados de aceleração e desaceleração de economias locais.

• Surveys Focais: a grande vantagem dos surveys focais é não serem tão caros quanto às pesquisas de vitimização. Como exemplos de surveys focais, temos entrevistas realizadas com funcionários hospitalares, representantes de ONGs e de associações comerciais, representantes comunitários, dentre outros.

• Sistemas de despachos de ocorrências policiais: embora façam parte dos dados administrativos, devem ser considerados à parte pela sua importância enquanto fonte de indicadores de avaliação. Por meio das informações advindas das demandas do número 190 (Brasil) ou 911 (EUA), é perfeitamente cabível buscar fontes como o tempo de atendimento, natureza das solicitações, o que as pessoas esperam da polícia, entre

outros indicadores. (p. 86)

Buscando trazer subsídios práticos para a nossa discussão, terminaremos esta seção fazendo a descrição de um sistema de indicadores de desempenho, denominado Controle Científico da Polícia, utilizado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) nestes últimos 10 anos. Constitui um bom exemplo do progresso alcançado na evolução da gestão dos órgãos de segurança pública no Brasil, conforme quadro abaixo, senão vejamos¹:

Dimensão	Indicadores
Pessoal	01. Absenteísmo

1 DURANTE, M. O.; ZAVATARO, B. p. 86.

Inteligência/Informações	02. Policiamento Velado
Planejamento das Operações	03. Emprego do Policiamento a Pé em Áreas Comerciais
	04. Atendimento Comunitário
	05. Relacionamento Comunitário
	06. PROERD
	07. Eficiência das Patrulhas de Prevenção Ativa
Apoio Logístico	08. Emprego de Viaturas
	09. Indisponibilidade de Viaturas
Comunicação	10. Opinião Pública (Jornalismo Comparado)
Estatística e Geoprocessamento	11. Desempenho Operacional da Unidade Policial com Responsabilidade Territorial
	12. Desempenho Operacional de Unidade Tático Móvel
Estratégias e Pesquisas	13. Capacidade Técnica
	14. Capacidade Tática
	15. Qualidade do Atendimento
	16. Indicador da Eficiência em Controle Científico da Polícia.

Fonte: PMRR, ano 2007.

Como já destacado anteriormente, observa-se que os parâmetros utilizados pela PMMG para avaliação ainda carecem de uma efetiva abertura e de um espaço de discussão com a sociedade para a definição do papel e da missão da polícia.

Por meio dessa metodologia, o desempenho das Unidades Operacionais da Polícia Militar de Minas Gerais, do Comando da Capital, é avaliado em função de sete dimensões: pessoal, inteligência/informações, planejamento das operações, apoio logístico, comunicação organizacional, estatística/geoprocessamento e estratégias/pesquisas.

Ressalte-se que é um processo de avaliação que prioriza a criação de resultados coletivos, ou seja, o bom ou o mal comportamento de um profissional da unidade

operacional traz resultados para todos os profissionais da mesma unidade operacional, fazendo com que cada profissional passe a monitorar não apenas o seu comportamento, mas também o comportamento dos membros da sua equipe de trabalho.

Referido processo envolve continuamente, tanto a sistematização de informações administrativas das unidades operacionais, quanto a coleta de informações junto à mídia e a própria população que procurou à polícia (clientes do serviço prestado).

O GEOPROCESSAMENTO AUXILIANDO A SEGURANÇA PÚBLICA NO MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE

As geotecnologias têm ocupado, nas últimas décadas, um importante espaço entre as ferramentas computacionais no tratamento de informações em que a localização geográfica é um importante atributo.

Atualmente, a capacidade de coletar, interpretar e gerar informação de forma eficiente e eficaz é um dos requisitos mais importantes para o crescimento e organização da sociedade, pois num mundo cada vez mais capitalista, em que a agilidade e a consistência da gestão pública e ou privada é fator decisivo e de grande importância nas tomadas de decisões. Assim, diversos órgãos e instituições públicas e privadas têm encontrado no geoprocessamento respostas para diversos problemas, que antes era impossível devido a grande demanda de dados para um tempo cada vez mais limitado.

Para além, necessitam manter os recursos existentes e, ao mesmo tempo, agilizar os processos de gerenciamento, análise e distribuição de novos dados. Isso inclui desde os dados relacionados ao registro de imóveis e propriedades, como também dados provenientes de concessionárias de água e

esgoto, energia elétrica, gás e telecomunicação, proteção ambiental, planejamento agrícola, meteorologia, geomarketing até os relativos às áreas de saúde e segurança pública, todos incorporando tecnologia geoespacial, permitindo aos usuários executar procedimentos complexos assegurando o desenvolvimento e gerenciamento de toda a infraestrutura (SILVA, 2003).

O uso de tecnologia de análise espacial, combinada com dados socioeconômicos e ambientais, constitui uma poderosa alternativa para a instrumentalização de políticas públicas de combate à criminalidade urbana. Neste contexto, a apresentação de uma tecnologia integradora e sistemática de captura, armazenamento, consulta e análise de dados referentes à criminalidade urbana, é a finalidade principal desta ferramenta, abrindo um leque de visão para as autoridades policiais, demonstrando o uso do geoprocessamento como uma alternativa de alto valor para o tratamento de questões de segurança pública.

Geoprocessamento na segurança pública e mapeamento da criminalidade

A necessidade de possuir, atualizar e controlar a informação é fundamental em qualquer operação policial. Consequentemente, utilizar uma melhor tecnologia que atenda as demandas e os anseios da sociedade, produz aumento significativo da eficiência na segurança pública. A complexidade dos problemas sociais na atualidade nos conduz para uma ótica cada vez mais comprovada: não basta apenas aparelhar as operações policiais com armamentos, viaturas e efetivo sem que disponibilizem ferramentas que permitam a otimização, de forma global, dos recursos disponíveis.

De acordo com Vasiliev (1996) citado

por Harries (1999) “os crimes ocorrem – tudo ocorre – tanto no tempo quanto no espaço”. A utilização intensiva de tecnologias de informação espacial tem promovido uma verdadeira revolução silenciosa nas polícias de todo o mundo (REULAND, 1997).

As Geotecnologias vêm ocupando cada vez mais espaços nos Sistemas de Segurança Pública, uma vez que a informação espacial da violência é fator decisivo para o controle e combate a criminalidade urbana. Sistemas de informação têm servido para a detecção de padrões e regularidades de maneira a dar suporte a atividades de policiamento, bem como para prestar contas à comunidade sobre problemas relativos a segurança (BUSLIK; MALTZ, 1998).

O mapeamento exerce um importante papel no processo de investigação, análise e apresentação de dados sobre a violência, no entanto, suas múltiplas capacidades devem ser consideradas em todo o processo de aquisição de dados brutos à geração de informação consistente no âmbito tecnológico. Um mapa eficiente é o resultado de todo um processo em que relatórios policiais geoprocessados são introduzidos num banco de dados e finalmente transformados em símbolos passíveis de interpretação.

A representação visual facilita a definição de estratégias para focar ações nas áreas mais problemáticas. Nesse contexto, a geocodificação se torna fundamental para o mapeamento da criminalidade, uma vez que essa técnica é, na atualidade, a forma mais utilizada para introduzir dados sobre a violência em um SIG (Sistema Integrado de Geoprocessamento), afinal, os crimes ocorrem em determinado local e são registrados através de endereço ou alguma referência espacial.

Há tempo, o mapeamento e monitoramento da violência é parte integrante da análise criminalística. O mapeamento da criminalidade consistia em uma representação destacada dos crimes ocorridos em dada

região. Os mapas produzidos eram muito úteis para a “análise criminal”, por identificarem o local onde os crimes aconteciam, porém, suas limitações eram bastante significativas.

Os mapas produzidos até então, eram estáticos, ou seja, não havia possibilidades de uma análise investigativa de manipulação e monitoramento de contínuo dos dados, além da difícil leitura e armazenamento.

Nesse sentido, especialistas afirmam que para se confeccionar um único mapa, se podia ocupar áreas superiores a 200 metros quadrados o que, demandaria vários meses para a sua conclusão; sem contar com a atualização rotineira (HARRIES, 1999). Contudo, os mapas com destaques ainda são utilizados, pois, suas escalas permitirem uma boa visualização de toda uma jurisdição/circunscrição, além de representarem um baixo custo e a desnecessidade de emprego de pessoal com qualificação específica.

Hodiernamente, o mapeamento da criminalidade pode ser realizado por computação gráfica, utilizando-se ícones e símbolos para demonstração do local e do tipo de crime numa determinada área de atuação policial.

Nesse contexto e em termos locais, a Polícia Militar de Roraima (PMRR) faz utilização do sistema CLOPS CAD, que se trata de uma ferramenta tecnológica em que são registradas inúmeras informações relevantes, tais como: local da ocorrência (endereço, ponto de referência etc.), nome e telefone do solicitante, horário da chamada, horário de despacho da equipe (viatura), qual a equipe despachada (prefixo da viatura), tempo de início e de término da ocorrência atendida, qual a espécie de infração atendida e quais as providências adotadas, etcetera.

Assim, observa-se que a implementação da precitada ferramenta tecnológica é um avanço para a segurança pública roraimense, eis que, através dela há o fornecimento de estatísticas criminais, indo ao encontro dos ensinamentos apresentados anteriormente

por Lima (2001), Martin (2001) e Cretella Júnior (1985), contribuindo assim, para uma melhor aplicação dos recursos policiais visando o enfrentamento da criminalidade conforme assertivas de Durante e Zavataro (2007), Reuland (1997), Silva (2003) entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que mídia e opinião pública propagam, no Brasil, dados sobre crimes e, mais residualmente, sobre criminosos foram produzidos e são preocupações desde o Império, contudo, o modelo brasileiro não conseguiu superar a dimensão do registro de fatos criminais e, por conseguinte, não toma a produção de dados pelas instituições de segurança e justiça como passo inicial para a utilização de informações e, a partir daí, para o acúmulo de conhecimento sobre os fenômenos sociais derivados das situações e casos descritos.

O Brasil não conseguiu avançar na montagem de um ciclo de produção e utilização de estatísticas criminais; não conseguiu coordenar politicamente o ciclo das informações sobre justiça e segurança públicas.

Infelizmente, o uso de estatísticas ainda não é visto como uma prática incorporada na cultura organizacional das instituições de justiça criminal e de segurança pública.

Ainda permeiam nossos sistemas uma linguagem mais afeita à interpretação e adaptação do fato social à norma estabelecida, e, não ao emprego do policiamento na raiz do problema. O risco desse enfoque, tendo em vista o modelo fragmentado de organização da justiça criminal e da segurança pública do país, é que as iniciativas para a construção de centros de cálculo, centros de operações policiais, coordenação e sistemas de informações sejam reduzidas aos aspectos meramente tecnológicos envolvidos, ou seja, o conhecimento sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal é obnubilado pela

autonomização das formas jurídicas e de produção burocrática de dados e a produção de dados isolados de acompanhamentos estatísticos, cadastrais ou de inteligência torna-se suscetível a críticas e a se consumir nos debates metodológico e tecnológico, distanciando-se da prática cotidiana da atividade policial e judicial.

Como resultado, há um reforço do processo em que os fenômenos da desordem, da criminalidade e da violência são absorvidos por lógicas pouco democráticas de resolução de conflitos e, mais, acabam reduzidos a pautas de determinados grupos - em especial os ligados ao universo jurídico e policial -, retroalimentado por práticas fragmentadoras da ação do Estado.

Nessa esteira, outros grupos e segmentos sociais tentam aproximar-se do debate sobre o tema, no entanto, são repelidos ou desqualificados em razão da alegação de um pretense desconhecimento técnico da linguagem que organiza o funcionamento do sistema de justiça criminal brasileiro. Em suma, o problema da segurança pública e da justiça criminal é visto como predominantemente afeito ao universo jurídico e policial, cujas soluções devem ser pensadas preferencialmente pelos operadores jurídicos, que teriam a experiência do cotidiano para legitimar os seus atos.

Tal metodologia e forma de pensar afronta a sistemática constitucional, na medida em que o art. 144 da Magna Carta assevera que a segurança pública embora seja um dever do estado, é também direito e responsabilidade de todos.

O “controle social” não mais se encerra no domínio exclusivo dos aparelhos repressivos de Estado, deslocando, por conseguinte, o seu eixo de referência do poder político para o poder social, pelo qual estratégias de comunicação ganham espaço.

Não obstante algumas iniciativas locais que foram adotadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, no Brasil (Federação),

ainda não existe uma política de integração e coordenação de informações em justiça criminal e segurança pública e, disso, nasce uma questão, qual seja, a não existência de “Centros de Cálculo”, “Centros Integrados de Operações e Comunicações” que possuam a legitimidade para traduzir registros individuais em sínteses complexas e desenvolver métodos, técnicas e desenhos quantitativos que sejam aceitos como indicativos de estatísticas criminais objetivas e confiáveis.

Não se pode negar que há uma preocupação das autoridades, eis que recentemente foi criado o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), através da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Referido Sistema visa integrar as instituições de segurança pública através de uma unidade de registro de ocorrência policial, além de procedimentos de apuração e o uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos.

Anteriormente ao SUSP tem-se que tanto os órgãos internos quanto as agências externas das instituições de justiça criminal não lograram legitimidade para se consolidarem como tais “centros”, na medida em que, de um lado, reproduziram os fetiches sobre os dilemas de produção de informações e, por outro, enfrentam o fato de “centros policiais” serem recursos de poder e que, portanto, sua existência poderia significar um *locus* privilegiado para uma eventual coordenação de tempos e de conteúdos de oferta e demanda de informações estatísticas e, conseqüentemente, um mecanismo de accountability das políticas públicas na área.

Em síntese, as estatísticas criminais brasileiras revelam que dados existem e fazem parte da história do sistema de justiça criminal do país, mas que eles não se transformam, mesmo após a redemocratização, em informações e, principalmente, em conhecimento aplicável à prevenção da criminalidade.

A realidade roraimense vem sendo

modificada, no sentido de que atualmente os dados obtidos em ocorrências atendidas pela Polícia Militar já possuem tabulação estatística, o que, por sua vez, facilita o emprego dos recursos policiais de forma mais eficiente e eficaz.

De forma geral, pode-se afirmar que uma melhora significativa na Segurança Pública somente ocorrerá com a coordenação das várias iniciativas e com a articulação dos dados em sistemas de informação que contemplem tanto os produtores quanto os usuários de estatísticas criminais em amplitude Global/Nacional, ou seja, tenham na transparência e na integração os pressupostos políticos que podem transformar as práticas cotidianas e o simulacro tecnológico do “Efeito Globalização” em políticas públicas efetivas de pacificação social.

Acrescentando que os sistemas de informação, nas polícias que têm implantado o SIG, têm servido para a detecção de padrões e regularidades de maneira a dar suporte a atividades de policiamento, bem como para prestar contas à comunidade sobre problemas relativos à segurança e de acordo com os resultados apresentados, conclui-se que a compreensão da dinâmica espacial das ocorrências criminais torna-se mais evidente à medida que as informações disponíveis são sistematizadas considerando de forma inter-relacional as variáveis envolvidas.

Ressalta-se a importância da organização e sistematização das informações disponíveis, uma vez que para a obtenção de resultados satisfatórios sobre a análise criminal com Geoprocessamento, as informações devem conter, além da qualificação do evento, o atributo de localização de forma mais detalhada possível.

Assim, o Geoprocessamento apresenta-se como uma ferramenta poderosa para a gestão e análise da criminalidade urbana, proporcionando que a implementação de políticas de segurança pública tenha uma atuação mais eficiente e eficaz, direcionadas

de forma exata e não intuitiva, obtendo resultados significativos na tomada de decisão, garantindo uma melhor otimização das operações policiais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Cidadania e administração da justiça criminal.** In DINIZ, E.; LOPES, J.; PRANDI, R. O Brasil no rastro da crise. São Paulo: Anpocs/Ipea/Hucitec, 1994. p.304-327.

ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (Tese de livre docência).

BEATO, C. **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 13(37), jun, 1998.

BENEVIDES, M. V.; FISCHER, R. **Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982).** In PINHEIRO, P. S. (org.) Crime, violência e poder. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 227-43.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 31/ago/18.

_____. **Ministério da Justiça: coleção segurança com cidadania.** Ano I, n.02. Brasília: 2009.

BUSLIK, M.; MALTZ, M. **Power to the people: mapping and information**

sharing in the Chacao Police Department, in Weisburd, David e McEwen, Tom (orgs.) *Crime Mapping and Crime Prevention.*

Crime Prevention Studies. Criminal Justice Press, Monsey, New York, 1998.

CANO, I. **La policía y su evaluación: propuestas para la construcción de indicadores de evaluación en el trabajo policial.** Centro de Estudios para el Desarrollo, Área Seguridad Ciudadana Nueva de Lyon. Providencia, Santiago de Chile.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2009.

CRETELLA JÚNIOR. J. **Polícia e poder de polícia.** Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, 1985.

DESROSIÈRES, A. **La politique des grands nombres: histoire de la raison statistique.** Paris, *La Découverte*, 1993.

DURANTE, M. O.; ZAVATARO, B. **limites e desafios da evolução da gestão em segurança pública: a importância do uso de indicadores de avaliação de desempenho.** São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 1, p. 76-91, jan./jun. 2007.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano.** São Paulo: EDUSP, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Estratégia, Poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

GARLAND, D. **Sociological perspectives on punishment.** *Crime and Justice*, Vol. 14, 1991, p. 115-165.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HACKING, I. **The self-vindication of the laboratory sciences, in** Pickering, Andrew. *Science as practice and culture.* Chicago: University of Chicago Press, 1992.

_____. **How should we do the history of statistics?** In: GORDON e MILLER (orgs). *The Foucault effect: studies in governmentality.* Burchell Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HARRIES, K. **Mapping crime: principle and practice.** Washington, DC: U. S. Department of Justice Office of Justice Programs, 1999.

HESPAÑA, A. M. **História de Portugal moderno: político-institucional.** Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, K. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.** Rio de Janeiro. Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1994.

LIMA, M. A. **Confiança na Polícia: experiência, informação e reflexão como fatores intervenientes.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003. Mestrado em Administração Pública.

LIMA, R. S. **Acesso à justiça e reinvenção do espaço público: saídas possíveis de pacificação social.** *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 11(3): jul-set, 1997. p. 86-91.

MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis.** Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARTIN, J. **Is the self a kind of understanding?** Vancouver: *Journal for the theory of social behavior*, 2001.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para a produção de serviços de segurança pública nº 01/2003-CG: emprego da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Comando-Geral, 2003.

_____. **Instrução nº 05/2005-8a RPM:** organiza e normatiza a Nova Malha Protetora da Polícia Militar sobre o Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Comando de Policiamento da Capital, 06 de setembro de 2005.

_____. **Instrução nº 01/2005-8a RPM:** implanta e disciplina a avaliação de desempenho de subunidades e serviços operacionais. Belo Horizonte: Núcleo de Estratégias e Pesquisas/Comando de Policiamento da Capital, 06 de setembro de 2005.

_____. **Instrução nº 02/2004-8a RPM:** disciplina o planejamento e a repressão integrada à criminalidade violenta pela Polícia Militar e Polícia Civil, nas Áreas Integradas de Segurança Pública do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Núcleo de Estratégias e Pesquisas/Comando de Policiamento da Capital e 1o Departamento de Polícia Civil, setembro de 2004.

_____. **Instrução nº 01/2004-8a RPM:** cria e disciplina as Patrulhas de Prevenção Ativa, para emprego no Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Núcleo de Estratégias e Pesquisa/Comando de Policiamento da Capital, julho de 2004.

NASCIMENTO, N. R. B.; NASCIMENTO, P. R. T. B. **Policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos.** Disponível em: <<https://casademakunaima.uerr.edu.br/index.php/home/issue/view/1/ISSN%20ONLINE%3A%202595-5888>>, acessado em: 03/set/18.

NECKER, S. C. **Os manuscritos Gertrudes.** Madson: Universidade de Wisconsin.

REULAND, M. M. **Information management and crime analysis.** Washington, DC: Police Executive Research Forum, 1997.

SCHWARTZMAN, S. **A política dos grandes números.** Disponível em: <<https://archive.org/stream/PoliticaDosGrandesNumerosndesNumeros1995SimonSchwartzman#page/n0>>, acessado em: 02/set/18.

SILVA, A. L. **Avaliação de resultados das ações preventivas de Polícia Comunitária em Belo Horizonte:** reflexões a respeito da aplicação de um modelo. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar; Fundação João Pinheiro, 2004.

SILVA, B. F. A. **Criminalidade urbana violenta:** uma análise espaço-temporal dos homicídios em Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - UFMG, Belo Horizonte. 2001.

SILVA, D. P. **Vocabulário jurídico.** 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, J. **Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: Forense, 2008.

UNITED NATIONS. **Manual for the development of a system of criminal justice statistics.** New York: United Nations, 2001.

_____. **Fundamental principles of official statistics.** New York: Statistics Division, United Nations, 2004.

_____. **Aplicación de los principios fundamentales de las estadísticas oficiales.** Comisión de Estadística do Consejo Económico y Social de La Naciones Unidas. Nova Iorque, 2004.

VASILIEV, O. V. **Optimization methods (advanced series in mathematical science and engineering).** Nova Iorque: World Federation Pub Inc, 1996.

VAZ, M. J. **Crime e sociedade:** Portugal na segunda metade do século XIX. Oeiras: Celta, 1998.

VERA INSTITUTE OF JUSTICE. **Measuring progress toward safety and justice: a global guide to the design of performance indicators across the justice sector.** Nov/2003.

ZAVATARO, Bruno. **Da reforma do setor público à avaliação de desempenho das organizações policiais: propostas, limites e desafios.** c.a. 2008, S.l.:s.n.

